

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/ UFG
DOUTORADO

O GOVERNO MAURO BORGES (1961-1964): O PLANEJAMENTO TECNOCRÁTICO E
OS LIMITES DO PERSONALISMO POPULISTA

TEREZA CRISTINA P. FAVARO

Goiânia, abril/2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Tereza Cristina Pires Favaro		
E-mail:	cristina_gyn@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor: UFG			
Agência de fomento:		Sigla: _____	
País:	Brasil	UF: GO	CNPJ: _____
Título:	O GOVERNO MAURO BORGES (1961-1964): O PLANEJAMENTO TECNOCRÁTICO E OS LIMITES DO PERSONALISMO POPULISTA.		
Palavras-chave: Mauro Borges. Planejamento. Condições Gerais de Produção. Gestores. Capitalismo.			
Título em outra língua:		THE GOVERNMENT OF MAURO BORGES (1961-1964): technocratic planning and limits of Populist personalism.	
Palavras-chave em outra língua:		Mauro Borges Planning. General Production Conditions. Managers. Capitalism.	
Área de concentração:		Culturas, Fronteiras e Identidades.	
Data defesa: 24 de abril de 2015			
Programa de Pós-Graduação:		História	
Orientador (a):	Professor doutor João Alberto da Costa Pinto		
E-mail:	joaoacpinto@yahoo.com.br		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ ☒ total ☐ parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

☐ Capítulos. Especifique: _____

☐ Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: 30 de abril de 2015

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso.

O GOVERNO MAURO BORGES (1961-1964): O PLANEJAMENTO TECNOCRÁTICO E
OS LIMITES DO PERSONALISMO POPULISTA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito necessário à obtenção do título de Doutora em História, sob orientação do Professor Doutor João Alberto da Costa Pinto.

Goiânia, abril 2015

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.**

Favaro, Tereza Cristina Pires

O GOVERNO MAURO BORGES (1961-1964): O PLANEJAMENTO
TECNOCRÁTICO E OS LIMITES DO PERSONALISMO POPULISTA.
[manuscrito] / Tereza Cristina Pires Favaro. - 2015.

435 f.

Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.
Bibliografia. Anexos.

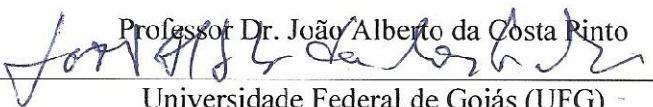
Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de tabelas.

1. Mauro Borges. 2. Planejamento. 3. Gestores. 4. Condições Gerais
de Produção. 5. Capitalismo. I. Pinto, João Alberto da Costa, orient. II.
Título.

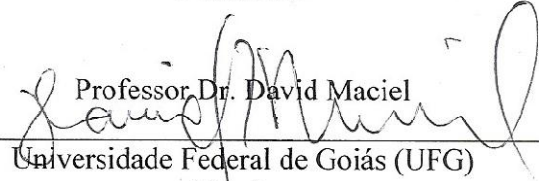
TEREZA CRISTINA P. FAVARO

O GOVERNO MAURO BORGES (1961-1964): O PLANEJAMENTO TECNOCRÁTICO
E OS LIMITES DO PERSONALISMO POPULISTA

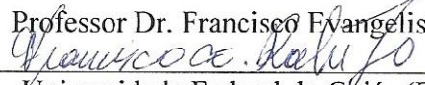
Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutora em História.
Aprovada em 24/4/2015, pela seguinte Banca Examinadora:



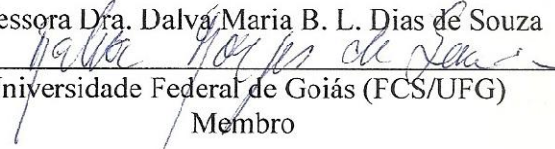
Professor Dr. João Alberto da Costa Pinto
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Presidente



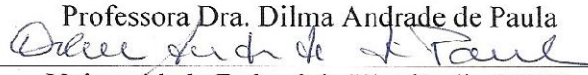
Professor Dr. David Maciel
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Membro



Professor Dr. Francisco Evangelista Rabelo
Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG)
Membro



Professora Dra. Dalva Maria B. L. Dias de Souza
Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG)
Membro



Professora Dra. Dilma Andrade de Paula
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Membro

Professora Dra Letícia Correa (suplente)

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Professor Roberto Abdala Júnior (suplente)

Universidade Federal de Goiás (UFG)

AGRADECIMENTOS

O processo de construção deste conhecimento constituiu-se um grande desafio, mais que isso, uma experiência rica e prazerosa, momento ímpar da minha vida; um conjunto de pessoas e instituições, direta ou indiretamente, contribuiu para sua realização ao longo dos quatros anos. Cabe, aqui, reconhecer, com gratidão.

Ao meu orientador professor doutor João Alberto da Costa Pinto, que abriu portas onde antes, eu só via labirintos sem fim. Agradeço a acolhida, o interesse em minha pesquisa e por ter assumido essa empreitada. Obrigada pela singular oportunidade de aprendizagem, convívio e crescimento. Já sinto saudade das nossas conversas, sempre atuais e enriquecedoras.

Aos professores doutores David Maciel e Francisco Evangelista Rabelo com respeito e admiração, agradeço a disponibilidade para a leitura deste trabalho, durante o exame de qualificação, apresentando críticas e sugestões que o enriqueceram.

Às professoras doutoras Dalva Maria B. L. Dias de Souza e Dilma Andrade de Paula, agradeço por terem aceito o convite para compor a banca de defesa. Obrigado pela leitura respeitosa e contribuições.

À Célia D. Duarte (revisão do texto), Heloisa Andrade (abstract), Bernadete (organização geral), Ariane (transcrição da entrevista de Jávier Godinho), ao Sérgio Braz (formatação), Marcos Alves (organização referências) e Sebastião Benício Neto (sugestões na construção do VI capítulo).

Durante a pesquisa documental, contei com a colaboração preciosa e entusiasta do professor Antonio Caldas, Regina Célia, Wanda e Jacqueline, do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC/PUC-GO); com a contribuição do Marcus Vinícius do Amaral e Flávia Mendes Cavalcante Lemos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; Patrícia, Sueli e Dayana do Arquivo Histórico Estadual; Lúcia D. Marques, Wilson Alves dos Santos e João (Protocolo) da AGECOM; Elizete de Castro Caldeira, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; Sandra da Assembleia Legislativa de Goiás, Alcimar Alves Pereira da Supervisão de Regularização Fundiária/Secretaria da Agricultura de Goiás; funcionários das Bibliotecas da UFG e PUC-GO. A todos, o meu profundo agradecimento pelo apoio e colaboração, tornando possível a construção deste trabalho.

A todos os colegas da pós-graduação, em especial Thiago Oliveira Martins, Marcos Alves, Lorena Souza, Rivaldene Natal, Vanessa Clemente e Mariana Carrijo.

Marco Aurélio e Daiana, secretários do Programa de Pós-Graduação em História/UFG: obrigada pelo carinho, atenção e presteza.

Aos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História Contemporânea (NEPHC), pelas experiências compartilhadas.

Família, amigos e colegas de trabalho – sempre presentes em momentos especiais!
Obrigado.

RESUMO

No início de seu mandato de governador pelo Partido Social Democrático (PSD), Mauro Borges Teixeira (1961-1964), lançou as bases com vistas ao desenvolvimento do estado de Goiás, por meio do Plano de Desenvolvimento Econômico, ou Plano MB, fundamentado em estudo, empreendido por técnicos da Fundação Getúlio Vargas (RJ), e estruturado com base no modelo de Fayol: Prever, Organizar, Planejar e Executar, com construção de um arcabouço institucional centrado no planejamento intervencionista. Esse modelo explica a proeminência dos tecnocratas/gestores nesta administração. Os gestores são pensados tomando como referência o marxista João Bernardo, atuando para garantir as estratégias necessárias e indispensáveis à organização geral e progresso do capitalismo, por meio das *Condições Gerais de Produção* (CGP).

O Plano como instrumento de ações desenvolvimentistas abrangia uma reorganização do próprio estado, na medida em que à técnica que presidiu à sua construção e a estratégia do seu funcionamento como programa de investimentos articulava o estudo de disponibilidades financeiras, mediante o processo de planejamento-orçamento, selecionado os objetivos e propondo um cronograma de execução.

Sob tal perspectiva, ao priorizar as CGP, garantiu mecanismos para manter a ordem e afastar as agitações políticas, bem como a instalação dos estabelecimentos de ensino, de hospitais, de instituições penais, de casas de detenção, de unidades sanitárias, de armazéns de grãos, serviços básicos de saneamento e de infra-estrutura urbana, tais como água e esgoto, energia elétrica, estradas, rodovias, pontes.

Houve um esforço por parte de Mauro Borges em lançar mão de um perfil racional no modo de conduzir os negócios públicos estaduais, sem, contudo, alijar as práticas clientelistas e os interesses pessoais no cotidiano institucional. O modelo gerencial adotado por ele pode ser identificado como reformista conservador, e a ação estatal o lócus privilegiado para assegurar à modernização e a consolidação do projeto político de caráter ideológico desenvolvimentista em Goiás.

Palavras-chave: Mauro Borges. Planejamento. Condições Gerais de Produção. Gestores. Capitalismo.

ABSTRACT

Beginning his term as governor of Social Democratic Party (SDP), Mauro Borges Teixeira (1961-1964), founded the bases in order to develop the state of Goiás, through the Economic Development Plan, or MB Plan, based on study, undertaken by technicians from Getúlio Vargas (RJ) Foundation, and structured on Fayol model: Predicting, Organizing, Planning and Executing focused on interventional planning. This model explains the prominence of technocrats / managers in this administration. Managers are thought by reference to the Marxist John Bernardo, working to ensure the necessary and essential strategies to the organization and progress of capitalism, through *Condições Gerais de Produção (CGP)*. As instrument of developmental actions, the Plan covered a reorganization of the state, as the technique in which they guided the construction and the strategy of its operation as an investment program articulated the study of financial possibilities, through the process of planning-budget, selected objectives and proposing an implementation schedule.

From this perspective, prioritizing CGP ensured mechanisms to maintain order and fend off political unrest as well as the installation of schools, hospitals, prisons, detention houses, sanitary units, grain warehouses, basic services sanitation and urban infrastructure such as water and sewage, electricity, roads, highways, bridges. There was an effort by Mauro Borges to leave a rational profile in order to run the public state affairs, without leaving the clientelistic practices and personal interests in the institutional routine. The management model adopted could be identified as conservative reformer, and state action a privileged place to ensure the modernization and consolidation of the political project of developmental ideological character in Goiás.

Keywords: Mauro Borges. Planning. General Production Conditions. Managers. Capitalism.

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1 - Mapa do Estado de Goiás em 1963 com localização dos Combinados Agrourbanos.....	295
Figura 2 - Charge publicada no Jornal “O Popular”, 10.6.1961.....	338
Gráfico 1 - Distribuição da população economicamente ativa.....	167
Gráfico 2 - Percentual de Investimento por Setor.....	168
Gráfico 3 - Matricula no ensino primário.....	170
Quadro 1 - Renda per capita – 1958	166
Quadro 2 - Taxas anuais de crescimento do PIB.....	167
Quadro 3 - Capacidade Geradora Instalada – (31.5.1958).....	179
Quadro 4 - PIB <i>per capita</i>	185
Quadro 5 - Órgãos estaduais identificados pela população.....	316
Quadro 6 - Enquete de opinião	322
Tabela 1 - População nos Censos Demográficos	176
Tabela 2 - Gestores das Secretarias do Governo Mauro Borges (1961- 1964) (IV)	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP – Ação Democrática Parlamentar

AIB – Ação Integralista Brasileira

AL – Aliança Liberal

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

ANL – Aliança Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APA – The American Psychological Association

AVTs – Agências Volantes de Terras

BC – Banco Central

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BRASTEC – Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos Ltda

CAESGO – Companhia Agrícola do Estado de Goiás

CAGIGO – Companhia Agro-Industrial de Goiás

CAIXEGO – Caixa Econômica de Goiás

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado

CAU – Combinados Agrourbanos

CBP – Conselho Brasileiro de Produtividade

CELG – Centrais Elétricas de Goiás

CEPAIGO – Centro Penitenciário de Atividades Industriais de Goiás

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CERNE – Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado

CFSPC – Conselho Federal do Serviço Público Civil

CGP – Condições Gerais de Produção

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIAGO – Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás S/A

CIVAT – Consórcio Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CME – Comissão de Mobilização Econômica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria
COPE – Consórcio de Planejamento e Empreendimento
CORAGO – Comissão de Reforma Administrativa
COSEGO – Companhia de Seguros de Goiás
CPC – Centro Popular de Cultura
CPC-GO – Centro Popular de Cultura de Goiás
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação
CRISA – Consórcio Rodoviário Intermunicipal
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DERGO – Departamento de Estrada e Rodagem de Goiás
DETELGO – Departamento de Telecomunicações
DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública.
DG – Diário de Goiás
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DISPETROLGO – Distribuidora do Petróleo Goiano
DNI – Departamento Nacional de Informações
DO – Diário Oficial do Estado
DOPS – Delegacia de Ordem Pública Social
EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública
ECEME – Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EDA – Educação de Adultos
EFG – Estrada de Ferro Goiás
EFORMAGO – Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás
ESAO – Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESEFEGO – Escola Superior de Educação Física de Goiás
ESG – Escola Superior de Guerra
ETPAR – Escritório Técnico de Paulo de Assis Ribeiro
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira
FAGO – Frente Agrária Goiana

FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo
FLN – Frente de Libertação Nacional
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
Fr Ar – Forças Armadas
GPC – Gabinete Pró Campanha
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOP – Instituto Brasileiro de Opinião Pública
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBRE – Instituto Brasileiro de Economia
ICP – Instituto de Cultura Popular do CERNE
IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IDORT – Organização Regional do Trabalho
INBAGO – Indústria do Babaçu
IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás
IPASGO – Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás
IPEHBC – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK – Juscelino Kubitschek
JUC - Juventude Universitária Católica
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LEG – Loteria do Estado de Goiás
MCI – Movimento Cívico Interpartidário
MCP – Movimento de Cultura Popular
MEB – Movimento de Educação de Base
MEB-GO – Movimento de Educação de Base em Goiás
MEC – Ministério da Educação e Cultura
METAGO – Metais de Goiás

MTIC – Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
ORGANOBRÁS – Grupo Brasileiro de Organização e Métodos
ORGANOMECC – Organização Mecanização Engenharia S/A
OS – Ordem de Serviço
OSEGO – Organização de Saúde de Goiás
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNA – Plano Nacional de Alfabetização
POLOP – Política Operária
POPE – Organizar, Planejar e Executar
POR-T – Partido Operário Revolucionário-Trotskyista
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PUC-GOÍÁS – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
RBC – Rádio Brasil Central
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RM – Região Militar
SAPS – Serviço de Alimentação de Previdência Social
SEASGO – Serviço Especial de Assistência Social de Goiás
SEFA – Serviço Especial de Fiscalização e Arrecadação
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SETAS – Secretaria de Trabalho e Assistência Social
SGPA – Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura
SIRES – Serviço de Informações, Reclamações e Sindicâncias
SNI – Serviço Nacional de Informações
SPVA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SRP – Sistema de Registro de Preços
STF – Supremo Tribunal Federal
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ULTAB - União dos Lavradores Agrícolas do Brasil

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VARIG – Viação Aérea do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO.....	26
1.1 FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO MILITAR.....	27
1.1.1 Trajetória militar de Mauro Borges.....	34
1.1.2 O encontro com a política.....	37
1.2 A EXPERIÊNCIA À FRENTE DA ESTRADA DE FERRO GOIÁS	38
1.2.2 A ameaça vermelha	47
1.2.3 A transferência da sede da EFG para Goiânia.....	50
1.3 UM POLÍTICO DA ORDEM: MAURO BORGES E O MOVIMENTO DA LEGALIDADE (1961).....	53
1.3.1 O nacionalismo na ordem do dia: a criação da Frente de Libertação Nacional	65
1.4 PROTAGONISMO NO MOVIMENTO CIVIL-MILITAR DE 1964.....	70
1.6 OS IDOS DE MARÇO E A QUEDA EM NOVEMBRO: MAURO BORGES É APEADO DO PODER PELA LINHA DURA	85
CAPÍTULO II TECNOCRACIA, INSTITUIÇÕES E ESTADO BRASILEIRO.....	100
2.1 1930-1945: CRISE DE GOVERNABILIDADE.....	100
2.2 MUDANÇAS INSTITUCIONAIS, INSTABILIDADE POLÍTICA E DISPUTA DE PODER	107
2.3 INTERVENCIONISMO ESTATAL, GESTORES, CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO: OS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL.....	111
2.4 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS: PRIMEIROS PASSOS PARA A CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA	116
2.5 OS GESTORES E A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	120
2.6 A REVOLUÇÃO CHEGA A GOIÁS.....	127
2.7 O <i>TEMPO NOVO</i> EM GOIÁS: A ASCENSÃO DE PEDRO LUDOVICO AO PODER	129
2.8 A ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS – 1947 a 1964.....	143
CAPÍTULO III O PLANO MB.....	147
3.1 A ELEIÇÃO PARA O GOVERNO DE GOIÁS	147
3.2 AS BASES, DIAGNÓSTICOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MB: SOB O SIGNO DA TECNOCRACIA	149
3.2.1 Plano MB: retomando o fio da história	153
3.2.2 Origem política e proposta desenvolvimentista.....	157
3.2.3 A estrutura do Plano MB: limites e possibilidades	159
3.2.3.1 Goiás em números:	165
3.3 CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO (CGP): AS PRIORIDADES DO I PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/ PLANO MB	166
3.3.1 Educação e Cultura.....	167
3.3.2 Saúde e Assistência Social	170
3.3.3 Transporte e Comunicação	174
3.3.4 Agricultura e Pecuária	176
3.3.5 Energia Elétrica	177
3.3.6 Levantamento de Recursos Naturais	178
3.3.7 Turismo.....	179
3.3.8 Fundo de Desenvolvimento Econômico.....	180
3.3.9 Medidas Administrativas.....	181

3.3.9.1 Formação de pessoal.....	182
3.3.9.3 Segurança Pública.....	183
CAPÍTULO IV OS BASTIDORES DA GESTÃO MAURISTA	185
4.1 AS ATAS DAS REUNIÕES DO GOVERNO	185
4.1.1 Governo é equipe.....	187
4.1.1.1 Gestor é Irineu	200
4.2 MOEDA DE TROCA: A RELAÇÃO COM O LEGISLATIVO	208
4.3 UM CENÁRIO QUE EXIGIA MUDANÇAS	226
4.3.1 A reorganização administrativa	236
4.3.2 Acesso ao serviço público: entre a norma e o fato	247
CAPÍTULO V IDAGO E COLONIZAÇÃO: DO SONHO CAMPONÊS À REALIDADE DOS COMBINADOS AGROURBANOS	257
5.1 O ESPAÇO AGRÁRIO DE GOIÁS	257
5.2 A RESISTÊNCIA CAMPONESA	260
5.3 A QUESTÃO AGRÁRIA	266
5.4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA	274
5.5 A EXPERIÊNCIA MAURISTA	282
CAPÍTULO VI O CERNE SOB O CÉU DE CHUMBO	312
6.1 AS ORIGENS DO CERNE.....	312
6.2 FILOSOFIA DE GOVERNO	318
6.3 A PROPAGANDA OFICIAL	328
6.4 O CERNE EM AÇÃO	335
6.5 CERNE: ANTRO DE SUBVERSÃO ? AS LINHAS TORTAS DO DIÁRIO OFICIAL	341
6.5.1 Instituto de Cultura Popular: subversivo e pernicioso	354
CONSIDERAÇÕES FINAIS	361
REFERÊNCIAS	365
ANEXO I Relatório da Comissão de Sindicância nos Meios Administrativos do Estado de Goiás, 09 out. 1964	393
ANEXO II Caderno de Ata Reunião do Secretariado, 18 jun.1964	400
ANEXO III Esquema de entrevista, 22.abr.1964	417
ANEXO IV Ordem de Serviço nº 479-A, 16 set. 1963. Inquérito de opinião	421
ANEXO V Resposta do Superintendente do Cerne ao inquérito de opinião, 1ºout.1963	424

INTRODUÇÃO

Esta tese propõe-se a verificar, na processualidade interna das práticas de gestão, a coerência ideológico-institucional do projeto maior da política de estado celebrado pelo governador do estado de Goiás Mauro Borges Teixeira (1961-1964), por meio do I Plano de Desenvolvimento Econômico, ou Plano MB. Pelo Plano MB foram apresentados os fundamentos para o desenvolvimento do estado de Goiás, com planejamento, centralização administrativa, priorização da política econômica, saber técnico, bases da tecnocracia. Respalado em estudo empreendido por técnicos da Fundação Getúlio Vargas (RJ), o Plano estruturou-se com base no modelo de Fayol: Prever, Organizar, Planejar e Executar (POPE), com construção de um arcabouço institucional centrado no planejamento intervencionista. A pesquisa utiliza como referência os estudos efetivados pelo marxista João Bernardo (2009, 1998, 1986, 1979) e sua distinção em relação à existência, na sociedade capitalista, de três classes sociais: a operária (força de trabalho, incluindo trabalhadores e não assalariados); a classe capitalista, a burguesia (proprietários privados jurídicos do capital); e os gestores (os tecnocratas, proprietários coletivos do capital). Na premissa bernardiana, os gestores/tecnocratas atuam nas esferas pública e privada, e constituem uma classe, com base na posição que ocupam no processo de produção do capital. Como classe, garantem as condições necessárias por meio das *Condições Gerais de Produção*, que seriam os meios necessários para organização e expansão do capitalismo. De grande amplitude por envolver diversas áreas, que articulam infraestrutura material, tecnológica, sanitária, social, cultural e repressiva, para cumprir essa programática. É nesse sentido que argumento sobre o papel da tecnocracia e dos gestores/tecnocratas e busco aproximá-los das práticas institucionais adotadas pelo militar Mauro Borges Teixeira no governo de Goiás.

Construiu-se a tese, apoiada em um estudo das fontes, como o I Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – Plano MB, a produção documental² do cotidiano administrativo do governo (atas de reuniões da gestão *maurista*, da bancada pessedista com o governador, instruções normativas, editais públicos, ordens de serviço, atas de reunião do PSD); e outras consultas como, Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (1960-1964), documentos enviados pelo governo ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (1961-1964); articuladas às fontes documentais, algumas entrevistas com personagens com atuação na gestão *maurista*.

² Total de 64 caixas, não catalogadas, depositadas no Fundo Mauro Borges do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC)/PUC-GO. Goiânia.

Os acervos pesquisados pertencem ao Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/PUC-GO/ Fundo Mauro Borges, Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Agência Goiana de Comunicação e Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. As fontes secundárias, referem-se às produções acadêmicas relativas ao governo de Mauro Borges, incluindo as de caráter histórico, político, econômico.

Autores, como Carlos Leandro da Silva Esteves, em *Estado e agricultura em Goiás: escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges* (1961-1964), (2011); Dalva Borges Souza, em *1964 em Goiás: o ovo da serpente*, (1990); Francisco Chagas E. RABELO, em *Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás* (1978), foram essenciais para debate e reflexão sobre a gestão *maurista*, articulada ao plano estadual e dentro de um plano maior.

O estudo de Rabelo (1978) é pioneiro na análise da experiência *maurista* e possibilitou reunir elementos indispensáveis sobre o quadro de referências que compõem o governo Mauro Borges. Para Rabelo, a seu tempo, o tenente-coronel Mauro Borges retoma o processo iniciado por seu pai Pedro Ludovico Teixeira, na década de 1930, que projetou Goiás nas trilhas da modernidade, com transformações e mudanças. Nesse sentido, o estado que emerge nos anos 30, tem no governo de Mauro Borges a expressão maior do processo de mudança. Nele, a racionalidade³ administrativa, ditada pelo planejamento, aliada aos ideais desenvolvimentistas que marcaram os anos 1960, na busca por sobrepor um cenário predominante em Goiás, centrado no modelo tradicional de dominação patrimonialista – fruto da herança do colonialismo lusitano – oligárquica, clientelista, impõe uma prática política e uma cultura, mediadas pela integração das camadas populares, por meio do clientelismo, da política populista. Contrariava desse modo, os interesses de parcela do PSD, “comprometido com os interesses dos fazendeiros do interior, ou seja, com os chefes políticos locais” Rabelo (2009, p. 50). Levando em consideração essas particularidades, o autor desenvolve uma análise do governo Mauro Borges, discutindo a mobilização social na sua sustentação. Ao avaliar a política populista do período, Rabelo (1978) busca nela inserir a mobilização social como uma expressão do populismo, não aquele de apelo a manutenção do poder, à imagem do líder carismático e do Estado como instrumento de manipulação política; traduz-se no

³ Para o entendimento da categoria racionalidade, toma-se como referência os princípios emanados do IDORT, consubstanciados na Comissão Consultiva de Organização Científica do Trabalho do Bureau Internacional du Travail ao afirmar: na “[...] concepção elementar de haver entre os diversos modos de realizar um acto, visando um objectivo determinado, um melhor que os demais” (IDORT, 1938).

populismo rural “mais como uma busca de adesão, às suas obras e através disso, ao seu Plano de Desenvolvimento” (2009, p. 76), com metas para promover a aceleração do desenvolvimento econômico e a promoção de políticas sociais para corrigir as desigualdades sociais. Com base no trabalho de Rabelo, estabeleço o percurso do meu estudo. Sua importância reside em aprofundar o conhecimento do governo Mauro Borges. Em que medidas as propostas originais foram sendo redesenhadas e os elementos determinantes das mudanças é a questão que se coloca. Trata-se da prática institucional do governo, mediada pelos traços populistas do governador e a tentativa de guiar-se por procedimentos racionais, influenciados por sua formação militar, num cenário tradicional. A análise das Atas resultante das reuniões de Mauro Borges com os gestores e com os deputados estaduais pessedistas dá a dimensão da vida cotidiana do governo. Retrata os limites enfrentados pelo governador, a forma como as resoluções foram formalizadas não caracteriza seu encaminhamento, com dificuldades na operacionalização das demandas, em face do despreparo da máquina para lidar com o planejamento e a permanência, em certa medida, de relações de clientelismo e os efeitos do jogo político partidário, demarcando arranjos e negociações. Enfim, a falta de recursos estaduais e de auxílios previstos do governo federal, conjugados às inúmeras tensões e conflitos e a uma variabilidade de constrangimentos limitaram a ação do governador e de alguns gestores e a efetividade do Plano MB.

No âmbito ideológico, o Plano MB era a tradução do pensamento político da época, influenciado pelo Plano de Metas consolidado por Juscelino Kubitschek (1956-1960). A iniciativa do governo federal fortalecera a regionalização do planejamento estatal, por meio de planos de desenvolvimento a serem executados nas esferas estaduais. Ao delinear as linhas de atuação, o Plano MB constituiu-se em um instrumento valioso de propaganda do governo e de formação de uma cultura política, pelo viés do Planejamento.

Colocado em prática, o Plano MB, expressava uma crítica à ineficácia da forma tradicional de governar, sem planejamento, com improvisação e “[...] à base de promessas demagógicas”, do clientelismo e favoritismo (Plano MB, vol. II, p. 99). Como instrumento de ações desenvolvimentistas, propunha uma reorganização do próprio estado, na medida em que a técnica orientava sua construção e a estratégia do seu funcionamento, com programas de investimentos que articulavam o estudo da disponibilidade financeira, mediante processo de planejamento-orçamento, selecionando os objetivos e propondo um cronograma de execução.

Sob tal perspectiva, fica explícita, nessa gestão, a tentativa de fortalecimento da direção técnica do gestor, por subentender maior coordenação e controle sobre as ações e

possibilitar uma articulação mais ampla das *Condições Gerais de Produção* entre si, sobrepondo-se a interesses específicos de cada setor, buscando responder às demandas postas pela conjuntura – de atualização da proposta de ocupação e interiorização do país. Com a justificativa de incentivar o desenvolvimento das “regiões atrasadas” do estado, pelo Plano MB, foram propostos os meios necessários à instalação de estabelecimentos de ensino, hospitais, instituições penais, casas de detenção, unidades sanitárias, armazéns de grãos, serviços básicos de saneamento e de infraestrutura urbana, tais como água e esgoto, energia elétrica, estradas, rodovias, pontes.

O esforço para impor um perfil racional ao conduzir os negócios públicos estaduais criou duas ordens distintas, uma legal e outra funcional, que negociavam com as exigências das forças políticas ligadas ao governador, criando um formalismo nos procedimentos e uma divergência entre as normas prescritas e a prática efetivada, em especial, pelo próprio governador. Com base na documentação e em referenciais propostos por João Bernardo, depreende-se que a gestão *maurista* se insere nas práticas desenvolvidas no campo político daquela conjuntura, com todos os desdobramentos ali presentes, mediados pelos interesses partidários, interesses particularistas e disputas pelo poder. Dessa maneira, guardadas as diferenças e posicionamento das agremiações partidárias e dos sujeitos políticos, e apesar do discurso exaustivo, das medidas de planejamento para a organização das Condições Gerais de Produção, Mauro Borges caminhou a *pari passu* com as regras dos embates políticos.

A tese foi estruturada em seis capítulos. No primeiro, reconstruiu-se a trajetória pública de Mauro Borges, filho da principal liderança política de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira. Mauro Borges, nacionalista, defensor do “capitalismo humanizado” como garantidor da paz social; militar, com formação na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), decisiva na construção do perfil de administrador, assegurando-lhe princípios de racionalidade e capacidade de planejamento. Herança castrense, também marcante nele foi à rejeição ao comunismo, concepção que contaminou os militares brasileiros após a Intentona Comunista de 1935 e se acentuou a partir de 1945, com o advento da Guerra Fria. Mauro Borges almejava disputar a presidência da República (1965), deposto pela *linha dura* em 1964, não concluiu o mandato de governador de Goiás.

No segundo capítulo, trato da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, marcada por instabilidade e disputas políticas, e as mudanças institucionais refletiam a diversidade dos interesses em jogo. Neste universo, foi colocado em marcha o projeto político

de construção do Estado brasileiro, no qual o incentivo à modernização se inseria por meio do intervencionismo estatal, em que os gestores seriam incorporados à condução das Condições Gerais de Produção, conjugando reformas na administração pública para substituir antigos princípios políticos por uma estrutura mais burocratizada e menos dependente dos interesses clientelistas.

Com o movimento de 30, ocorreu uma alternância das oligarquias na condução do poder estadual. Sai o caiadismo e assume o ludoviquismo, personificado na figura de Pedro Ludovico, aliado de primeira hora de Getúlio Vargas; juntos, selaram o destino da mudança da capital do estado de Goiás. Naquela conjuntura, nacional e estadual, essa mudança era vista como símbolo de poder, de progresso e do moderno. Goiânia tornou-se expressão maior da *Marcha para Oeste*, da interiorização do capitalismo no país, com adoção de um novo modelo de ocupação agrícola, sob o influxo de novas demandas impostas pela economia mundial e com rebatimento no cenário nacional, consolidando-se então, o projeto político-econômico de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico.

No terceiro capítulo, a centralidade assumida pelo I Plano de Desenvolvimento Econômico – Plano MB motivou sua discussão. Foram descritas as estratégias dos tecnocratas da Fundação Getúlio Vargas na construção do Plano MB, no sentido de elevar a renda *per capita* do estado, com aumento da produtividade. Para alcançar o objetivo, foram definidas nove áreas prioritárias, para o “[...] desencadeamento de um processo de desenvolvimento econômico em Goiás”, com “[...] a realização de grandes investimentos de natureza infra-estrutural” (PLANO MB, 1961, vol. I, p. 16). Nesse entendimento, seguiu-se a descrição do Plano MB e as áreas priorizadas, como as soluções encontradas para os principais problemas que vinham dificultando o desenvolvimento de Goiás.

No quarto capítulo, estruturado, com base nas Atas das reuniões (total de 21) entre o governador e os gestores (18) e a bancada pessedista (3), o interesse foi desvelar os meandros da gestão *maurista*. Para tanto, busco incorporar ao texto as intervenções do governador e dos gestores durante as reuniões, explicitando suas visões e posicionamentos diante daquela conjuntura, e o percurso institucional estabelecido. As peculiaridades do Plano MB exigiram mudanças na estrutura administrativa, com criação ou extinção de órgãos da administração, sempre que necessário, além da criação de um sistema administrativo móvel, envolvendo a formação de um aparato que atuasse em todo o estado. Na mesma direção, visando a reorganização administrativa, contratou-se a assessoria técnica do Grupo Brasileiro de Organização e Métodos (Organobras). A proposta de reorganização administrativa tinha

afinidades com os “princípios tayloristas de que há sempre um modo melhor de realizar qualquer operação ou movimento” (SILVA, 1965, p. 32). Em linhas gerais, a Organobras procurou organizar os procedimentos de gestão pública dentro de processos racionais, no sentido da sua universalização, da disciplinarização da força de trabalho, valorização de regras, normas, destreza nas atividades e produtividade. O escritório tecnoempresarial propôs a criação do *Estado Maior Civil do Governo de Goiás*⁴ (1962), idealizado como instrumento institucional fundamental de mediação. Representava os objetivos de Mauro Borges de reorganizar a gestão sob os preceitos da eficiência administrativa, articulados aos seus interesses, uma vez que, na Secretaria de Governo, seriam centralizadas todas as demandas externas, que posteriormente, seriam submetidas à decisão do governador, inclusive as vagas a serem preenchidas mediante processo seletivo. Aí, a gestão *maurista* mostrava que a separação entre política e administração não era “absoluta”. De todo modo, essas medidas refletiram, acima de tudo, o confronto de espaço de poder em um contexto político-institucional que, de certa forma, mostrava-se contraditório, por tentar equilibrar regras rígidas *para todos*, tornando-se, porém, na prática, maleáveis a determinados interesses, vinculados às forças representadas por Mauro Borges.

Nesse processo de garantir os meios necessários à execução do Plano MB, efetivou-se um poder sobressalente da Secretaria de Planejamento e Coordenação, e, conseqüentemente, do secretário engenheiro Irineu Borges do Nascimento – ex-assessor de Pedro Ludovico Teixeira, quando este foi governador de Goiás – que assumiu a gerência técnica de toda a máquina administrativa e, naturalmente, a operacionalização do Plano. Irineu Borges se identificava com suas atribuições e atuava em prol da gestão *maurista*. Como gestor, organizou; lançou mão de procedimentos racionais que garantisse eficiência e controle à gestão dos negócios públicos, e em sintonia com o projeto reformista, sem, todavia dirimir o poder de Mauro Borges. Aliás, uma característica identificada nessa gestão foi a centralização das decisões no chefe do Poder Executivo, creditando certo grau de personalismo ao governador, uma vez que a palavra final era sempre a dele.

No quinto capítulo, apresento a discussão sobre a política de colonização implantada pelo governo Mauro Borges, como resposta à necessidade de modernização da agricultura e aos conflitos agrários. Tal política tornou-se um dos carros-chefes desse governo. Disso resultou a criação do Idago, com o objetivo de promover o aproveitamento das

⁴ Composto pelas Secretarias de Administração, Fazenda, Governo e Planejamento, responsáveis pela centralização do comando, das diretrizes e da coordenação; ficando a descentralização das ações executivas a cargo das demais secretarias, autarquias e sociedades de economia mista.

terras e fomentar medidas de incentivos à modernização do campo e para a retomada da política de colonização agrícola, conforme proposto pelo escritório-empresarial de Paulo de Assis Ribeiro – ETPAR (RJ), eminente membro do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). Assim, dava-se a entender que a proposta experimentada no estado de modernização capitalista e de defesa da ordem pública, em sintonia com a estratégia de segurança nacional, para controle das agitações no campo, poderia ser estendida ao restante do país.

O sexto capítulo tomou-se por base informações recolhidas na documentação depositada no Fundo Mauro Borges do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC. Por meio do inquérito de opinião, o governador Mauro Borges buscava construir a “Filosofia do governo” com base nas respostas dos gestores. Tendo em vista o propósito de incrementar o Consórcio de Empresas e Rádio Difusão e Notícias do Estado (Cerne), com rádio, jornal diário, gráfica e agência de propaganda, ao recolher as opiniões dos gestores, a intenção do governador era garantir maior rendimento e evitar “[...] tomada de posições contraditórias e prejudiciais à causa comum”, sobretudo, por considerar as sucessivas crises nacionais e a existência, no governo, “[...] de elementos integrantes das mais variadas linhas do pensamento humano, é absolutamente inadiável a definição desta filosofia” (GOIÁS, 1963).⁵ Dado o contínuo processo de polarização política, percebe-se, o uso do Cerne como tática, de invocar a opinião pública a favor do Plano MB, consequentemente de legitimação do personalismo do governador.

A reflexão de Souza, *1964 em Goiás: o ovo da serpente* (1990) é imprescindível para a compreensão da recente história política de Goiás e dos desdobramentos da conspiração que resultou na intervenção em Goiás e Mauro Borges apeado do poder. Souza analisou a disputa entre a *linha dura* e a hegemonia dos militares da Escola Superior de Guerra (ESG). Com base em seus argumentos, a intervenção em Goiás consolidava a *linha dura*. Nesse sentido, inúmeras provas foram produzidas na tentativa de criminalizar o governo *maurista* por suposta prática subversiva. Por essa via, trato, no Capítulo VI, do uso que a *linha dura* faz do Cerne para atingir Mauro Borges e consequentemente seu governo. A proposta da autarquia era promover a imagem positiva da gestão *maurista*, utilizando-se de jornal, rádio e da mobilização social construída em torno das atividades do Instituto de Cultura Popular do Cerne, teatro popular, dos *círculos de cultura* voltados para a alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire. Atingido por um IPM, o Cerne assistiu por

⁵ O inquérito de opinião aos gestores foi solicitado pela Ordem de serviço nº 479-A (Circular) de 16 de setembro de 1963. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

suas ações, a *linha dura* produzir *evidências* e *argumentos* para comprovar sua ligação com a subversão, produzindo assim, suspeitos, crimes e criminosos.

CAPÍTULO I TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO

Mauro Borges Teixeira nasceu em Rio Verde (GO) no dia 15 de fevereiro de 1920 primogênito de Pedro Ludovico Teixeira e Gercina Borges. Casou-se com a gaúcha Maria de Lourdes Dornelles Estivallet. Dessa união nasceram cinco filhos: Mauro, Ubiratan, Yara, Pedro e Rodrigo. Lourdes foi companheira de vida, dedicou-se à família e foi presença marcante na vida pública de Mauro Borges, deixando transparecer entre os dois uma relação movida pelos mesmos interesses e preocupações. Assumiu com desenvoltura a função de primeira dama de Goiás, com reforço do primeiro-damismo.⁶

Ao lado da trajetória individual, outro elemento contribuiu na trajetória política de Mauro Borges: sua vinculação a uma memória familiar que se aproxima da história da região, pela ação de Pedro Ludovico, memória consagrada pela historiografia e pela memória coletiva, a principal liderança política em Goiás. Assim, não foi casual o encontro de Mauro Borges com a política. Logo, desde muito cedo, acompanhou de perto os meandros do poder, nas articulações e nos posicionamentos assumidos por seu pai em favor da Revolução de 1930, construção de Goiânia, resistência ao movimento paulista de 1932 e instalação do Estado Novo.

Os estudos iniciais foram realizados na cidade natal. Com a mudança da família para a Cidade de Goiás, cursou humanidades no Lyceu. A seguir, em 1938, foi para o Rio de Janeiro e ingressou na Escola Militar de Realengo,⁷ da qual saiu aspirante-a-oficial⁸ da arma de infantaria, em 1941. O fato coincide como momento de mudança na organização do Exército, ocasionada pela instalação do Estado Novo.

⁶Institucionalização do assistencialismo na figura da mulher do governante, legitimando o acesso a um bem ou serviço pela benesse, isto é, visa a tutela, pois estabelece a relação de dependência, da doação, da troca de favores. Em outras palavras, a ação social desempenhada pelo primeiro damismo serve de prática contrária ao direito que conforma a benemerência como prática do favor. Assim, a assistência tornou-se um instrumento de controle, de ajustamento social para manutenção da ordem e harmonia, tornando os atendimentos restritos e sem nenhuma dimensão política. Tal posicionamento é benéfico aos governantes, por possibilitar a *ajuda* pública em troca de apoio e fidelidade pessoal. São traços que atravessam a cena política brasileira/goiana em diferentes contextos e por diferentes personagens, em torno do controle do poder político, da ocupação dos cargos públicos, da proeminência dos grupos políticos, ou seja, em torno dos interesses específicos. O primeiro damismo está associado ao governo de Getúlio Vargas, em que o Estado assume a iniciativa de criar uma assistência pública no interior do aparato governamental, efetivada pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, sob o comando da primeira dama. Tal entidade legitimou o estado patrimonialista e populista numa lógica conservadora da assistência social em sua versão filantrópica, subalternizadora, orientada pelo caráter de ajuda ao próximo, servindo de práticas de cunho moral, de preservação da pobreza como condição natural da própria sociedade e não como resultante da desigualdade capitalista (IAMAMOTO, 2005).

⁷ A Escola, fundada em 1911, em 1944 é transformada em Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), com sede no município de Resende (RJ).

⁸ Em 1942 foi promovido ao posto de segundo-tenente; em 1943 a primeiro-tenente; e em 1946 ascende ao posto de capitão.

1.1 FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO MILITAR

Na leitura de Carloni (2012), se no movimento de 30 vem à tona um exército dividido, indisciplinado, envolto em disputa pelo poder entre militares e militares e lideranças civis,⁹ no Estado Novo os militares despontam como força política e “[...] nas décadas subsequentes, importantes aliados dos variados setores da sociedade” (CARLONI, 2012, p. 28). Tanto assim que se legitimou o projeto hegemônico das Forças Armadas, com destaque para o Exército, ao conduzir sua modernização e profissionalização ao mesmo tempo em que acontecia a centralização do poder no executivo.

Na proposta, o Exército implementou mudanças julgadas necessárias para suplantar o quadro instalado: mal treinado, mal armado, com débil sistema de promoção, sem plano de carreira e benefícios sociais, baixos salários, desprovido de espírito militar, acrescido de uma organização dividida, assombrada com a constante ameaça de insurgência por parte de seus membros. Por tudo, sem condições para exercer o papel que se abria à organização com o fim do domínio da política oligárquica, pondera Carvalho (2006). Nesse entendimento, com vistas ao fortalecimento do Exército, o Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra (1936-1945) buscou intervir na questão da formação. Logo de início, no processo de seleção para ingresso dos futuros oficiais na Escola Militar de Realengo, medidas ostensivas foram tomadas para garantir o acesso conforme o interesse da cúpula do Exército. Argumenta Rodrigues (2010), com base em documentos¹⁰ produzidos por Dutra – um dos articuladores do Golpe de Estado de 1937, juntamente com outro general, Góes Monteiro –, bem como em seus posicionamentos ministeriais, o ministro deixava transparecer sua feição autoritária e discriminatória, em especial contra comunistas, negros e judeus,¹¹ julgados portadores de estigmas ideológicos e raciais, considerados subversivos ou inferiores para a formação de uma elite militar competente, treinada e orientada por moderna doutrina militar, capaz de manter o

⁹ Conforme apurou Carloni (2012), entre 1930 e 1934 foram registrados 51 incidentes – agitações, protestos e revoltas – envolvendo militares de todos os escalões.

¹⁰ Por recomendação do General Dutra, os documentos relativos à seleção para ingresso no Exército deveriam ser incinerados dois anos após o processo. Não se sabe o motivo de o material ter permanecido nas estantes do Exército, afirma Rodrigues. Sobre os exames de seleção das Escolas de Formação de Oficiais do Exército, consultar RODRIGUES, Fernando da Silva. *Os 'indesejáveis' do Exército na ditadura Vargas*. São Paulo: Ed. Paco Editorial, 2011.

¹¹ O resultado da análise das fichas de ingresso na Escola Militar em 1942 constatou que 417 candidatos foram considerados "indesejáveis". Destes, foram rejeitados 53 candidatos por serem "de cor", 19, por virem de famílias de baixa condição social, 84, filhos de pais estrangeiros, 12, de pais de origem islâmica e 3, de origem judia. Os demais tiveram problemas como falta de documentação, má conduta em escolas militares e problemas de saúde (RODRIGUES, Fernando da Silva. *Os 'indesejáveis' do Exército na ditadura Vargas*. São Paulo: Ed. Paco Editorial, 2011).

Brasil com tantas diversidades, coeso diante de qualquer ameaça externa. Tal posicionamento espelha o pensamento dominante daquela conjuntura estado novista, o pensamento corporativista. Para Dutra, o recrutamento ideal vinha de base homogênea, fundamentalmente brasileira, como mecanismo para impedir que diferenças de raças, de mentalidades, de cor, ou outras características não peculiares à maioria do povo brasileiro, pudessem transformar o quadro dos oficiais brasileiros “[...] em amontoado amorfo de indivíduos sem uma sólida identidade de princípios morais, sociais, domésticos e religiosos que os solidarizassem numa fraternal comunidade de ideias e sentimentos” (RODRIGUES, 2010, p. 5). Sobre o critério da cor, alegava Dutra, que a decisão antecipa prováveis constrangimentos aos próprios oficiais e seus comandados, em razão que as convenções sociais não permitiriam contornar ou abolir, pois constituíam normas da sociedade. Os critérios orientadores de ingresso na Escola de Realengo legitimavam o viés discriminatório idealizado para formar a elite militar imune de homens de *raça inferior*. Em torno disso, não bastava ser brasileiro nato e filho legítimo de brasileiro na mesma condição, era necessário possuir família organizada e de bom conceito; ser física e mentalmente sadio; não ser de cor; não ser – nem seus pais – judeu, maometano ou ateu confesso. Tudo moldado para atender aos interesses daquela conjuntura, afinal, as ideias racistas e discriminatórias presentes no Exército, bem como em outras instituições, refletiam o pensamento dominante. A despeito disso, é oportuna a observação de Mauro Borges, contida em sua obra *Tempos idos e vividos. Minhas experiências* (2002). Entre as experiências vividas e relatadas, encontra-se a sua trajetória militar. Foi em 1943, em plena 2ª Guerra Mundial, durante sua estada no Batalhão de Fronteira em Foz do Iguaçu, a situação por ele descrita:

[...] O número de soldados, graduados e oficiais aumentou muito [...] a maior parte [...] descendentes da Ucrânia polonesa e alguns descendentes de alemães. Todos eram brancos, fortes, sadios [...] gente simples e boa (TEIXEIRA, 2002, p. 144).

A instituição, como outras, foi atingida pelas ideias correntes da época, a intenção de criar uma elite militar que atendesse aos interesses nacionais. Com isso, o propósito do Exército era abrigar nas fileiras da oficialidade jovens que muito se aproximassem da *perfeição física*, conforme o padrão estabelecido apoiado nas práticas discriminatórias. No entendimento e a intenção da cúpula era, pois, formar uma elite militar que atendesse aos interesses nacionais, nomeadamente uma incisiva política de privilégio aos brancos e católicos, com apoio de intelectuais e revistas da época.

Foi, portanto, sob esses princípios e objetivos que se desenvolveram os debates e a formação na Escola Militar de Realengo, onde Mauro Borges empreendeu seus estudos ingressando, posteriormente, em 1948, na Escola de Comando e Estado Maior do Exército

(ECEME)¹² que, de modo exclusivo, credencia o oficial ao generalato, ao comando de unidades militares e à constituição dos estados-maiores dos grandes comandos; em outras palavras, responde pela formação da cúpula militar. Na sua narrativa, Mauro Borges assim descreve a escola:

[...] Seu objetivo principal era formar oficiais para comandar grandes unidades, ou seja, divisão de exército [...] ou participar de estado maior, órgão de assessoramento e executivo das decisões dos comandantes (TEIXEIRA, 2002, p. 158).

Tais escolas, em diferentes momentos, acolheram público diverso, frequentadas por personalidades que marcaram a trajetória da sociedade brasileira. Alguns desenvolveram carreiras políticas por vezes notáveis, cujos diferentes perfis resultaram em presidentes, ministros, tecnocratas, interventores estaduais, golpistas e revolucionários.

Nota-se, portanto, que as Escolas de Realengo e de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), frequentadas por Mauro Borges, se ocuparam da profissionalização militar, formando uma leva de oficiais altamente politizados, para o exercício de funções intelectuais, inclusive que preparariam o Exército para a direção da sociedade, reforçando o engajamento militar nas questões da conjuntura, com explícitas diferenças de pensamento dentro da corporação. Talvez estejam contidas aí as explicações da importância das disputas para os grupos militares envolvidos, tentando impor sua visão de mundo, seu projeto de nação e de desenvolvimento, num esforço de conquistar a hegemonia no seio militar. Independentemente das orientações políticas, colocava-se em evidência a participação dos militares na vida prática do país, sempre buscando se adequarem para responder à conjuntura, e também aliá-la como expressão da visão de mundo vinculada à ordem, à disciplina, ao progresso, a capacidade de execução, à eficiência e a estratégia de Segurança Nacional. Destaca Mauro Borges:

[...] Os métodos de ensino e treinamento para tomada de decisões a curtos e longos prazos são extraordinários. Lá na Eceme aprende-se a planejar e executar ações para a guerra e para paz (TEIXEIRA, 2002, p. 158).

A instituição militar consolidou-se como força atuante no cenário político nacional, em especial a partir da década de 1930, com interferências na agenda do país, muitas vezes tentando burlar a lei para prevalecer seus posicionamentos, conforme conta a história. O Exército, guiado pelos generais Eurico Dutra e Góes Monteiro, este último, principal liderança intelectual e política, atingia sua expressão mais moderna e organizada. A

¹² Como requisito para ingresso: curso de Arma, dois anos de efetivo serviço em uma organização militar dessa Arma, patente de tenente ou capitão, além de declaração constando aptidão para o comando, inteligência, espírito militar e correção de uniformes (ECEME, 2005).

interferência e o domínio militar são crescentes. Os militares, articulados aos tecnocratas, conduzem o projeto de desenvolvimento por meio do Estado intervencionista, centralizador, forte, autoritário. Bases essenciais para, naquela conjuntura, levar a cabo o programa de industrialização brasileiro. Com efeito, os militares de alta patente despontavam como atores importantes naquele cenário, com influências sob a economia e a política, ao passo que asseguravam a defesa nacional e suas bases materiais (SILVA, 2006).

O processo de modernização e profissionalização do exército estava sob à influência estrangeira. Foi nas experiências das academias francesa e norte-americana¹³ que a Escola de Realengo e a Eceme se espelharam para estruturar-se na organização do espaço, do tempo, da formação. Isso resultou em alterações importantes na garantia da formação de jovens para assumir postos do Exército, principalmente da sua liderança, ou assessoria de alto nível. Era o que almejavam os militares, com ênfase na hierarquia, na disciplina e no planejamento estratégico, encarregados de nortear os rumos da organização, sempre no sentido de aproveitar oportunidades, controlar em pormenores as atividades e minimizar os riscos. Atuar no sentido do controle é o que interessa à cúpula militar. O controle interno amplia o poder político da organização, ao passo que diminui as chances de quebra da hierarquia por ação autônoma de escalões inferiores, argumenta Forjaz (1983).

Note-se, nos esforços de modernizar o Exército, a intenção de romper com a

[...] estrutura de força para-policial, existente desde a independência. A diversidade de acesso ao oficialato havia criado dois tipos de oficiais, que disputavam a supremacia dentro da instituição: *tarimbeiros*¹⁴ e *bacharéis* ou *científicos*. Em comum os dois apresentavam um forte nacionalismo, criado através de quase sete décadas de regime monárquico e uma de regime republicano oligárquico (ANTUNES, 2007, p. 88)

Para subsidiar os trabalhos, traçaram-se planos, e, em consequência deles, em 1906 foram enviados oficiais brasileiros, os jovens turcos,¹⁵ para estagiarem na Alemanha,

¹³ Chegou ao Brasil em 1936, intensificando atuação durante a Segunda Guerra mundial, e, gradualmente, substituiu a missão francesa. O trabalho desta missão esteve voltado para a organização, armamento, currículos, mas, sobretudo, padrões e estilo de trabalhos e convivência militar. (MOTTA, Jehovah. *Formação de oficial do exército*: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998)

¹⁴ Para o autor, tarimbeiro é o oficial que passou pelos postos de soldado, cabo e sargento sem ter feito estudos superiores. Passava pelos postos inferiores da carreira para, por mérito ascender ao oficialato.

¹⁵ Sobre a profissionalização do Exército, consultar: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 27-29; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p 255-258.

Entre 1906-1910 jovens oficiais brasileiros foram para a Alemanha estagiar no Exército alemão, referência na questão militar. No retorno ao Brasil eles propõem reformas no Exército, tese que angaria simpatia de outros militares. Na defesa desta ideia, criam a Revista “A Defesa Nacional” (1913), publicação técnica que divulga o regulamento do exército alemão, sistema de treinamento, práticas e costumes, defendendo medidas como a profissionalização do Exército, o afastamento dos oficiais da política e a defesa nacional. Entre os expoentes,

onde o Exército era profissionalizado. Na volta ao Brasil, eles promoveram uma *virada*, agilizando as mudanças, dando centralidade ao ensino militar profissional, num esforço de aliar teoria-prática. O trabalho dos Jovens Turcos deu prosseguimento com a Missão Francesa (1919-1940), transformando o Exército no principal instrumento de força do Estado. Do ponto de vista logístico, novo equipamentos, armamentos, avião, foram adquiridos, assim como houve introdução de novos regulamentos, promoção hierárquica por mérito, padronização de treinamento e rotina institucional. A formação da oficialidade apropriou-se da realidade do Estado-Maior, condição que possibilitou conduzir grandes manobras, exercícios de emprego combinado de tropas, simulando operações de guerra.

A formação de oficiais, consubstanciada na proposta reformista dos jovens turcos e nos trabalhos da Missão Francesa, trouxe outra realidade intelectual para o Exército brasileiro, com repercussão no plano ideológico. Sobressaiu a noção de Defesa Nacional, agora não mais limitada à proteção de fronteira, mas incorporando todos os fatores da vida nacional julgados importantes; ou seja: a ideia de defesa implica o controle de recursos humanos, técnicos e econômicos. A Defesa Nacional passou a ser guiada por diferentes aspectos, desde a preparação militar até a implementação de indústrias estratégicas, como a siderúrgica. No entendimento dos militares, a instalação de grande siderurgia propiciava ao Brasil resolver questões do desenvolvimento econômico e da segurança nacional. Aliados a isso, fatores preponderantes ao desenvolvimento nacional, como estradas, pontes, ferrovias, energia elétrica, escolas, universidades, centros de pesquisa, estatísticas e mapas. Com trabalho reconhecido, a Missão Francesa influenciou, em 1927, na criação do Conselho de Defesa Nacional, voltado para o planejamento da mobilização nacional, envolvendo aspectos psicológicos e econômicos.

Assim, a modernização do Exército deve ser entendida dentro de um plano mais amplo, que extrapola os saberes específicos e articula outros componentes, a busca incessante por reafirmar a importância do espírito militar alimentando as mudanças. Tanto que havia

Leitão de Carvalho, Bertholdo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo, militares que se distinguiram posteriormente no Exército e na política.

Jovens turcos, por analogia ao processo desencadeado por jovens militares na Turquia, foram estagiar no Exército alemão; ao término aderem às lutas em favor da modernização e reconstrução da Turquia com Mustafá Kemal Atatürk (1881-1938), oficial do Exército e primeiro presidente da República da Turquia. Criaram a revista para propagação das ideias reformistas, batizada de “A Defesa Nacional”. Para consulta SCHWENGBER, Clóvis Antonio. *O Exército pretendido*: análise do projeto institucional dos Jovens Turcos na revista “A Defesa Nacional”. Revista Caminhos da História. Discentes do Programa de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra. Ano II v. 1(2006) semestral. Disponível em: http://www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/revistaeletronica_n2/arquivos/o_exercito.asp nov. 2013). Acesso em: 12.12.2013.

sempre a preocupação em reafirmá-lo à oficialidade e aos escalões inferiores, julgado necessário para garantir a coesão, aspecto que passava obrigatoriamente pela eliminação ou redução das disputas internas. Em torno disso há uma valorização às noções de hierarquia, honra, patriotismo, disciplina e ordem, justificadas na ideia de forjar e manter o espírito e a unidade militar. Inclusive as próprias canções militares, seu ufanismo dando conta do sofrimento nas batalhas e a morte como ato heróico em defesa da pátria, eram parte da internalização desses valores. Hobsbawm (1984, p. 9) bem coloca essa questão, identificada por ele como “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento”, de grande serventia aos propósitos de disseminação de ideias e valores considerados essenciais para a caracterização de um militar, investindo na preparação teórica e prática de lideranças para atuar em situações de crises, com treinamentos táticos de guerra, ou educar para a principal missão junto à sociedade, manter a ordem, *proteger do inimigo*, no caso o comunismo, respondendo efetivamente como força de defesa adestrada e pronta para ser mobilizada ante qualquer *ameaça*.

Ao agir assim, a cúpula militar tenta se distanciar das influências do positivismo,¹⁶ presente na formação militar e, conforme alegação, responsável pelo excessivo cientificismo, com predominância do ensino de ciências naturais e filosóficas em detrimento do treinamento militar, a prática dos bacharéis fardados, sem nenhum espírito militar – aliás, militar às avessas – de viés burocrata. Sobre o positivismo, os militares têm a destacar: “[...] das influências positivistas, a mais grave era a pregação pacifista. Carregava ela em seu bojo a mensagem de não-essencialidade das Forças Armadas” (ECEME, 2005, p. 34). A experiência dos jovens Turcos e da Missão Francesa contribuiu para isso, ao dinamizar a formação, enxugando o excesso teórico, bastante criticado, e dando prioridade à prática profissional. O trabalho de relevo desempenhado por essas missões junto ao Estado-Maior, que abriga a elite dedicada ao planejamento e controle de todos os aspectos da mobilização militar, garantiu ao Exército uma cúpula hierárquica melhor preparada, capaz de atuar na formulação da política

¹⁶ O positivismo de Augusto Comte, é guiado pelo amor por princípio; a ordem por base; o progresso por fim. Foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836 - 1891) – formado em ciências física e matemática – que introduziu o ensino dos fundamentos do positivismo na Escola Militar; com grande prestígio entre os jovens oficiais, ele os conduziu ao movimento republicano. Esses militares buscaram apoio no positivismo para rejeitar a cultura política imperial, centrada nos estudos jurídicos e não nas ciências sociais e naturais. Na década de 1930, ao propor a reforma do ensino militar, o Exército se distancia do positivismo. Entretanto, o positivismo é bem presente no cenário nacional, a bandeira brasileira é expressão maior. As considerações são de SEYSSSEL, Ricardo. *Um estudo histórico perceptual: a bandeira brasileira sem Brasil*. Dissertação (mestrado). Instituto de Artes/Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2006.

de defesa nacional até então voltada somente para a questão da fronteira, conforme afirmado anteriormente.

De todo modo, são medidas na tentativa de *homogeneizar ideologicamente* a oficialidade com disseminação de valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida castrense e legitimadoras da identidade militar. Em rigor, o oficial interioriza e cumpre sua tarefa não como algo rotineiro ou uma obrigação, mas como uma missão, um ideal com o qual se identifica e ao qual dedica. Nada era por acaso, somam-se a todos esses elementos a conformação de um ambiente próprio à formação que facilitasse a introjeção do espírito militar. O ritual militar envolve “[...] pavilhões para os festivais, mastros para as bandeiras, templos para oferendas, procissões, toques de sinetas, painéis, salvas de tiros de canhões” (HOBBSAWM, 1984, p.14), sem se descuidar da arquitetura dos prédios, dos pátios, dos alojamentos dos oficiais, da decoração composta de bustos de personalidades militares, das armas; corroboravam, ainda, a rotina do dia a dia, tarefas em grupo, previamente estabelecidas, com fixação de horário para tudo, descanso, alimentação, atividade físicas, além daqueles voltados diretamente aos estudos, tanto em sala de aula quanto fora dela. Para atender aos interesses, a cúpula militar lança mão de todos os artefatos para a homogeneização ideológica da oficialidade, na tentativa de afastá-la dos riscos das “[...] doutrinas consideradas corrosivas tanto da corporação como da nacionalidade” (CARVALHO, 2006, p. 80). Ou seja: todas essas estratégias são norteadas pelo sentido maior, a centralidade da hierarquia e da disciplina na formação castrense, objetivando a coesão e a unidade militar, concatenadas com os desdobramentos conjunturais.

O *uso* da disciplina e da hierarquia pelos militares não deixou de ser criticado por Sodré (2010).¹⁷ Sob o argumento da defesa, da hierarquia e da disciplina, muitas atrocidades foram cometidas pelos militares contra a ordem e a democracia no Brasil. Confirmadas na agressiva campanha desencadeada contra o comunismo, eleito o inimigo número um das Forças Armadas, quer seja nas disputas no Clube Militar (1950), na articulação para impedir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, frustrada pelo Movimento da Legalidade, organizado pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola e pelo governador de Goiás Mauro Borges Teixeira, ou ainda no Golpe militar em 1964.

Os militares sempre foram personagens politicamente ativos na história do Brasil. Naquela conjuntura pós-1930, foi colocada na ordem do dia a reestruturação do exército com ênfase na formação de oficiais guiados pela hierarquia e disciplina, com o objetivo de impedir

¹⁷ O minucioso trabalho de Sodré (2010) é uma preciosa fonte de consulta sobre a ação militar no Brasil.

seu envolvimento com a política que polariza, divide – uma clara alusão aos jovens oficiais envolvidos em movimentos contestatórios. Reforçavam-se os argumentos em defesa da atuação do Exército como força militar coesa, sem contestações internas, conforme interesse do alto comando e também de Getúlio Vargas. Disso resultou a reforma da cúpula dirigente, ao passo que garantia a homogeneização da organização, com banimento sistemático dos elementos dissidentes. Com efeito, observa-se o fortalecimento do Exército e das próprias Forças Armadas, consolidando e ampliando o papel decisivo exercido pela instituição no jogo político do país, como mostra o Golpe operado em 1937, estendendo até o Golpe civil-militar de 1964. Com o fim da ditadura, em 1985, argumenta D'Araújo (2009)¹⁸, os militares retornam à caserna e de lá acompanham o desenrolar da conjuntura nacional; agora, sem “[...] projeto político, são servidores do Estado e obedecem ao governo democrático de direito e à Constituição. Não se apresentam mais como atores políticos, que podem ter um projeto próprio ou falar em nome de um setor”.

1.1.1 Trajetória militar de Mauro Borges

Todo o envolvimento das Forças Armadas nas questões da conjuntura nacional, com destaque para o Exército, transcorridas entre fins da década de 1930 até 1964, foi acompanhado por Mauro Borges. De trajetória militar, no Exército, chegou à patente de tenente-coronel. Na condição de militar, experimentou as mudanças colocadas em curso que resultaram na modernização e profissionalização do Exército. Não somente isso. De formação castrense, distinguiu-se, Mauro Borges, como defensor da ordem legal e das ideias incorporadas à sua visão de mundo, que, segundo ele: “[...] trouxe para a vida pública [a] formação militar: disciplina, respeito às leis, compromisso com a soberania do país e o hábito do planejamento e acompanhamento na execução de ações” (2002, p. 29). Por certo, o planejamento e suas supostas virtudes encantaram Mauro Borges, que buscou, no cotidiano institucional, associar prática militar com ação política. Quando governador de Goiás, a pesquisa indica que Mauro Borges evitou qualquer confronto direto com seus adversários políticos e apelou a eles para que fizessem oposição sempre dentro das leis democráticas. Sua vida militar foi interrompida em 1951, ao enveredar pelo caminho político-partidário, mas

¹⁸ D'Araújo, Maria Celina Soares. *O papel das Forças Armadas no Brasil e na América Latina*. 23 nov. 2009. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo-RS. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/27752-o-papel-das-forcas-armadas-no-brasil-e-na-america-latina-entrevista-especial-com-maria-celina-soares-d%60araujo>. Acesso em: 23 out. 2013

nunca se dissociou dos princípios militares, como a hierarquia, a centralização do comando, a disciplina, além das ideias nacionalistas.

Em *Tempos idos e vividos. Minhas experiências* (2002) há uma tentativa, por parte de Mauro Borges, de amplificar os seus feitos, explorar a imagem de homem público que lutou pela pátria, apresentar-se como exemplo de cidadão, de militar, de político, de chefe de família, detentor de uma vida de feitos nobres. Traz a passagem de sua infância até o ocaso da vida política, em 1994, passando pelo Golpe civil-militar, a intervenção em Goiás operada pelos *generais linha dura* e seus aliados civis, cujo desdobramento foi ele ter sido apeado do poder, em 1964 (26/11). Embora a narrativa pretenda explorar a imagem de administrador eficaz, realçar os feitos positivos, desprezando-se os possíveis aspectos negativos da trajetória de Mauro Borges, ela mostra passagens, com riquezas de detalhes, que abrem ao leitor a possibilidade de compreender aspectos da história contemporânea do Brasil e de Goiás.

Da vida de cadete,¹⁹ entre 1938 e 1941, na Escola de Realengo, Mauro Borges alegava dificuldades “[...] na adaptação ao regime militar e às normas diárias do regulamento de continências e de cerimonial militar”; quanto ao resto, demonstrava afinidade: “[...] gostava dos exercícios preparatórios, de combater e estar no campo”. E prossegue, enfatizando que a condição de filho de interventor federal de Goiás muitas vezes era usada para atribuir-lhe “[...] funções mais humildes para mostrar-me a impessoalidade no serviço das armas”. Refere-se à função delegada a ele: “[...] servir ao comandante do pelotão (cadete do 3º ano) e cuidar sempre do seu cavalo”, em detrimento das manobras e do exercício com metralhadoras os que mais lhe apetecia. Dando como certa a opinião geral, Mauro Borges aponta Luiz Carlos Prestes como o aluno mais brilhante da Escola de Realengo, “[...] obteve as melhores notas e teve conduta exemplar” (TEIXEIRA, 2002, p. 120).

Com o passar dos anos, algo não foi esquecido: “[...] o regulamento militar era draconiano”. Outra questão relatada em suas memórias é sua passagem pelo sul (TEIXEIRA, 2002, p.113-114). Entre uma formação e outra, Mauro Borges passou pelo grupamento do 7º Regimento de Infantaria, sediado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. É lá que conhece Lourdes Estivallet, com quem se casou em 1944. Passou também por grupamentos militares em Foz do Iguaçu, no Paraná, em Petrópolis, no Rio de Janeiro e em São Leopoldo, no Rio

¹⁹ Peregrino afirma que não há uma definição precisa de cadete, indica *aluno nobre*. A vida do cadete na Escola Militar, para além de incluir o ensino, centrado na matemática, engenharia, ciências da natureza, contava com outras atividades vinculadas ao associativismo. Como a Sociedade Atlética, havia a Sociedade Acadêmica (PEREGRINO, Umberto. *História e projeções das instituições culturais do Exército*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967).

Grande do Sul. Na passagem por Petrópolis, serviu junto à guarda presidencial de Getúlio Vargas, depois ingressa na Eceme em 1948, especializando-se como oficial de transporte.

No desejo de realizar uma obra a serviço de Goiás e do Brasil, Mauro Borges se afasta da caserna, e em 1951 assume a direção da Estrada de Ferro Goiás, onde permanece até 1954, para novamente reassumir as funções no Exército, sendo designado para a 3ª Divisão do Exército, em Santa Maria (RS), como membro do Estado-Maior, sob o comando do general Osvino Ferreira Alves.²⁰ O chefe do Estado-Maior era o coronel Fontoura, simpatizante da candidatura, pela UDN, do general Juarez Távora, concorrente de JK nas eleições presidenciais de 1954.

A estada de Mauro Borges na 3ª Divisão do Exército coincide com a eleição de Juscelino Kubitschek e a tentativa golpista, operada pelos militares, de impedir sua posse. A operação foi abortada pelo Ministro da Guerra Henrique Duffles Teixeira Lott ao determinar o retorno aos quadros constitucionais vigentes. Mauro Borges, guiado pela legalidade, manifestou apoio público à posse de JK, contrariando seu chefe, o Coronel Fontoura, favorável ao Golpe em favor de Juarez Távora:

[...] quando o coronel Fontoura terminou o discurso, pedi-lhe o uso da palavra na frente da tropa e iniciei dizendo que a eleição deveria ser respeitada, que sem ela não haveria democracia, que as ideias do chefe do Estado Maior destruiriam o estado de direito, que eu discordava da sua opinião e que tinha certeza de que o general Osvino, nosso comandante e a tropa não comungavam do mesmo pensamento do coronel (TEIXEIRA, 2002, p. 170).

Diante da tentativa golpista contrária à posse de JK, o General Osvino, seguindo suas convicções, toma as providências que o caso requer:

²⁰ Reporto-me à carta endereçada a Mauro Borges pelo general Osvino Ferreira Alves, na intenção de situar Mauro Borges dentro das correntes existentes no Exército, assim como reforçar sua ligação com militares do sul do país, além de informar brevemente a disputa de poder no âmbito das Forças Armadas, aqui, o Exército. Pelo teor da carta, o assunto tratou de aspectos da conjuntura, remontando ao ano de 1954, quando “[...] uma minoria ávida [...] empoleiraram-se no poder através dos meios mais vis e desumanos e dele não queriam sair [...] prepararam tudo para os fins de 1955 e só não conseguiram o que desejam graças a outro movimento de generais [...] chefiados pelo impoluto General Lott”, destaca o general, prosseguindo, ao responder o questionamento de Mauro Borges sobre a UDN: “[...] você pediu-me impressões sobre a organização do comando da UDN; este partido, desde seu surgimento na política do Brasil só atuou apoiado numa espada e muito próximo dos quartéis; de início uma fulgurante espada aérea, sempre infalivelmente derrotada pela maioria do eleitorado. Como o povo não acreditasse em *disco voador*, entregou-se a UDN a uma espada, também fulgurante, mas terrestre; derrotada esta, não desanimou e trocou o homem sem trocar o instrumento, pensando naturalmente que o novo arrastará consigo milhares de armas do Exército para com estas ditarem eles os destinos do país. Estou convencido que este é o pensamento da oposição, mas não creio que terão grandes êxitos, embora não tenha ainda indícios seguros para esta minha impressão” (Carta do General Osvino Ferreira Alves enviada a Mauro Borges, Santa Maria-RS, 24 de junho de 1957. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO). Goiânia.

General Osvino Ferreira Alves (1897-1981) chegou à patente de Marechal, comandante do I (RJ) e do III Exércitos (RS), atuou no contragolpe para garantir a posse de JK em 1955. Apelidado de *Marechal do povo*, com bom trânsito junto às forças populares, tornou-se um dos principais conselheiros de João Goulart. Em 1964, foi nomeado presidente da Petrobras (VEJA. São Paulo, 22 abr.1981. Datas, edição n. 659, p. 83)

[...] Acabei de afastar das funções e prender todos os oficiais e o chefe do Estado Maior. O senhor [Mauro Borges] assuma a chefia do Estado-Maior e de todas as seções imediatamente (TEIXEIRA, 2002, p. 171).

Mauro Borges não perdia a oportunidade para se mostrar como militar obediente às instituições republicanas:

[...] Missão cumprida! As instituições democráticas estavam protegidas e salvas. Meu incidente com o coronel Fontoura, diante da tropa e dos oficiais, por sua gravidade e pelas prisões posteriormente determinadas pelo general Osvino Ferreira Alves, comandante-geral abortou no sul as articulações golpistas contra a posse de Juscelino Kubitschek e complementou igual reação que tomara no Rio o general Henrique Duffles Teixeira Lott (TEIXEIRA, 2002, p. 172).

1.1.2 O encontro com a política

O encontro de Mauro Borges com a política partidária acontece após a posse de JK. Com a conclusão do curso na Escola de Comando e Estado-Maior, relata ele, “[...] desejava servir em um órgão importante vinculado ao trabalho do Estado-Maior [...] imaginei que esse esforço me tornava merecedor dessa oportunidade” (TEIXEIRA, 2002, p. 175)

Ao recorrer ao general Nelson de Melo, chefe do Gabinete Militar, nomeado por JK, Mauro Borges apresenta suas pretensões, justificando: “[...] tanto eu quanto meu pai, não quis valer-me [...] desta condição [...] do bom relacionamento pessoal que tive com o presidente JK [...] para resolver meu problema pessoal”. Do general, vem alegação do “[...] compromisso com seu grupo de oficiais que o acompanhavam há muitos anos. [...] Isto era comum no Exército”. Portanto, sem chances de aproveitar Mauro Borges no Gabinete Militar, negou, porém, qualquer questão de ordem pessoal na opção feita (TEIXEIRA, 2002, p. 175).

Mauro Borges esperava mais: “[...] compreendi que ele tinha responsabilidade com o esse grupo [...] que sempre o acompanhava [...], portanto não haveria lugar para todo mundo [...] mas não deixei de ficar entristecido” (TEIXEIRA, 2002, p. 175). Diante da recusa do general Nelson de Melo, Mauro Borges não escondeu o desapontamento,

[...] fiz uma longa análise da minha situação: voltar para servir o Exército, marcar passo em coisas que eu já estava cansado de saber, não era bem o meu desejo [...] queria andar para frente [...] com o propósito de servir bem aos interesses de Goiás e do meu país, e com o mesmo idealismo que sempre cumpri minhas missões no Exército, sempre atuando em função da soberania e da segurança do Brasil. [...] Resolvi ouvir meu pai [...] entrar na política e ser candidato a deputado federal (TEIXEIRA, 2002, p. 176).

A carreira militar foi posta de lado, para galgar a política, inicialmente como Deputado Federal, pelo Partido Social Democrático. A experiência na direção da Estrada de Ferro Goiás, associada à bandeira do nacionalismo e do desenvolvimentismo, propiciou-lhe as melhores possibilidades para alavancar sua carreira política.

1.2 A EXPERIÊNCIA À FRENTE DA ESTRADA DE FERRO GOIÁS

Naquele momento, a direção da Estrada de Ferro Goiás (EFG) era a maior aposta política de Mauro Borges. O cargo, bem mais que somar experiência, tornava-se a passagem obrigatória para quem, como ele, tinha um projeto. Entretanto, não dispunha de expressão política nem possuía experiência administrativa. Mauro Borges buscou sobrepujar esse desafio, valendo-se de condições objetivas favoráveis, que, naturalmente, indicavam novos horizontes, na condição de filho da principal liderança política de Goiás. Levando em consideração esse propósito e por trazer na sua formação militar a especialização em transporte, Mauro Borges é nomeado diretor da Estrada de Ferro Goiás pelo presidente Getúlio Vargas, a pedido do pai Pedro Ludovico Teixeira, governador do estado de Goiás, naquela ocasião

[...] pedi ao meu pai que falasse com o presidente Vargas. Desejava ser diretor da Estrada de Ferro Goiás. Seria ótimo local para aplicar meus conhecimentos adquiridos no curso de Estado-Maior [...] meu maior objetivo, minha meta principal na carreira militar - surgia para mim uma rara oportunidade para exercer uma atividade civil que tivesse relação com meus conhecimentos militares de logística que me permitisse realizar uma obra a serviço de Goiás e do Brasil [...] desliguei-me do serviço ativo do exército e assumi a Estrada de Ferro Goiás, uma ponta de lança do progresso na direção do Planalto Central (TEIXEIRA, 2002, p. 161).

Mauro Borges aproveitou a oportunidade, na tentativa de crescer sua representatividade nas dimensões política e administrativa. A gestão à frente da EFG (1951-1954), contando com importantes apoios políticos, além da possibilidade de melhorias para Goiás, assegurou-lhe experiência administrativa, visibilidade e prestígio, condições necessárias para seguir a carreira política, concretizada na eleição de 1958, como deputado federal mais votado em Goiás, e como governador de Goiás no período de 1961 a 1964.

Nos argumentos de Borges (1990),²¹ a Estrada de Ferro Goiás traduz-se na primeira via de transporte e comunicação moderna do estado de Goiás, capaz de promover a integração da economia regional nos quadros da economia capitalista, em expansão no país. A chegada da ferrovia, em 1913, descortina um novo cenário para o Goiás-Sertão. Antes da ferrovia, o transporte, feito em carro de boi, tornava inviável a exportação dos produtos agrícolas; predominava uma pecuária extensiva e as terras em Goiás eram pouco valorizadas, com baixa densidade populacional, sem falar no isolamento geográfico e nos poucos recursos da administração pública. Porém, “[...] a economia regional, nesse período, observada no seu

²¹ Para entendimento da ferrovia em Goiás, singular é a obra de BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos Dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990. (Coleção Documentos Goianos).

conjunto, já se encontrava organizada dentro da lógica das leis da economia de mercado e se subordinava à produção agro-exportadora nacional” (BORGES, 1990, p. 52).

A ferrovia abria possibilidades ao desenvolvimento socioeconômico do estado, ao assegurar o incremento do comércio, a intensificação do fluxo migratório, a circulação de capital, de novos produtos e mercadorias, de valorização das terras, de formação de novos centros urbanos, novas relações sociais, incrementadas pelo comércio, constituição de novos grupos sociais; além do mais, injetou fôlego novo na agricultura e na pecuária, implementando um comércio importador e exportador. A ferrovia encurtou espaços, propagou novas ideias, comportamentos e valores à sociedade, trouxe e levou *boas novas* (CHAUL, 2010; BORGES, 1990), tornou-se expressão de modernidade e progresso.

Tanto Borges (1990) como Machado (1990) afirmam que a chegada da ferrovia e as possíveis transformações no cenário goiano encontraram resistência das oligarquias, por contrariar os interesses políticos e econômicos locais, colocando em risco o *status quo* e o poder de mando e desmando desses oligarcas. Com isso, dificultaram a modernização dos meios de transporte regionais. A implantação da ferrovia foi ação política de uma fração de classe vinculada aos novos grupos oligárquicos, que despontou como força política no estado, contando com apoio do capital financeiro internacional. Além disso, com a ferrovia voltada para os interesses da economia capitalista, catalisou-se o apoio do governo federal em favor dos trilhos e sua expansão. Os coronéis pouco se empenharam na concretização da ferrovia, pois o *atraso* assegurava o controle sócio-político.

Chaul (1995, p. 22) discorda das versões de Borges (1990) e Machado (1990) sobre a aversão dos grupos dominantes pelo progresso, uma vez que detinham suas bases econômicas na pecuária. Destaca o autor que, politicamente, é necessário entender que a formação cultural dessas chamadas oligarquias, em comparação com a sociedade como um todo, “[...] era formada por uma elite cultural,²² com conhecimentos cosmopolitas da vida cultural do tempo em que se inseriam”. Para Chaul (1995), um aspecto pouco conhecido dos autores foi o fato de que os oligarcas não se posicionavam contrários à ferrovia, como pareciam sinalizar os discursos dos políticos da época. Na verdade, os oligarcas “[...] estavam, sim, a favor de um antigo e precioso projeto de navegação fluvial” (1995, p. 22). Nunca levado adiante.

²² Nesse rol, Chaul (1995) destaca a figura de José Leopoldo de Bulhões Jardim/(1856-1928), que não era pecuarista, não tinha ligação com o setor agrário do ponto de vista de propriedade e foi por duas vezes Ministro da Fazenda de Governo da primeira República e dirigente do Banco do Brasil.

A implantação da ferrovia no estado de Goiás não foi fácil. Concretizada em duas etapas, a primeira em 1914, com início em Araguari, indo até Roncador, perfazendo 233 km. Nessa primeira etapa, entre 1914 e 1922, a ferrovia imprimiu significativas mudanças para a região sudeste de Goiás, com a valorização das terras, a produção agrícola respondendo pela metade do arroz, milho e feijão produzidos no estado, além do aumento populacional e urbanização. A região tornou-se o principal elo com São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. “[...] Por ali cruzavam boiadas para as zonas cafeeiras assim como produtos importados de outras regiões”. Em outras palavras, o comércio intermediário foi eliminado, e a agricultura goiana dinamizada pelo arroz e o milho, produtos de maior relevância (ESTEVAM, 2004, p. 175).

O prolongamento foi interrompido por fatores diversos, como a falta de verbas públicas, dificuldades financeiras das empresas construtoras, conflito armado, interesses econômicos e políticos dos mineiros, dificuldades de importação dos materiais em decorrência da Primeira Guerra Mundial, tudo isso aliado aos desmandos administrativos: corrupção, cobrança de propina. A crise provocada por tal desorganização comprometeu a manutenção do tráfego e o prolongamento do traçado, o que levou, em 1920, a União a encampar a ETF subordinada à Inspetoria das Estradas de Ferro Goiás, trecho Araguari-Roncador, incluindo os trabalhadores, as linhas em operação (234 km) e as obras de seu prolongamento.

O ano de 1922 marca o início das obras da segunda etapa. O prolongamento porém sofreu alguns contratemplos. Sem métodos adequados e ordem, as obras se tornavam morosas embora, em parte, fossem beneficiadas pelo setor rodoviário em expansão, que facilitava o transporte dos equipamentos necessários à continuidade dos trabalhos até Anápolis, e completando 387 quilômetros de extensão. E, como se pode ver, garantindo, sobretudo, a colocação da produção agrícola goiana no mercado nacional, assim, como a chegada de produtos, maquinários e outros bens a Goiás.

Goiás foi atravessado pela crise do setor ferroviário, como expressão das diretrizes adotadas no decorrer da década de 1930, em âmbito político nacional. As medidas não foram favoráveis às ferrovias, sem melhorias substanciais para os serviços de transporte de passageiros e cargas. Estrategicamente, o governo dispensava atenção às ferrovias de interesse militar e àquelas essenciais para as zonas de comércio e/ou industriais voltadas à exportação. Se, por volta da década de 1920, o Estado apóia o transporte ferroviário, com medidas de proteção, como a isenção de impostos para as empresas do setor, gradativamente

o mesmo Estado conduz o desmonte do setor, ao colocar em prática a nova política de transportes. Cria as bases de fortalecimento do setor rodoviário, com a implantação de uma infraestrutura para atender às novas exigências institucionais do capitalismo em curso no país, que exigia a ocupação e interiorização da região centro-oeste, a interligação dos centros urbanos e a ampliação da produção agrícola. Cabe ressaltar que em 1933, na condição de Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico encaminhou relatório ao governo provisório dando conta de que a “[...] carência de transportes era um dos principais problemas responsáveis pelo atraso e desorganização da economia agrária goiana” (BORGES, 2000, p. 56). Mesmo assim o esforço não garantiu recursos financeiros expressivos necessários ao prolongamento da ferrovia, retardando a chegada dos trilhos em Anápolis para 1935 e o ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia para 1950. A situação foi sendo sempre protelada por contrariar os interesses políticos e comerciais de mineiros e anapolinos, pelo fato de que a nova capital, naturalmente, assumiria a condição de pólo econômico financeiro de Goiás. O novo traçado, vale mencionar alterou o panorama econômico goiano, ao consolidar Goiânia e Anápolis como centros urbanos comerciais, minimizando a “[...] influência econômica do Triângulo Mineiro sobre o território goiano”, exercida em função da insuficiência de recursos e de organização produtiva, por parte de Goiás, para suprir a crescente demanda de alimentos, recorrendo assim, à intermediação comercial do Triângulo Mineiro, grande comprador e vendedor regional, argumenta Estevam (2004, p. 199). Entretanto, em especial após 1950,²³ os trilhos de aço cedem espaço ao asfalto das grandes rodovias com a decadência do transporte ferroviário, desencadeada pela política nacional adotada para o setor de transporte, com supremacia do setor rodoviário em detrimento das ferrovias, estas sucateadas com equipamentos obsoletos e insuficientes não conseguindo manter a competitividade para responder às necessidades do mercado. Parece evidente, portanto, não ter fim a crise das ferrovias. Naquela ocasião, os trilhos da EFG percorriam 480 km, por 30 estações, entre a sede, em Araguari (MG) e o ponto mais distante, a capital goiana. Porém, Goiás foi atravessado por essa crise, articulada ao enfraquecimento da economia primário exportadora. Assim, com o reduzido número de vagões-gaiolas, não se conseguia escoar o boi gordo até os

²³ Sob a presidência de Juscelino Kubitschek, de posse da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que articula capital estatal, nacional e estrangeiro para o desenvolvimento industrial nacional e assegura a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial para o Brasil, na forma de investimento direto, a partir de 1955. Uma estratégia para atrair o capital estrangeiro cuja presença, até então, era tímida no arranjo industrial brasileiro. Em termos práticos, 38,1% do total desses investimentos foram direcionados para o setor de fabricação e montagem de veículos automotores. Antes disso, no Brasil os veículos, eram apenas montados, com peças importadas, determinadas autopeças eram fabricadas, mas o processo como um todo de fabricação de veículos não ocorria no país (CAPUTO; MELO, 2009).

frigoríficos de Minas Gerais e São Paulo, sem falar no transporte de passageiros e mercadorias, moroso e de segurança duvidosa (BORGES, 2000).

Tal foi o cenário posto a Mauro Borges para atuar na defesa dos interesses de Goiás, mercado consumidor em ascensão, abastecedor de alimentos para outros centros e de matéria-prima à indústria. Dentro da proposta de melhorias das condições da ferrovia e dinamização do setor, Mauro Borges obteve apoio, com financiamento do governo federal: “As obras de vulto que construí em Goiás obedeceram a diretrizes traçadas pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, calcadas no progresso sempre crescente da Estrada de Ferro Goiás” (Carta ao Povo de Araguari, 11/2/1954).²⁴

Nos termos pactuados pela Comissão Mista,²⁵ o Estado brasileiro garantia o investimento nas Condições Gerais de Produção,²⁶ conforme destaca Bresser Pereira:

[...] A Comissão Mista propõe que o Estado se encarregue da infraestrutura [energia, transportes, comunicações], enquanto as iniciativas privada e estrangeira encarregar-se-iam da mineração [principal interesse estratégico dos Estados Unidos naquela época em relação ao Brasil], e o Estado brasileiro garantiria o acesso de empresas americanas a seu mercado (2007, p. 18).

O trabalho da Comissão Mista foi subsidiado por estudos sobre a economia brasileira, desenvolvidos anteriormente pelas missões norte-americanas Cooke e Abbink, enviadas ao Brasil, respectivamente, em 1942 e 1948. A política estabelecida pela Comissão Mista trouxe elementos do que viria a ser o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.²⁷

²⁴ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO, Goiânia.

²⁵ Proposta em 1949, durante o Governo do Presidente Dutra, e efetivada em 1951 no Governo de Getúlio Vargas. Engloba o plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina, conhecido como Ponto IV, tornado público em 1949, quando se formou no Brasil uma comissão composta, dentre outros, por Eugênio Gudin, Otávio Gouveia e Valdeir Lima Samanho, encarregada de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. Essa comissão acabou estabelecendo como prioridades os setores de agricultura, energia e transporte, sem formular, contudo, um projeto específico de financiamento (RIBEIRO, 2012). Outro gestor membro dessa comissão foi o engenheiro Paulo de Assis Ribeiro. Por meio do seu escritório, prestou consultoria ao governo Mauro Borges, para elaboração de estudo referente à situação agrária do estado. As diretrizes apontavam para a reformulação agrária consubstanciada na modernização do agro e da retomada da política de colonização agrícola, com a criação de novos núcleos, visando operar em Goiás a modernização capitalista, e também conter os conflitos no campo.

²⁶ CGP são as condições estruturais, no argumento de João Bernardo (2009, 1998, 1979), necessárias à organização do capital. A crescente participação do governo expressa a proximidade com o capital e a modernização pela via pública das *Condições Gerais de Produção*; enfatiza a ordem econômica, visando à acumulação privada no processo produtivo, demonstrando que a finalidade das políticas públicas estava voltada para a promoção do crescimento econômico e do capital.

²⁷ Sobre o papel da Missão Abbink e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos na construção da ideologia e do projeto desenvolvimentista brasileiro, consultar RIBEIRO, Thiago Reis Marques. Das Comissões à Comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão ABBINK” (1948) e da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (1951-1953). Dissertação (mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

Mauro Borges, orientado pela formação militar, especialista em transporte, mas sem nenhuma experiência prática em termos ferroviários, tentou aproveitar o melhor momento com a Comissão Mista. No argumento de Campos Jr. (1998, p. 57), Mauro Borges buscou guiar-se por princípios de planejamento e racionalidade na condução da EFG, “[...] para que realizasse, com sucesso, a reorganização financeira e administrativa, tentando imprimir um novo ritmo a mesma”. Isso, no sentido de obter maior precisão nas ações implementadas diante da possibilidade de incentivos do Estado para a melhoria no sistema de transporte ferroviário, tornando-o mais eficiente, capaz de “[...] modernizar a estrada tentando voltá-la os interesses das regiões que a mesma servia” (CAMPOS JR., 1998, p. 57). O problema de escoamento de grãos para os grandes centros afligia a classe produtora goiana, tanto assim que eram constantes as reclamações.

Na análise de Gomide (1986), do ponto vista de arrecadação financeira, ao que tudo indica, entre 1951 e 1954, Mauro Borges robusteceu os cofres da EFG

[...] Atingiu assim a ferrovia, durante sua gestão como diretor, um recorde de renda no mês de janeiro de 1953, podendo-se prever que nesse ritmo, a quarentona “Goiás” agora remozada terá sua receita próxima a casa dos trinta milhões (Apud Campos Jr., 1998, p. 58).

O aumento da arrecadação veio acompanhado de mudanças administrativas, da aquisição de novas locomotivas a diesel, troca dos trilhos e dormentes, reforma do telégrafo, implantação de trens noturnos e melhoria no sistema de comunicação. Todavia, de acordo com Borges (1995), sem maior rigor no processo de acompanhamento da conservação da linha e da operação de todo o tráfego da estrada, comprometendo o desempenho da ferrovia na prestação de serviços de transporte, de animais e de encomendas, etc. Houve um programa de reaparelhamento, com reparos nos trechos mais críticos, com substituição dos trilhos no trecho Araguari-Pires do Rio, porém, os dormentes, gastos e apodrecidos, não foram trocados, deixando em curto prazo os trilhos novos vulneráveis a deformações.

Mauro Borges buscava sobressair-se nos moldes de sua formação militar, atuando na garantia da disciplina, do controle e da ordem:

[...] Claro, sem dúvida. A energia, a repressão da vagabundagem, da incapacidade, do roubo. Uma vez, eu tomei um trem de surpresa, e mandei contar o pessoal que tava dentro do trem e as anotações e as passagens, tinha muito mais gente porque o chefe do serviço tava roubando, em vez dele dar a passagem, ele pegava o dinheiro [...] eu mandei contar, verificar e comprovar que o chefe tava lesando a Estrada [...] o senhor vai ser destituído (CAMPOS Jr., 1998, p. 127).

Porém, gostava de enaltecer seus feitos principalmente na área social:

[...] Os funcionários não podiam ir às cidades tratar os dentes e fazer consultas médicas. Criei então um serviço volante com automotrizas que levaram médicos e dentistas a cada turma de conserva (cuidadores dos trilhos e dormentes) da estrada, o

que ocorria de dez em dez quilômetros. Os veículos eram retirados dos trilhos e passavam o tempo necessário para tratamento dos dentes e da saúde em geral dos trabalhadores e de suas famílias (TEIXEIRA, 2002, p. 165).

Ressaltava o auxílio da sua esposa:

[...] não posso deixar de registrar a permanente e eficiente colaboração que tive, no campo social, de minha mulher, sobretudo na assistência a mulheres e filhos dos ferroviários. Um fato que marcou a ação social de Lourdes foi o ‘ “Trem do papai Noel”’. Lourdes teve um extraordinário trabalho de levantar dados pessoais de todas as crianças: idade, sexo, o presente que desejavam no natal. [...] Eu e ela iríamos levar os presentes e distribuí-los em todas as estações da ferrovia. [...] Para isso conseguiu expressivas doações dos colaboradores, e, por incrível que pareça, todas as crianças receberam presentes personalizados que queriam (TEIXEIRA, 2002, p. 165).

Lourdes Estivallet foi, sim, uma espécie de primeira dama da EFG. Parecia estar constantemente ao lado de Mauro Borges, colaborando no trabalho de repartição de bens e serviços aos ferroviários: “Páscoa para os ferroviários, Natal da criança ferroviária pobre, cerimônias de casamentos”,²⁸ remédios, enxoval dos bebês. A noção de assistência social assumida por ela e pelo marido é a da caridade para com os pobres, de viés emergencial, pontual e descontínuo de atenção social. Espelha uma visão conservadora de enfrentamento da questão social com medidas assistencialistas, esvaziadas da noção de direito. Visão esta enraizada na trajetória brasileira, ao reforçar a figura do pobre beneficiário, do desvalido, do desamparado do necessitado.²⁹

No Brasil, constitui-se um processo histórico o social tomado como secundário ao econômico. Do ponto de vista estatal, isso traduziu por décadas o enfrentamento da questão social com base na benemerência, dependente dos critérios de mérito, da concessão do benefício por critérios de elegibilidade, com comprovação da incapacidade financeira para tornar-se beneficiário, e a necessidade submetida ao parecer de um técnico, tudo reforçado pela insuficiência e precariedade de recursos destinados à proteção social, cimentando a cultura de que para os pobres qualquer coisa basta. Nesses termos, o Estado não apenas incentiva a benemerência, mas passa a ser responsável por ela, com adoção de legislação que garante tal fim. Em outras palavras, vincula-se a assistência social ao trabalho filantrópico,

²⁸ Sobre o assistencialismo desenvolvido por Mauro Borges junto a EFG consultar: BARBOSA, Fábio de Macedo Tristão. *Ferrovia e Organização do espaço Urbano em Araguari – MG (1896-1978)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Niterói- RJ, UFF, 2008, p. 115. Disponível em: http://www.bdtndc.uff.br/tde_arquivos/26/TDE-2009-05-29T142442Z-2010/Publico/Fabio%20Barbosa-Dissert.pdf. Acesso em: 13 mai. 2013

²⁹ Sobre a questão da assistência social, consultar: MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

voluntário e solidário, carregada da pesada herança assistencialista guiada pela lógica do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando. Formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com a classe subalterna, consolidando uma cultura tuteladora, ao deslocar o direito de cidadania ao acesso a determinado serviço para a lógica da doação, do favor, a ser retribuído com reconhecimento do favor ao doador.

A postura de Mauro Borges é coerente com o cenário político tradicional e sedimenta o clientelismo, o favoritismo, o personalismo, a troca de favores, indispensáveis para assegurar sua liderança, tendo em vista que as trocas clientelísticas podem garantir sucesso e permanência no jogo político. Os apontamentos de Inácio (2006) corroboram para identificar o perfil de gestão efetivado à frente da EFG, tomando como referência a Circular nº. 21, de 1953, dirigida por Mauro Borges aos chefes de Divisões e Seções:

- [...] a) Considerando o gozo dos direitos políticos é condição essencial para o aproveitamento na tabela numérica de mensalistas, e
- b) Considerando que todo brasileiro alfabetizado, maior de 18 anos, tem por obrigação de civismo fazer o exercício do voto, como força democrática, resolve determinar a todos os servidores da Estrada de Ferro de Goiás, ainda não eleitores, mas em condições de ser, que tomem rápidas providências para se inscreverem como tal (INÁCIO, 2006, p. 126).

Ainda no referido documento, com desenvoltura de um militar no sentido da ordem e da disciplina, Mauro Borges adverte:

- [...] Os senhores chefes ficam obrigados a proporcionar aos subordinados cuidadosa orientação no sentido de fazer cumprir esta o quanto antes, devendo acompanhar o andamento da petição até a entrega do título, indicando, se necessário um servidor para esse serviço (INÁCIO, 2006, p. 126).

Logo em seguida, determina, sob pena de punição:

- [...] Esta diretoria determina a mais fiel observância desta circular, a fim de evitar o prejuízo dos servidores propostos para integrarem as Tabelas de mensalistas (INÁCIO, 2006, p. 126).

As investidas de Mauro Borges incorporavam traços de um sistema vertical de poder, com distinção, hierarquização e acesso controlados por mecanismos meritocráticos, ou na base do clientelismo, dos conchavos, do apadrinhamento, para garantir o emprego, um tratamento dentário, uma vaga na creche, uma cesta básica, vinculando o acesso ao favoritismo, desvirtuando o sentido do direito ao expressá-lo como privilégio. Pelo Ofício Circular nº 21, de 12 de junho de 1953, encaminhado aos Chefes de Divisões, Serviços e Seções da Estrada de Ferro Goiás, Mauro Borges pactua com clareza a relação clientelista de intermediação de interesses com os ferroviários em troca de apoio político-eleitoral, seja lá para quem for, mediante inclusão nas Tabelas de mensalistas. Especificamente no caso dele a

posse do título do eleitor se traduzia em emprego para seu portador ou acesso a *tabelas de mensalistas* da EFG, mas, sobretudo, atendia a suas conveniências políticas e aos interesses partidários aos quais estava vinculado, por meio da distribuição de cargos públicos. Sobre o clientelismo, na obra *A Gramática política no Brasil* Nunes afirma: “Assim, o clientelismo que cresceu à sombra da estrutura social brasileira tornou-se um instrumento de engenharia política astuciosamente manipulado por aqueles que se encontravam no poder” (2010, p.68).

Ao que parece, a tentativa de Mauro Borges imprimir outro ritmo à EFG resultou em controvérsias, ao tentar articular procedimento racional ao clientelismo até como estratégia de buscar apoio a sua gestão. Voltando a seus argumentos sobre a atuação de Mauro Borges à frente da EFG, com base no depoimento do ferroviário Togo Gomes de Almeida feito ao Jornal *O Globo* (3.9.1958), Borges (1995), destaca, além da identificação do ex-diretor com o clientelismo, seu esforço na captação de verbas para o aparelhamento e conservação da EFG. Entretanto, no seu entendimento, o feito veio acompanhado do aumento das ingerências políticas nos negócios da ferrovia, com um viés clientelista e paternalista permeando as relações de trabalho ali existentes.

E, por vezes, o posicionamento de Mauro Borges mesclava princípios autoritários com certo idealismo, como consta em Campos Jr.:

[...] fui ser populista porque não podia deixar de fazer o que era necessário. E por que não? De certa forma, me aliar à confiança do pessoal. Por que não plantar as coisas pra eles comerem? Eles comiam tão mal. Eu mandava dar semente e obrigava, não era voluntário não, todo mundo tem que plantar horta. E aí, eu às vezes ia à hora do jantar, chegava lá e todo mundo comia sopa (CAMPOS JR. 1998, p. 120).

As práticas populistas estabelecem uma relação bastante complexa, pois vão ao encontro da lógica da tutela e do personalismo, aspectos que ajudam a entender o projeto político de Mauro Borges e sua prática vinculada a cenários bem demarcados, afinal, “[...] cada tempo tem sua marca específica, definida pelas ações dos sujeitos históricos e pelos valores que conformam” (NEVES, 2010. p. 170).

Outra questão que com certeza pairava sobre a direção da Estrada de Ferro eram os laços políticos de Mauro Borges, com importantes contribuições para sua experiência administrativa, na promoção de melhorias para os ferroviários/mineiros: construção do Hospital do Ferroviário (1953), Escola Técnica de Educação Familiar (1953),³⁰ Cooperativa de Consumo, ampliação da Vila Ferroviária, criação do Serviço médico e odontológico itinerante – destinado aos trabalhadores que atuavam diretamente na via permanente, os

³⁰ Currículo da Escola Normal acrescido de economia doméstica, higiene, corte costura, puericultura, trabalhos manuais e educação para o casamento (Consultar: Barbosa, 2008).

“tatus” –. Tais melhorias se traduziram em estímulos aos ferroviários, todavia, atuaram como importantes instrumentos de controle. Interferindo na vida privada como no caso do cultivo da horta, na educação para garantir obediência às normas e a disciplina; a assistência à saúde voltada para aferir o rendimento do trabalhador, e possível absenteísmo, se por doença ou vadiagem. Por sua vez, Mauro Borges esperava o reconhecimento por seu esforço, mediante o empenho dos ferroviários, com maior produtividade e eficiência da EFG.

Com isso, respaldando suas aspirações futuras. Havia outros elementos, como os conhecimentos adquiridos na formação militar da Escola de Realengo e Escola de Comando e Estado Maior do Exército, que lhe garantiam possibilidade de apresentar suas demandas, conforme atesta expediente de 1951, e encaminhado ao presidente Getúlio Vargas:

[...] tendo em vista a EFG ser um eixo central da *hinterland* brasileira, do ponto de vista da Defesa Nacional, é a rota mais segura para ligações do norte-sul, bem como, para defesa da via litorânea. Isto posto, pode V. Ex^a. avaliar a importância econômica militar da EFG no conjunto dos transportes nacionais [...] com abastecimento de grande parte da Amazônia, região Brasil Central, inclusive o Triângulo Mineiro. Solicito o reaparelhamento da EFG, material, pessoal, aumentos de tarifa à altura de suas necessidades.³¹

1.2.2 A ameaça vermelha

A passagem de Mauro Borges pela EFG coincide com o cenário mundial da Guerra Fria, com incisivo embate ideológico das forças políticas vinculadas ao comunismo e ao capitalismo. O momento nacional, por sua vez era de efervescência política, com emergência de novas forças sociais na vida do país, intensificando a mobilização e a organização dos trabalhadores em sindicatos para exigir seus direitos. Para as elites, uma luta que espelhava o socialismo. E não menos intensa foi a campanha de combate ao comunismo, que contaminou os militares brasileiros após 1935 e se acentuou a partir de 1947, com o advento da Guerra Fria. No entendimento de Carloni (2012, p. 37), a mobilização em torno do combate ao comunismo “[...] por setores conservadores e reacionários esteve presente na sociedade brasileira desde as primeiras décadas do século, quando a doutrina adquiriu materialidade na Revolução Russa de 1917”. Contudo, assume maior vigor com o advento da Intentona Comunista em 1935, levante armado, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, visando à tomada do poder. O movimento refletiu intensamente no seio das Forças Armadas, em especial no Exército, visto como uma traição, intensificando o anticomunismo. Em outras palavras, por meio de campanha sistemática, o comunismo é apresentado como uma ameaça à

³¹ Não identificamos no documento, a data e o número, somente o ano, 1951. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO, Goiânia.

ordem estabelecida, o inimigo da pátria. A bandeira do anticomunismo aglutinou em torno de si a Igreja Católica, as Forças Armadas, a polícia, órgãos de imprensa desencadeando feroz campanha para influir a opinião pública (com destaque para os jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*), os governos das três esferas de poder, organizações criadas exclusivamente para o combate ao comunismo, entidades classistas, intelectuais. Iniciou-se ampla ação pedagógica, envolvendo um eficiente aparato. Na argumentação de Almeida (2003) se em 1935, a ofensiva anticomunista foi um pilar de sustentação ao projeto político de Vargas – o Estado Novo, em 1964, foi uma estratégia bem-sucedida, usada pela direita, que debilitou a política e resultou em realidade sombria – os anos de chumbo da ditadura militar (1964-1985). Em Goiás, a suposta ligação com o comunismo foi elemento decisivo para Mauro Borges Teixeira ser apeado do poder pelos militares e seus aliados civis, a ser abordado neste capítulo.

Concatenado com a conjuntura, Mauro Borges, assumidamente contrário ao comunismo, buscou controlar os funcionários da EFG e o possível envolvimento deles em atividades subversivas. As providências tomadas por ele demonstravam sua preocupação latente com a suposta infiltração comunista na EFG. Correspondências foram trocadas com autoridades da polícia mineira e do Exército, como, por exemplo, o General de Divisão Zeno Estillac Leal³² (irmão do também general de divisão Newton Estillac Leal), Comandante da 4ª Região Militar sediada em Juiz de Fora (MG), e o Delegado Especializado da Ordem de Belo Horizonte (MG), José Henrique Soares.³³ Ao Comandante, Mauro Borges denunciava o suposto envolvimento de ferroviários em atividades subversivas, inclusive na sabotagem de trens e locomotivas; ao delegado, relatava provável participação de trabalhadores da EFG em Congresso dos Ferrovários, a realizar-se em Campinas (SP) naquele ano. Em outro expediente, para o mesmo delegado, em 12/4/1952, foi informada a distribuição do *Jornal Classe Operária (órgão do Partido Comunista Brasileiro-PCB)* pelo ferroviário/EFG, Pedro Geraldo Izidoro,³⁴ em Araguari (MG), assim como a identificação do ferroviário Gabriel José Pereira,³⁵ ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB), como destacado membro do

³² Não identificamos a data nem o número do documento, mas, refere-se ao tempo da gestão de Mauro Borges à frente da EFG, provavelmente entre 1951-53. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO, Goiânia.

³³ Radiograma nº 1480, de 14/4/1952. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO, Goiânia.

³⁴ Fichado no Arquivo da Polícia Política de Minas Gerais relativo ao período de 1927 a 1982. Pasta de nº 3936, documento 8, sob o título “comunismo”; Descrição: relatório policial, atestados, documento processual, correspondências policiais e lista de nomes sob suspeita de envolvimento com o comunismo; Constam da pasta informações acerca da célula Siqueira Campos. Locais: Araguari, Belo Horizonte e Juiz de Fora, todos pertencentes a Minas Gerais. Descritores: comunismo, organizações político-militares.

³⁵ Fichado no Arquivo da Polícia Política de Minas Gerais relativo ao período 1927 a 1982, Pastas de nº 5489, 5486, 5000, 4126, 3934, 3787, 0247, títulos: comunismo, investigação a operários, Movimento pela paz,

PCB no Triângulo Mineiro. O diretor da EFG denunciava ainda, a infiltração comunista nos meios rurais, onde foram entregues armas e munições. De acordo com ele, na cidade de Araguari (MG), com regularidade, os militantes distribuíam o Jornal *Classe Operária*. Mauro Borges tentava manter o controle dentro e fora da EFG,³⁶ em especial em Araguari e adjacências. Além da troca de informações com autoridades militares e policiais, ele recorreu a informantes infiltrados na EFG e fora dela.

O PCB tinha tradição de luta naquela região. Em meio a transformações econômicas e sociais no Triângulo Mineiro, após a década 1930, o PCB estabeleceu ali as bases de sua atuação militante. No depoimento de Jorge Jungmann, colhido por Dayrell (1984) em *O PCB em Goiás: 1936/1948*, destacou-se a presença comunista naquela região e sua contribuição na organização do partido em Goiás, em especial na região sudoeste, entre 1930 -1940:

[...] há então uma penetração muito intensa da atividade do Partido [Comunista Brasileiro] do Triângulo, Uberlândia, Araguari, que é um partido forte e que realmente faz um trabalho de penetração efetiva para o sudoeste goiano e para a região da estrada de ferro, sobretudo. Além do que, há uma entrada de elementos que vem, clandestinos se abrigar em Goiás, por essas vias. Entrada via Minas, via estrada de ferro (1984, p. 129).

Talvez, e muito provavelmente, a passagem de Mauro Borges pela EFG, tenha sido benéfica se pensada na suposta ameaça da *onda vermelha*. Como diretor da EFG, de forma velada, até pelas correspondências trocadas, é plausível que ele tenha buscado sistematizar estratégias, inclusive a repressão policial, tanto para inibir a presença de comunistas entre os ferroviários quanto para impedir a disseminação de *ideias subversivas* no interior da Goiás e regiões vizinhas. Sobretudo, na tentativa de se contrapor a qualquer articulação que pudesse levar os ferroviários a contestar a ordem estabelecida, a enveredar pelo caminho da luta política.

investigações diversas. Descrição: campanha pela imprensa popular, Partido Comunista, distribuição do Jornal *O Povo*, antecedentes políticos pedido pela companhia Morro Velho.

Locais: Araguari, Belo Horizonte, Montes Claros, Nanuque, Nova Era, Ponte Nova, Santos Dumont, Uberlândia, localizados em Minas Gerais. Descritores: antecedentes políticos campanha pela imprensa popular, Movimento pela paz, empresas, partidos políticos, publicações. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: www.siapm.cultura.mg.gov.br. Acesso em: 24 dez. 2013.

³⁶ O *Circulo Operário* de Araguari mobilizava a população para *A cruzada anti-comunista*, a realizar-se no dia 26 de abril de 1952, com palestras do promotor do Rio de Janeiro, Orlando Ribeiro de Castro, Reverendo Pe. Leopoldo Brentano, presidente da Confederação dos Círculos Operários. O evento com anuência do diretor Mauro Borges Teixeira, ia acontecer nas dependências da Estrada de Ferro Goiás. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

1.2.3 A transferência da sede da EFG para Goiânia

Os embates políticos não cessam. Mauro Borges experimentou dias difíceis em Araguari. A polêmica da transferência da sede da EFG de Araguari para Goiânia foi um desses. A transferência era uma antiga reivindicação dos políticos goianos. A indicação de Mauro Borges deflagrou o processo. Como primeiro goiano a ocupar um cargo que sempre fora de mineiros, o fato causou alguns melindres junto à classe política mineira, aos ferroviários e moradores de Araguari, e a questão da transferência voltou à tona. Mauro Borges adotou um discurso conciliador, afirmando de maneira veemente que não faria gestão junto ao presidente Getúlio Vargas para mudança da sede da EFG de Araguari para Goiânia.

Contudo, os fatores objetivamente favoráveis a Mauro Borges não conseguiram contrabalançar o peso das adversidades da campanha adotada pelos opositores à transferência da EFG; aliada a eles, a União Democrática Nacional (UDN), opositora de Getúlio Vargas no plano nacional e de Pedro Ludovico no estado de Goiás. Durante sua gestão, Mauro Borges enfrentou uma série de denúncias de improbidade administrativa, de privilegiar os interesses de Goiás, de usar o cargo para promoção pessoal, de desmandos administrativos, até mesmo de assassinato do engenheiro da EFG, Francisco de Assis. Após a apuração dos fatos pelo delegado Bento Romeiro, os assassinos foram identificados e Mauro Borges absolvido da acusação. Em relação às outras acusações, nada foi provado. Mauro Borges afirmava tratar-se de ilações plantadas por seus adversários, especialmente pelos ferroviários comunistas e pelos políticos da UDN.

A transferência da EFG foi confirmada como uma decisão de gabinete, sem discussão com os ferroviários, pois, como afirmou Mauro Borges, era “uma decisão de chefia, de comandante, nada de participação deles não” (CAMPOS Jr., 1998, p. 124). A alegação para a mudança era a de que Goiânia seria o centro político, administrativo e econômico de toda a região envolvida pela estrada. Tal decisão colocou em pé de guerra goianos e mineiros, numa disputa política com repercussão nacional. O fato justificou a presença de jornalistas de uma das principais revistas de circulação nacional daquele contexto – a revista *Manchete* – enviados até a Araguari para acompanhar os desdobramentos do conflito.

Na disputa pela EFG, as estratégias de luta levadas a efeito pelos mineiros e goianos se contrapunham no encaminhamento: a condução do movimento deflagrado pelos mineiros assegurou um apelo mais popular e ganhou as ruas de Araguari; os líderes ferroviários construíram um movimento de resistência: como estratégia, prenderam os vagões nos parques da EFG, mobilizaram populares, políticos, organizaram passeatas, greve,

formaram comissões para, junto ao governo de Minas Gerais e ao Ministério da Viação e Obras Públicas, tentar voltar atrás na decisão de efetivar a transferência.

A pressão política dos goianos, por sua vez, ocorreu de maneira diferente, com a criação, em Goiânia, do *Comitê Pró-Transferência*, sob o comando de Zoroastro Artiaga, influente político goiano, defensor da integração de Goiás aos marcos do desenvolvimento nacional. O comitê aglutinou políticos, empresários, classe produtora vinculada à agricultura e pecuária e o PSD, usando toda a sua influência em favor da transferência. Com essa finalidade, membros do comitê levaram pessoalmente a reivindicação dos goianos ao governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (PSD), que se mostrou sensível à solicitação (CAMPOS Jr., 1998). E, tendo em vista seus interesses políticos no sentido de concorrer à eleição para a presidência da República, não tomou partido em favor dos mineiros, interessado no apoio de Pedro Ludovico e do PSD goiano (CAMPOS Jr., 1998). Apoio talvez mais importante do que manter a sede na cidade mineira. Araguari foi o único município do estado de Minas Gerais onde Juscelino Kubitschek foi derrotado quando das eleições à presidência da República, em 1955.

A situação tomou proporções descabidas. Em depoimento a Campos Jr. (1998, p. 79), Mauro Borges, sobre os mineiros de Araguari, relatou:

[...] desenvolveram com tal violência uma campanha contra mim [...] [que] meu assassinato não seria surpresa [...] isso causou preocupação [...] inclusive ao Ministro da Viação e Obras Públicas [...] homem conhecido pela bravura e independência [...] José Américo Almeida [...] [que] me mandou um telegrama dizendo: *em virtude do clima de violência e ameaça sobre sua pessoa, autorizo transferir provisoriamente a sede da ferrovia* (grifo da autora).

A medida foi efetivada pela Portaria nº 301, de 13 de abril de 1954,³⁷ que autorizou a transferência, de Araguari para Goiânia, da diretoria, do gabinete diretor, da secretaria de comunicação e da assistência jurídica da Estrada de Ferro Goiás. Em relação à decisão da transferência, Mauro Borges justificou-se, adotando um discurso com ênfase na técnica, para reforçar sua autonomia administrativa. Tentou, com isso, afastar da decisão qualquer conotação política de interferência de Pedro Ludovico: “[...] ele nunca participou diretamente disso” (CAMPOS Jr., 1998, p. 101); ou para fins eleitoreiros, em benefício próprio ou do Estado de Goiás: “Goiânia já era tão forte [...] que não teve nenhum significado [...], não recebeu isso (a transferência) como uma grande contribuição ao desenvolvimento da cidade” (CAMPOS Jr., 1998, p. 118).

³⁷ Sancionada pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo Almeida (1953-1954).

O suicídio mudou tudo. Diante do sucedido com Getúlio Vargas em 1954, Mauro Borges antecipou a saída da EFG: “Quem ia mandar era a UDN, e eu [pedi] a demissão” (CAMPOS Jr., 1998, p. 123). A gestão à frente da EFG demonstrou a afinidade entre o projeto político e seu principal protagonista, sobressaindo-se a experiência republicana no trato das questões públicas. Em depoimento à Revista Manchete, Mauro Borges ressaltava seu papel de administrador: “Acabei com as girafas (especialistas em furtos maiores) e os girocas (especialistas em furtos de médio porte). As minhocas são impossíveis (especialistas em furtos pequenos)” (1.5.1954, p. 21); e sem qualquer modéstia afirmou: “a estrada não existia [...] em termos de eficiência, de estímulo [...] depois que eu fui diretor, a ferrovia passou a ser conhecida, havia interesse e tudo mais” (CAMPOS Jr., 1998, p. 129). O discurso de Mauro Borges apontava insistentemente o caminho em direção a um projeto político em curso, e, considerando os desdobramentos daquela conjuntura, ele foi o homem certo para o lugar certo.

Como era previsível, a política adotada para o setor de transporte por sucessivos governos e o desenvolvimento alcançado por outros centros, levam Araguari a uma fase de decadência econômica e urbana, intensificada com a retirada dos trens da Mogiana (1973) (SOUZA; SOARES, 2010). Em 1957 houve uma tentativa para alavancar o sistema ferroviário brasileiro, com a unificação de todas as empresas ferroviárias da União numa só empresa: a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Os resultados foram pífios. No dizer de Barsanufio Gomide Borges: “A Ferrovia havia cumprido seu papel histórico como via pioneira de penetração e de integração da economia goiana à dinâmica capitalista do sudeste” (1995, p. 44).

Mauro Borges foi eleito em outubro de 1958 o deputado federal mais votado em Goiás. Iniciou seu mandato pelo PSD, tomando posse em 2/2/1959. Licenciou-se para tratar de interesses particulares, por 100 dias, de 21 de julho a 28 de outubro de 1959, reassumindo em 29 de outubro de 1959. Sua atuação parlamentar pautou-se na defesa dos interesses de Goiás, junto ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia – criado em 6.1.1953, com a instituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), encarregada de integrar e promover à ocupação e o desenvolvimento da Amazônia. Faziam parte da SPVEA, os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, e os territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia –. Mauro Borges recebeu “carta

credencial"³⁸ do governador José Feliciano Ferreira para "tratar em nome deste governo [...] sobre assunto de interesse do estado de Goiás" relacionados com o "Plano de Valorização Econômica da Amazônia e com o Banco de Crédito da Amazônia" (substituindo o Banco de Crédito da Borracha) (CAMARA DOS DEPUTADOS).

Mauro Borges destacou-se ainda, como articulador do I Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, atuando juntamente com seu pai, Pedro Ludovico na sua aprovação, ainda no final da gestão do Governador José Feliciano (1958-1960). Assim, dispondo de importante instrumento de planejamento, inovador na experiência goiana de políticas públicas. Mauro Borges renunciou ao mandato de Deputado Federal, na Legislatura 1959-1963, para assumir o mandato de governador do estado de Goiás (1961-1965); em ambas as disputas contou com total empenho de seu pai, Pedro Ludovico Teixeira e do PSD. Resultados que se traduziam para Pedro Ludovico (na condição de principal liderança da política de Goiás) como a possibilidade da “continuidade de sua dominação política”, além de “transferir paulatinamente a [sua] herança política” para Mauro Borges (RABELO, 2009, p.51).

1.3 UM POLÍTICO DA ORDEM: MAURO BORGES E O MOVIMENTO DA LEGALIDADE (1961)

À frente do governo de Goiás, engajado com as questões do seu tempo – pensar e reformar Goiás – o planejamento, a tecnocracia e o intervencionismo estatal alimentaram seus ideais reformadores. Mauro Borges propôs um modelo gerencial com princípios, normas e procedimentos alheios aos aplicados pelos gestores na condução do governo do estado, centrado na modernização, nos processos racionais e na meritocracia, sem deixar de lado certo personalismo. Simultaneamente, articulado à conjuntura nacional, dentro de um cenário político e econômico marcado pela busca incessante do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, do progresso, além de muitas turbulências e confrontos políticos. Projetou-se nacionalmente ao atuar ao lado de Leonel de Moura Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB/RS), na defesa da Constituição, deflagrando o Movimento da

³⁸ Em 2/3/1959, José Feliciano dava a Mauro Borges “pleno poderes para exercer a incumbência do meu governo podendo elaborar planos, firmar decisões a respeito daquele assunto (SPVEA) e fazer o que julgar necessário e conveniente”. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Legalidade³⁹ em 1961. Sem negar as diferenças ideológicas entre Brizola e Mauro, havia uma linguagem política – a defesa da legalidade – que os unificava, por meio da qual se reconheciam e se valorizavam.

Após uma efêmera passagem de sete meses pela presidência da República, Jânio Quadros renunciou ao cargo em 1961. Para Dreifuss (1981), seu governo expressou uma nova relação das forças sociais e grupos econômicos de poder em ascensão, e a direção política aproximava dos objetivos das classes empresariais. No entanto, um legado de problemas atingiu seu governo, a saber, uma inflação incontrolável, estagnação agrária, dificuldades na balança de pagamento, além da exaustão do mercado de consumo de bens duráveis, que favorecia a classe média alta, isso, aliado às inadequações burocráticas. Esses fatores obstaculizaram o crescimento distributivo esperado pelas forças populares, assim como a execução de um programa de reformas exigidas pela grande comunidade industrial, que implicaria sacrifícios à classe trabalhadora, restrições econômicas e políticas às oligarquias tradicionais e contrariava os interesses dos industriais de médio porte locais. Para além, na política externa, Jânio Quadros buscou adotar uma postura independente e aberta às relações com diferentes países, inclusive com o leste europeu, contrariando a ala nacional mais conservadora e os Estados Unidos. Posicionou-se favorável ao ingresso da China Comunista na Organização das Nações Unidas (ONU), além de condecorar Ernesto Che Guevara com a medalha da Ordem Cruzeiro do Sul.⁴⁰ A outorga da condecoração foi duramente criticada pelos aliados do presidente, entre eles, Carlos Lacerda.

Aliada a isso, a política, em decorrência da maneira como Jânio Quadros exercia o governo, com atitudes imprevisíveis, marcadas por “ziguezagues e incoerências” (REIS FILHO, 2010, p.325), utilizando-se, por exemplo, dos famosos “bilhetinhos”, uma tentativa de suplantar os desmandos políticos e burocráticos da ineficiência e dos interesses tradicionais. Tal posicionamento contrariava as elites e o Congresso, o que levou a União Democrática Nacional (UDN), partido que dava sustentação política ao seu governo, a retirar-

³⁹ Sobre a participação de Mauro Borges no Movimento da Legalidade, consultar TEIXEIRA, Dulce Loyola. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás*. Movimento da Legalidade. Brasília: Senado Federal. Centro gráfico, 1994. Sobre o processo, na totalidade, MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. Que as armas não falem. São Paulo: Editora SENAC, 2001. ; DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁴⁰ Em agradecimento à honraria, na condição de diretor do Banco Nacional e Ministro da Indústria de Cuba, declarou: "Sr. presidente: como revolucionário, estou profundamente honrado com esta distinção do governo e do povo brasileiros. Porém, não posso considerá-la nunca como uma condecoração pessoal, mas como uma condecoração ao povo e nossa revolução, e assim a comunicarei com as saudações desse povo que v. exa. pessoalmente representa. E a transmitirei com todo desejo de estreitar as nossas relações." (*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago.1961). Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20ago1961.htm. Acesso em: 17 set. 2012.

lhe o apoio. Por fim, Jânio Quadros articula como saída para a crise, a renúncia ao cargo de presidente. Confiando mais no seu carisma, não tanto na efetiva autoridade, intentou assegurar um mandato centralizador, com retorno ao governo por meio da mobilização popular, do respaldo do empresariado e do apoio de uma coalizão militar. A manobra não surtiu o efeito esperado. E Jânio Quadros renuncia.

A partir daí, os ministros militares: Vice-Almirante Sílvio Heck (Marinha), Marechal Odylio Denys (Guerra) e Brigadeiro do Ar Grun Moss (Aeronáutica), não dispostos a endossar a atitude de uma “figura errática e excêntrica” como a de Jânio Quadros, buscaram articular uma saída que não se concretizasse na posse do vice-presidente eleito João Marques Melchior Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (DREIFUSS, 1981, p. 129).

Imbuídos desse objetivo, divulgaram um documento, respaldado pela UDN, pelas elites agrária e industrial, pelos interesses multinacionais e associados, e, para além, pelos militares ligados à Escola Superior de Guerra e pelos políticos tradicionais. Nele, manifestavam a inconveniência da posse de João Goulart. Defendiam o rompimento da ordem jurídica, para assegurar a convocação de novas eleições presidenciais. Os ministros militares contavam com apoio de setores totalitários e entreguistas, mas não contavam com o apoio popular (TEIXEIRA, 1994).

A conjuntura da Guerra Fria, o mundo, polarizado ideologicamente entre comunismo e capitalismo, assistia a embates significativos: guerras coloniais em Angola, Guiné, Moçambique; a independência do Vietnã; a expansão do maoísmo (movimento influenciado pelo pensamento do líder comunista chinês Mao Tsé Tung); a Revolução cubana, que munuiu as esquerdas com novos projetos revolucionários.

Isso leva os Estados Unidos a assumir uma “paranóica vigilância”,⁴¹ característica marcante da nova política destinada à América Latina, orientada para o fortalecimento dos militares da região, tidos como resistência diante de qualquer iminência revolucionária e também para o desenvolvimento de uma política de ajuda, no intuito de construir uma imagem americana positiva no continente e ampliar sua influência. Os interesses estadunidenses não se restringiam a fortalecer governos anticomunistas, visavam também ao crescimento econômico do continente (FICO, 2008, p.25).

A realidade brasileira, no período que vai do final da década de 1950 até início de 1960, assiste à emergência de novas forças sociais na vida nacional; os movimentos sociais,

⁴¹ Sobre a ofensiva estadunidense no Brasil, consultar: FICO, Carlos. *O Grande Irmão*: da operação Brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos EUA e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

as ligas camponesas, ficaram fortalecidos. O rápido processo de industrialização, com a introdução do capital estrangeiro e das multinacionais, culminou no crescimento da camada urbana dominada pelos operários da indústria, do setor terciário, pelos trabalhadores braçais e dos serviços públicos, intensificando-se a mobilização e a organização dos trabalhadores em sindicatos, na luta por seus direitos.

Em profunda articulação com essa manobra militar, de impedir a posse de João Goulart atuaram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES),⁴² entidades anticomunistas que aglutinavam empresários brasileiros ligados aos interesses do capital internacional, políticos, intelectuais, profissionais liberais e militares. Ambas articuladas à Escola Superior de Guerra (ESG), realizaram diversos estudos relativos às questões nacionais, para a formulação de um planejamento estatal. Ipes⁴³ e Ibad apresentavam duas faces, uma, a de contribuir para a solução dos problemas nacionais, promover a educação cultural, moral e cívica do indivíduo; outra, na prática, escancarava a face oculta de articuladora de uma sofisticada campanha política, ideológica e militar, com manipulação de opiniões e guerra psicológica, ao se opor às estruturas populistas, ao executivo nacional-reformista, ao comunismo e às forças sociais populares. Dispunha de grandes somas financeiras para colocar em prática uma ardilosa campanha de conteúdo anticomunista e em favor da disseminação de valores estadunidenses por meio de programas radiofônicos, de televisão e matérias nos jornais.

Sobre o IPES, afirma Dreifuss (1981, p.164), “[...] um verdadeiro partido da burguesia” que, por meio de seus intelectuais orgânicos, os técnicos empresários, os tecnoburocratas, articulava os anéis burocráticos empresariais, com objetivo de apresentar demandas de classes a serem convertidas em políticas públicas.

Na busca por identificar a oposição política de Goiás, Dreifuss (1981) menciona os líderes oposicionistas vinculados à UDN – Emival Caiado e Alfredo Nasser – como pertencentes ao Ipes. Apesar disso, as atividades oposicionistas desenvolvidas em Goiás não expressavam o caráter orgânico presente em outros estados, em especial Guanabara e São

⁴² Ver: DREIFUSS, Renée Armand. 1964. A conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

⁴³ Hornstein e Giordano esclarecem que o nome da entidade é inspirado na árvore tipicamente brasileira, a qual perde folhas para florir novamente. Simbolismo que explicita a principal intenção do instituto: derrubar o governo legítimo para construir um novo país. HORNSTEIN, Caio. ; GIORDANO, Rodrigo. *Anticomunista, católico, golpista bem sucedido: conheça o cinema do IPES*. 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Anticomunista-catolico-golpista-bem-sucedido-conheca-o-cinema-do-Ipes/39/30528>. Acesso em: 22 set.2012

Paulo. Já o Ibad, de maneira mais efetiva em Goiás, aparece, em 1962,⁴⁴ financiando candidaturas de políticos do PSD e da UDN, para além de manter o programa “A Semana em Revista”, na Rádio Difusora de Goiânia, dos padres redentoristas, com pregação anticomunista. No estudo empreendido, Souza (2009) não identificou vestígios da presença do IPES em Goiás, tendo em vista a estrutura econômica de pouca representatividade para a fração de classe que se organizava no contexto nacional. No entanto, no programa de governo de Mauro Borges, há convergências com as propostas do Ipes, em especial no projeto de modernização da agricultura com base na proposta de colonização agrícola, elaborada pelo Escritório Técnico Empresarial do engenheiro Paulo de Assis Ribeiro, destacado membro do IPES e um dos formuladores do Estatuto da Terra, apresentado pelo presidente Marechal Castelo Branco (ESTEVES, 2011), abordado no V capítulo.

Dentro desse cenário, a ascensão de João Goulart, identificado como herdeiro da política populista de Getúlio, de proximidade com a esquerda, expressava uma ameaça aos interesses das forças políticas tradicionais, contrárias à adoção de um programa que contemplasse as demandas populares e de aspirações nacional-reformistas. Sob esse respaldo, os ministros militares, influenciados ainda pelos Estados Unidos, tentam impedir a posse de João Goulart.

Ao responder o mencionado manifesto dos ministros militares, Brizola foi enfático: “[...] posso garantir que o primeiro tiro a ser disparado não será nosso. No segundo, porém, não erraremos o alvo, pois somos bons atiradores” (FERREIRA, 2011, p. 247). Diante dessa situação, os governadores do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e de Goiás, Mauro Borges Teixeira, convocam o povo brasileiro a defender a Constituição, deflagrando o Movimento pela Legalidade.

Paulatinamente, o movimento começou a ganhar forma e, para viabilizar esse processo, entrou em cena uma rede de apoio à luta, com adesão de diversos segmentos da sociedade, sindicatos, União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), artistas, intelectuais,

⁴⁴ O tesoureiro do Ibad, Artur Oscar Junqueira, revelou em depoimento prestado na Comissão Parlamentar de Inquérito (1963)/Câmara dos Deputados, criada para investigar as ações do instituto, que esse havia financiado, nas eleições parlamentares de 1962, 250 deputados ou candidatos à Câmara. Esse financiamento alcançara a fabulosa quantia de cinco bilhões de cruzeiros (o salário mínimo na época era de 13.400,00 cruzeiros). Ver; Dantas, Audálio. *A mídia e o golpe militar - 50 anos do Golpe de 1964*. Estudos Avançados. vol. 28 n. 80, São Paulo, Jan./Apr. 2014. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100007>. Acesso em: 19 set. 2012

empresários do comércio e da indústria, militares nacionalistas, lideranças políticas. Em diversas partes do país, houve adesão dos movimentos sociais, inclusive de centenas de camponeses da região de Formoso (GO), sob a liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se mostravam dispostos a intervir militarmente no movimento popular em favor da posse de Jango. Contra a posse e a favor dos militares, a figura emblemática do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN).⁴⁵ Ele apoiou a iniciativa do Ministério da Guerra de censurar as notícias dando conta das manifestações contrárias ao movimento golpista, chegando inclusive a promover a apreensão dos jornais favoráveis à posse de João Goulart, além de plantar falsa informação daquela conjuntura – de calma, tranquilidade e paz social (ABREU, 2006).

O posicionamento de resistência dos governadores Brizola e Mauro Borges, ao convocar o país a resistir ao golpe, provoca uma fratura no seio das forças armadas: o Marechal Henrique Lott - companheiro de chapa de João Goulart à presidência da República, apoiado pelo PSD e pelo Partido Comunista, derrotado legalista e com uma boa relação com a tropa, defendeu o respeito à Constituição. Nesse entendimento, o III Exército, desobedecendo às ordens do ministro da Guerra, adere ao movimento. Sob o comando do general Machado Lopes, aglutinava as unidades militares do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, detentoras do maior poderio bélico do país, com mais de 150 mil homens armados. Na compreensão do tenente-coronel do exército e governador Mauro Borges, o III Exército, ao demonstrar ser “[...] fiel intérprete e herdeiro desse passado de glórias, nos dá o dignificante exemplo, recusando-se a compactuar com o golpeamento das instituições” (TEIXEIRA, 1994, p. 78; ABREU, 2006).

⁴⁵ O Jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ) publicou, na edição de 28 ago. 1961, a iniciativa de Lacerda para aquela conjuntura, o manual para o *Bom Cidadão*, com orientação de conduta: “Para sua segurança nestes dias, em que baderneiros aproveitam-se das circunstâncias para agitar as ruas, siga estas regras:

- 1 - não ande sem documentos;
- 2 - sempre que qualquer autoridade pedir identifique-se;
- 3 - obedeça sem discutir qualquer ordem da Polícia;
- 4 - não pare para apreciar badernas na rua;
- 5 - não aceite e não guarde qualquer tipo de ‘proclamação’;
- 6 - não corra nas ruas à-toa;
- 7 - não participe de grupinhos e aglomerações;
- 8 - não discuta nas esquinas, principalmente política;
- 9 - não ande armado;
- 10 - não seja curioso (Apud FERREIRA, 1997, p. 13).

Ver: FERREIRA, Jorge. *A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961*. Revista Tempo. Revista digital de história do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1997. 149-182.

<http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf> Acesso em: 12 ago. 2013.

Brizola requisitou os transmissores da Rádio Guaíba (Porto Alegre) para o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, e por meio das ondas médias e curtas, no dia 28 de agosto de 1961, fez um pronunciamento a todo o país, conclamando o povo a defender a posse do vice-presidente, em conformidade com a constituição em vigor. O governador gaúcho convocou, ainda, todas as emissoras de rádio do país a integrar a Rede da Legalidade, com o objetivo de manter a população informada sobre a situação naquele momento de crise. No decorrer do movimento, 104 emissoras do país se integraram à Rede. Sua ação foi fundamental para a tomada de posição da população em defesa da continuidade democrática. Vale ressaltar que o então governador Leonel Brizola foi o homem que deu início a essa série de acontecimentos, e, em todos os momentos, esteve no centro. Ele “unificava as esquerdas, e daí sua ousadia no desafio” (FERREIRA, 2007, p. 546).

Jornais de circulação nacional, com prestígio e influência sobre os formadores de opinião, ficaram divididos em relação à defesa da Constituição, com a posse de João Goulart. A favor: *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense* e *Última Hora*; Contrários: *Jornal O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. O jornal paulista propunha a convocação das Forças Armadas para defender o Brasil de um possível golpe operado por forças subversivas (FERREIRA, 2008; ABREU, 2006). Tais posições deixavam em evidência a tensão, refletida também na imprensa, entre as forças políticas daquela conjuntura, marcada pelo acirramento dos ânimos; a defesa ou acusação apresentada por determinado jornal significava demarcar posição política para além dos trâmites partidários.

Em Goiás, o governador Mauro Borges aderiu de imediato ao movimento, com a emissora estadual Rádio Brasil Central, e solicitou que outras emissoras do estado fizessem o mesmo. “Não sou nem jamais fui comunista”, mas, “[...] se a sucessão não ocorrer dentro do respeito à Constituição, Goiás estará pronto a lutar em defesa da ordem nacional” (TEIXEIRA, 1994, p. 35-50). A condição de filho e herdeiro político de Pedro Ludovico Teixeira, o líder político mais representativo de Goiás, garantia a Mauro Borges a possibilidade de colocar em prática suas propostas. O engajamento de Goiás no Movimento da Legalidade teve o aval de seu pai, do PSD goiano e da Assembleia Legislativa de Goiás, ao convocar os deputados em sessão extraordinária e hipotecar apoio a Mauro Borges e ao movimento.

O Palácio das Esmeraldas, sede do governo de Goiás, tornou-se o centro do movimento goiano pela legalidade, concentrando todas as ações, decisões, informações. Foi

montado um serviço de informação que, a todo instante, recebia notícias da movimentação em Brasília, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outras principais localidades.

Mauro Borges não era um líder nacional, mas em decorrência da adoção de uma gestão planejada, alicerçada no Plano de Desenvolvimento Econômico, gozava de um reconhecimento que extrapolava o Estado de Goiás; e, de modo efetivo, contribuíam para isso as conferências proferidas e exposições sobre as realizações do governo, em diferentes cidades do país, aliadas ainda às entrevistas para importantes jornais, como *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, e para rádios, como a Voz da América. Com tal prática, o governador intentava atrair investimentos para o estado, – além de – buscar legitimidade para seu projeto de modernização de Goiás (RABELO, 2009).

Diante daquela situação de conflito criada pelos opositores à posse de João Goulart, Mauro Borges estava convencido da necessidade de formular estratégias para o enfrentamento da “[...] ação antinacional programada pelos conspiradores golpistas” (TEIXEIRA, 2002, p. 216). Detentor de larga experiência em estratégias militares, para o apoio à posse de João Goulart, elaborou um plano tático de forma minuciosa, inclusive com apoio de logística, por temer que outra forma de sucessão presidencial burlasse os princípios constitucionais. Sob esse argumento, propôs o *Plano Geral de Ação*, com o objetivo de assegurar o bem-estar e a ordem cívica do povo de Goiás e do Brasil. No seu entendimento, “[...] seria uma humilhação nacional, um aviltamento inominável, se retroagirmos desse caminho (autonomia da política externa) e voltarmos à condição pura e simples de satélite [...] que Deus nos ajude e inspire os condutores do Brasil” (TEIXEIRA, 1994, p.51). Com diferentes alternativas planejadas, o governador reuniu seu secretariado para detalhar as ações, designar os grupos e seus chefes, demonstrando, assim, toda a habilidade militar quando a *ordem* é ameaçada.

O governador de Goiás, por meio dos transmissores da Rádio Brasil Central, fez um pronunciamento à nação:

[...] aceitar uma ditadura militar retrógrada, sem programa, sem rumo [...] será reconhecer em nosso país uma incapacidade congênita que nos privaria do direito de manter relações comerciais e diplomáticas com quem nos convenha [...] com países que tenham regime diferente do nosso para o lado da esquerda, pois para com os da direita não opõem obstáculos esses fariseus da democracia [...] convocamos a resistência, a repulsa aos aventureiros [...] aguardamos as decisões do Congresso [...], pois das atitudes deles dependerá nossa palavra de ordem (TEIXEIRA, 1994, p. 50).

Após esse pronunciamento, o Exército censurou a Rádio Brasil Central e mandou lacrar todos os transmissores, agindo da mesma forma com, todo o sistema de comunicação

do Estado de Goiás – jornais, correios e telégrafos – para assegurar que as notícias do Movimento da Legalidade não fossem divulgadas. Em desobediência à determinação do Exército, a Rádio Brasil Central passou a operar diretamente do Palácio das Esmeraldas, sob o comando de Mauro Borges.

Embora as atitudes e tal pronunciamento tenham apontado para uma relativa independência e desobediência do governador de Goiás, suas práticas institucionais refletiam seu posicionamento de classe – defensor da harmonia e da paz social. As interpretações de Mauro Borges traduzem uma visão de mundo de inspiração cristã, na qual impera um ideal de sociedade baseada na cooperação, sem lutas de classes, com predomínio do interesse coletivo sobre o individual, visando à ordem social, traduzida nos objetivos fundamentais constantes da Constituição. Todos cooperando harmoniosamente para o progresso de Goiás e do Brasil. Nesse sentido, há um tom de reprovação aos políticos profissionais, visto como movidos apenas por *interesses menores*, contrapondo-se aos ideais nacionalistas do governador de Goiás, expressos em um projeto de sociedade menos desigual e democrática. Defensor das riquezas e instituições nacionais em face dos interesses estrangeiros, no seu entendimento, legalidade democrática e nacionalismo eram processos complementares entre si.

As palavras de Mauro Borges sintetizam quaisquer que tenham sido as motivações mais profundas do seu gesto, não foi um mero rompante sem explicações. É relevante salientar que ele seguiu suas convicções: “[...] eu jamais poderia concordar com a tutela do Brasil por organizações militares e muito menos por ministros militares. Vi com clareza qual seria e foi minha decisão – enfrentar o golpe” (TEIXEIRA, 1994, p.51). O depoimento de Mauro Borges, um pessedista, estabelece um diálogo com Hipólito: “[...] a posição do partido (o PSD), desde a primeira hora a favor da posse, é mais uma demonstração de sua importância como fiador do equilíbrio político, evitando a vitória de posições radicais (à esquerda e à direita)”. Para o PSD, significava não somente a posse de Jango, mas a manutenção da normalidade constitucional; mesmo à custa de abrir mão do presidencialismo, preservava a estabilidade do sistema político, embora sob forte pressão dos militares. O partido contribuiu no sentido de impedir que a crise ultrapassasse a raia do sistema político. Outro aspecto é identificado por Hipólito: “[...] o cálculo político pessedista vê na posse de Jango o fim do obstáculo maior à volta do partido ao governo em 1965, já que Jango estará constitucionalmente impedido de concorrer contra Juscelino” (1985, p. 115).

Para além, a atitude de Mauro Borges demarcava outras implicações políticas. Sua candidatura ao governo de Goiás foi muito trabalhada em razão de não ter uma efetiva

militância política no estado. Sua ascensão ao poder ocorreu em um cenário de renovação dos partidos tradicionais – PSD/UDN e por meio da articulação de diferentes forças políticas em torno de seu governo. Como a falta de militância e a pouca experiência política do governador era bastante criticada por seus opositores, tornou-se-lhe imperioso fortalecer sua imagem de gestor competente, de homem público comprometido com os interesses de Goiás e do Brasil, o que lhe assegurava legitimidade política.

Desse modo, em Goiás, naquele momento, havia uma determinação legal, e a tarefa seria estabelecer as condições práticas para resistir a um possível golpe das forças armadas e defender os preceitos constitucionais. Por bem, de preferência; ou por mal, se necessário.

Em anotações⁴⁶ feitas de próprio punho, Mauro Borges dava conta da força do Exército sediado em Goiás, com armamentos e homens suficientes para neutralizar a resistência das forças golpistas. Em diversos pontos estratégicos de Goiânia, foram instalados comitês pró-legalidade, com vistas a arregimentar voluntários. Houve grande adesão: professores, funcionários públicos, donas de casa, profissionais liberais, estudantes secundaristas e universitários. Com isso, formou-se o denominado “Batalhão Tiradentes”, com aproximadamente cinco mil pessoas, imbuídas da intenção de defender a ordem legal e assegurar a posse de João Goulart. Esse batalhão de civis, sob o comando do capitão da Polícia Militar do Estado de Goiás, Brasil Koury, reunia-se diariamente para receber instrução e treinamento militar, de primeiros socorros, defesa pessoal e manejo de armas, na expectativa de um possível confronto armado contra as forças golpistas. Dessa forma, a população passa a viver em clima de expectativa constante, à espera dos inimigos, que poderiam atacar a qualquer instante.

Note-se, a formação militar de Mauro Borges moldou-lhe um perfil de administrador, assegurando-lhe princípios de racionalidade e capacidade de planejamento e execução.

Com efeito, as medidas adotadas para resistir a um possível “Golpe de Estado”, até certo ponto demonstram um demasiado exagero: para surpreender o inimigo, Mauro Borges propôs a “Missão Doutor Irineu”: sob o comando do engenheiro Irineu Borges do Nascimento, secretário de Planejamento e Coordenação, um grupo de homens seguiu para Itumbiara, cidade goiana na fronteira com Minas Gerais, por onde passa a estrada que liga São

⁴⁶ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Paulo a Goiânia. A missão consistia em interromper a estrada com o uso de dinamites, destruindo a ponte sobre o rio Paranaíba, na divisa de Goiás com Minas Gerais. Proposta similar foi idealizada em Cristalina, via de acesso a Brasília. Tudo para impedir qualquer manobra dos inimigos.

No pátio do Palácio das Esmeraldas foi instalado um gerador, a ser acionado em caso de emergência ou no caso de a Usina de Cachoeira Dourada que abastecia a capital federal ser tomada pelo *inimigo*. Acionar um botão seria o bastante para a capital federal ficava às escuras. Alguns canhões foram instalados sobre a marquise do Palácio e nos prédios vizinhos. O governador chegou a oferecer a João Goulart a capital de Goiás para sede provisória do governo federal, até que a crise fosse debelada. A essa proposta, Mauro Borges antecipou e determinou construção de pista de pouso clandestina ao lado da Penitenciária Agrícola do Estado de Goiás. A Missão foi realizada pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DERGO), com eficiência. Concluiu o trabalho em três horas. A pista passou a ser fortemente guardada, com destacamentos de policiais e barricadas. O governador colocou o avião do estado à disposição de João Goulart. Outra estratégia planejada e executada foi a apreensão de todas as armas e munições existentes nos estabelecimentos comerciais de Goiânia, colocadas sob custódia do Batalhão Anhanguera da Polícia Militar do Estado de Goiás. A medida, que visava assegurar melhores condições de armamento, em face da precariedade do existente no estado, obteve apoio dos proprietários; Mauro Borges delegou essa missão ao secretário de Segurança Pública, Rivadávia Xavier Nunes. Em questão de horas, um considerável arsenal de armas era depositado no Palácio das Esmeraldas (TEIXEIRA, 1994), inclusive vindo do sul do país. Cumprindo ordens, o presidente da Viação Aérea do Rio Grande do Sul (VARIG) determinou a adaptação de aviões com autonomia para operar entre Porto Alegre e Goiânia, sem escalas, com o intuito de transportar armas e munições para o movimento em Goiás (FERREIRA, 2011), a mando de Leonel Brizola. Fato que demonstrava a articulação política entre Mauro Borges e Leonel Brizola.

O posicionamento de Mauro Borges retrata a maneira como ele buscou articular a prática militar com a ação política. Suas práticas institucionais refletiam sua visão de mundo. Por meio das estratégias por ele propostas, é possível depreender sua coerência nas decisões políticas tomadas para aquele contexto, com base em sua formação e seu lugar de fala, “para garantir a manutenção da democracia e da lei” (TEIXEIRA, 1994, p.36). Isso se confirma, por um lado, na condição de um nacionalista a defender a democracia, a lei e a ordem constitucional; por outro, dentro de um contexto marcado por conflitos de interesses em torno

da distribuição e redistribuição de poder, Mauro Borges buscou assegurar uma proeminência política para fortalecer politicamente seu governo e, conseqüentemente, seu poder, almejando alcançar vãos maiores, em discussão mais adiante.

Mas, afinal, o confronto armado não aconteceu, diz Reis Filho (2010, p.327): “[...] não houve luta. Na tradição Itararé, ambas as partes recuaram”. No dia 29 de agosto o Congresso Nacional rejeitou o pedido de impedimento apresentado contra a posse do vice-presidente. Como desdobramento, foi instituído o parlamentarismo, de maneira casuística, com a redução dos poderes presidenciais, pela Emenda Constitucional nº 4, aprovada, às pressas, em 2 de setembro de 1961. Argumenta Reis Filho (2010, p.325-236) que, “se houvessem (os militares) obtido êxito, quem sabe, talvez a ditadura militar começasse com dois anos e meio de antecedência”; e prossegue, afirmando que foi imposto “um parlamentarismo híbrido: a um presidente enfraquecido, associava-se um parlamento fraco”.

A saída conciliatória acirrou os ânimos dos radicais de ambos os lados. A direita argumentava que, num enfrentamento, levaria a melhor. A esquerda lamentou a oportunidade perdida por João Goulart de infringir uma derrota histórica aos inimigos (REIS FILHO, 2010). Em Goiás, a repercussão do parlamentarismo não foi diferente. Os aliados de esquerda, capitaneados pelos estudantes, organizaram uma grande manifestação pelas ruas da capital, em repúdio à saída conciliadora. Para o Secretário de Planejamento da gestão *maurista*, engenheiro Irineu Borges, João Goulart “reinava, mas não governava” (TEIXEIRA, 1994, p.119).

Feito o acordo entre Congresso e militares, certa tensão pairava em relação à vinda de João Goulart para Brasília. Mas o desenlace caminhava para seu final, nenhum tiro foi dado, ruindo-se o grandioso planejamento de estratégias. Ainda assim, na capital goiana, Mauro Borges convocou todos os voluntários, que tomaram as ruas da cidade, além da Polícia Militar e Exército, que aderiram ao governador para permanecer de prontidão, preparados para o combate, se necessário fosse. Não foi o caso, o confronto não aconteceu.

Por fim, houve uma tentativa de manobra por parte de integrantes da Força Aérea Brasileira para interceptar e abater o avião no qual viajaria Jango – Operação Mosquito – mas foi abortada por subordinados dessa força, que se rebelaram e prenderam os oficiais revoltosos (TEIXEIRA, 1994). Em relação a tal episódio, essa versão é predominante quando o fato é resgatado; no entanto, Amir Labaki (apud ANDRADE, 2011) afirma que a “Operação Mosquito” foi uma estratégia utilizada pela Rede da Legalidade para assegurar que João Goulart chegasse com segurança à capital gaúcha. Tendo em vista todas as inflexões e

desdobramentos impostos por aquela conjuntura, com diferentes e conflitantes interesses, articulados a uma disputa pelo poder político, pode-se considerar a tese de estar em curso, à época uma operação de sabotagem ao avião.

Um argumento essencial daquela conjuntura: a defesa da legalidade mobilizou “as forças que paralisaram os golpistas, chamados desde então de gorilas” (REIS FILHO, 2010, p.328). No final, descontentamento à parte, manteve-se a continuidade democrática. O vice João Goulart embarcou para a capital federal sob forte esquema de segurança, para, então, no dia 7 de setembro de 1961, tomar posse como presidente do Brasil (1961–1964), em sessão solene no Congresso Nacional, ao lado de seu primeiro Ministro, o conciliador mineiro Tancredo Neves (PSD).

No plano nacional, decorrido o fiasco do golpe, as forças que se opuseram à posse de João Goulart desencadeiam uma intensa campanha de desestabilização do seu governo, com aval do governo estadunidense (FICO, 2008). Em âmbito estadual, uma acalorada disputa pelo poder em Goiás, envolvendo PSD e UDN. E, não por acaso, esse entrevero instigou a oposição udenista goiana a intensificar seus ataques a Mauro Borges, ressaltando suas ligações com Brizola, com João Goulart e com o comunismo. Entretanto, o Movimento da Legalidade ampliou o prestígio político do governador junto aos goianos, projetou seu nome nacionalmente, como resultado dessa bem-sucedida experiência democrática. Consequentemente, injetou fôlego novo ao seu governo, com respaldo político para as ações, sobretudo, as inovações da administração racionalizada, e, em decorrência disso, prestígio político.

1.3.1 O nacionalismo na ordem do dia: a criação da Frente de Libertação Nacional

No início dos anos 1960, o sentimento nacionalista e reformista moveu a luta de parcela de políticos e militares brasileiros, sobretudo com a crise política de agosto de 1961. Dentro desse processo, após a Campanha da Legalidade, foi criada a *Frente de Libertação Nacional* (FLN), movimento suprapartidário, nacionalista e reformista, lançado em outubro de 1961. É importante registrar que desde 1956 reuniam em torno do nacionalismo reformista a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), favorável à reforma agrária, ao controle da remessa de lucro para o exterior, à extensão do voto ao analfabeto, dentre outros pontos de interesses. O nacionalismo por sua vez, polarizava as forças armadas, nacionalistas e antinacionalistas, mobilizando grupos opostos. Sua bandeira era o ponto de convergência e de divergência: de um lado os nacionalistas, de outro, os anticomunistas, alinhados aos Estados Unidos. Não que

os nacionalistas fossem comunistas, aliás, estavam longe disso, entretanto, ao aglutinar diferentes forças políticas na defesa dos interesses nacionais, seus oponentes foram motivados a taxar tudo e todos de comunistas, desencadeando uma campanha ideológica que desaguou no Golpe de 1964.

Após a instalação da FLN, Brasília foi escolhida sede da secretaria executiva, com um escritório no Rio de Janeiro. Foi eleita uma Junta Executiva, composta por autoridades diversas. Como presidente, governador Leonel Brizola; secretário geral, governador Mauro Borges; secretários-coordenadores: deputados Bento Gonçalves, Francisco Julião e Barbosa Lima Sobrinho; prefeito do Recife, Miguel Arraes; presidente da União Nacional dos Estudantes, Aldo Arantes; secretário do Movimento Nacionalista Brasileiro, coronel Oscar Gonçalves; e um representante das classes trabalhadoras, “a ser oportunamente designado, ouvidas as entidades de classe”. A intenção era ganhar as ruas, “Procurar reunir a maior parte do povo, da classe média e dos capitalistas nacionais esclarecidos para o movimento” (1961, p. 1).⁴⁷

Em documento da Frente de Libertação Nacional à imprensa, constava que “[...] o povo brasileiro já não aceita tutela”; assim, o que a caracterizava “são os objetivos de afirmação da independência brasileira e autenticidade de sua inspiração democrática, na criação de uma força de resistência, para se contrapor ao golpismo e impedir a supressão das garantias constitucionais”.⁴⁸ Isso levava seus signatários a repudiar “[...] toda espécie de tutela, embora aceitando a cooperação de qualquer corrente progressista partidária ou extra partidária”.

A Carta de Goiânia,⁴⁹ em 24 de outubro de 1961, marcou o lançamento da Frente. Com críticas aos limites do parlamentarismo, afirmava que a “[...] política econômica e financeira de hoje é a mesma de ontem, inadequada à realidade nacional e subordinada aos grupos de espoliação internacionais, sobretudo os norte-americanos”. Salientava o viés nacionalista do movimento: “[...] diante do comunismo e do imperialismo”, e definia sua posição: “[...] não seremos colônia dos EUA, nem satélite da URSS”. A Frente foi recebida com entusiasmo pelas esquerdas, pelos nacionalistas e por líderes reformistas. Publicamente,

⁴⁷ Manuscrito “orientação política”, produzido por Mauro Borges a respeito da FNL, 24/9/1961. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

⁴⁸ Diretrizes da FNL divulgadas na imprensa (13 nov. 1961). Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

⁴⁹ O documento marca o lançamento da FNL, Goiânia, 1961. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

recebeu o apoio do comunista Luiz Carlos Prestes. Em pouco tempo, em diversas localidades do país, foram instalados Comitês de Libertação Nacional. Dentre os pontos defendidos estava a “Reforma Agrária, o estatuto do capital estrangeiro, incluindo a disciplina da remessa de lucros e a nacionalização de depósitos em bancos estrangeiros, a lei de confisco das fortunas ilícitas e outras medidas básicas”. Em traços gerais, a *Frente* defendia soberania, fortalecimento do capitalismo nacional e o acesso à terra que pudesse reproduzir a vida dos trabalhadores em melhores condições. Dada a ênfase no viés nacionalista, o movimento criticava a ação do capital estrangeiro:

O Sistema de privilégios e favores à indústria estrangeira estrangula progressivamente a iniciativa privada nacional. Empresas concessionárias de serviço público como a Light e a Bond and Share, exploram a contribuição dos usuários brasileiros, aumentando incessantemente os seus lucros, à custa do capital que nos pertence e de investimentos que são nossos. Nacionalizá-las é medida urgente e imperiosa (CARTA DE GOIÂNIA, 1961).

E nesse contexto de insatisfações e de busca de alternativas que a FNL toma partido: “[...] o aumento galopante do custo de vida é o resultado mais direto e objetivo dessa política de exploração do trabalho do povo, drenado para o exterior, pela remessa permanente e indisciplinada dos lucros de ‘royalties’ e dividendos” (CARTA DE GOIÂNIA, 1961).

Com elementos históricos, a FNL se opunha:

A distorção do desenvolvimento nacional, concentrando em poucas mãos grande parte da riqueza do país, caracterizada pelo latifúndio e a ostentação das castas privilegiadas, causa profunda revolta entre os humildes. A inflação cevando os grupos econômicos e financeiros, pauperiza a classe média e esfomeia o proletariado (CARTA DE GOIÂNIA, 1961).

A criação da FLN vista como estratégia de pressão sobre o congresso, em favor das reformas, colocava em alerta os parlamentares conservadores e reacionários. Senadores e deputados federais, aglutinados em torno da Ação Democrática Parlamentar (ADP),⁵⁰ sob a liderança do udenista João Mendes da Costa Filho (BA), refutavam qualquer reforma da Constituição, temerosos de que mudanças radicais de distribuição de renda e poder colocassem em risco suas tradicionais posições e privilégios. Para João Mendes, a *ausência de autoridade* no Brasil favorecia a radicalização política e as conspirações revolucionárias:

No sul, o revolucionário Leonel Brizola, em perfeito estilo castrista, fomenta invasões de propriedades rurais e assalta empresas estrangeiras [...] No norte, o

⁵⁰ Buscou reunir políticos em torno da luta contra o comunismo. Guiava-se pelo princípio: “[...] anticomunista sempre, reacionário nunca”. “Parlamentares unem-se contra o comunismo”, *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 mai. 61, Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

O Ibad e o Ipes atuavam no Congresso Nacional por meio da ADP. Forças atuantes na desestabilização do governo de Jango.

senhor Miguel Arraes[...] categorizado representante do pensamento de Fidel, lidera escancaradamente movimento subversivo de caráter comunista[...] em consonância com a atuação do deputado Francisco Julião que, no interior de Pernambuco, prepara sofridos trabalhadores para as guerrilhas ensinadas por Che Guevara. No centro, o governador de Goiás, senhor Mauro Borges, chefia naquele estado a Frente Nacional Libertadora [...] de caráter revolucionário, inspirado e supervisionado em todo o país pelo governador Leonel Brizola. Com a agravante de ser oficial do Exército Nacional, o senhor Mauro Borges prepara a força de contra o comunismo ligação dos guerrilheiros de norte a sul (Apud SOUZA, 2014, p. 6).

O pronunciamento do presidente da ADP demonstrava a preocupação com o crescimento das forças democráticas dentro e fora do parlamento. Sua fala vinha impregnada da ideia de *democracia ameaçada*, do risco da reprodução da revolução cubana no Brasil. Logo, qualquer movimento que assumisse essas conotações mobilizava conservadores e reacionários em sua oposição.

Por sua vez, o governador de Goiás (1961, p. 2), alvo de críticas tanto dentro do PSD, por parte da ala mais conservadora, como dos oposicionistas tradicionais do estado, por sua participação na *Frente*, destacava sua importância no “[...] preparo do povo e dos elementos esclarecidos das Fr Ar [Forças Armadas] para resistir à outra tentativa de golpe militar”. É verdade que havia variações importantes na forma e no conteúdo desses embates. É necessário sublinhar, porém, que a FNL refutava soluções extremadas. Os limites da tolerância foram demarcados

[...] as profundas diferenças entre [...] regiões do país [...] como[...]norte e nordeste apresentando os mais baixos rendimentos do mundo. O desespero que está envolvendo essas regiões é susceptível de por em risco a unidade nacional, que nos cabe defender, quaisquer eu sejam os sacrifícios (CARTA DE GOIÂNIA, 1961).

A FNL, na verdade, aglutinava diferentes posições políticas, não tinha em si mesmo uma conotação classista. O discurso nacionalista adotado, todavia, assumia significados e traduções diferentes, podendo ser vinculado

[...] ao discurso político de classes antagônicas que dele fariam leitura e apropriações distintas [...] constituindo parte integrante de sua ‘linguagem política’, que, de uma certa maneira enquanto um grupo com uma identidade comum e por meio do qual se reconheciam e se valorizavam (PESSANHA; MOREL, 2010, p.313).

Em agosto de 1962, com a aproximação do pleito eleitoral, a FLN promoveu um congresso em São Paulo quando avaliou as ações políticas em curso, a conjuntura, marcada por tensão, com agitação vinda das ruas; definiu estratégias, conclamando o povo a lutar e derrotar as forças imperialistas e reacionárias, ao assegurar a eleição de políticos comprometidos com as mudanças defendidas pela FNL e identificadas com o anseio popular.

Afinal, “[...] sem representação majoritária no parlamento, progressista e atuante, essas reformas que o povo exige não serão votadas” (CARTA DE GOIÂNIA, 1961).

Discordando desse encaminhamento, a Coluna *Fatos Políticos*, do Jornal *O Popular* (27.10.1961, p. 3), assim se expressou sobre a atuação da FLN:

Entendemos que há dois caminhos capazes de conduzir àquelas reformas: a revolução e a evolução. A primeira, mais rápida e mais eficaz, é impraticável, porque não temos no Brasil um homem capaz de fazê-la. Não existe aqui um líder revolucionário, com conteúdo ideológico e a penetração popular que essa condição exige. Não acreditamos na luta armada. Resta então, como único caminho seguro mais lento, a evolução do povo brasileiro. Essa não é uma tarefa para 12 meses de romântica pregação pelos palanques eleitorais. É tarefa para vários anos, para muitos anos.

Para D’Áraújo, a FLN assumiu o compromisso de divulgar as teses nacionalistas no pleito de 1962, que renovaria a Câmara dos Deputados, elegeria dois terços dos deputados estaduais, além de eleger 11 governadores.⁵¹ Em outras palavras, “[...] criada como recurso de propaganda eleitoral para as eleições de 1962” (1996, p. 145). Dentro desse propósito, cumpriu o objetivo, ao assegurar a eleição de parlamentares nacionalistas.

Foi o que aconteceu. O resultado das urnas alterou a correlação de forças no Congresso Nacional. O PSD manteve a condição de maior partido, com 118 cadeiras; o PTB ganhou visibilidade eleitoral, assumindo o segundo lugar, de 66 saltou para 116, desbancando a UDN que passou de 70 para 91 cadeiras na Câmara dos Deputados; outros partidos juntos asseguraram 27 cadeiras. Entre os petebistas, Leonel Brizola, eleito deputado federal pelo estado da Guanabara.⁵² O processo eleitoral de 1962 impôs uma redefinição das alianças e uma maior fragmentação do sistema partidário. No argumento de Dulce Pandolfi,⁵³ para barrar as reformas, sobretudo a agrária, setores importantes do PSD, por exemplo, se aliaram à UDN. O PSD, conhecido como o partido do centro, abandonou suas posições mais moderadas e perdeu o papel de amortecedor das crises políticas que o país vinha enfrentando desde o segundo governo de Getúlio Vargas. A *Frente* foi extinta logo após o processo eleitoral de 1962.

Em 1963, sem Mauro Borges, Brizola lançava a Frente de Mobilização Popular (FMP), radicalizando a luta em favor das reformas de base – agrária, urbana, tributária,

⁵¹ Entre eles, Miguel Arraes, eleito pela primeira vez governador de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista (PST), em 1962, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD), derrotando João Cleofas (UDN) – representante das oligarquias canavieiras pernambucanas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69808.shtml> Acesso em: 27 ago. 2012

⁵² Alcançando a maior votação proporcional já registrada no país, 269.384 votos.

⁵³ Ver: PANDOLFI, C. Dulce. *O cenário político-partidário do período*. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_cenario_politico_partidario_do_periodo. Acesso em: 12 out. 2012

administrativa, bancária e educacional. A FMP congregou a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), facções das Ligas Camponesas, grupos revolucionários, como a Ação Popular (AP) e o Partido Operário Revolucionário-Trotskyista (POR-T), segmentos de extrema-esquerda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). O governador de Pernambuco, Miguel Arraes (1916-2005), integrantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e organizações de sargentos, marinheiros e fuzileiros navais também aderiram ao movimento.

1.4 PROTAGONISMO NO MOVIMENTO CIVIL-MILITAR DE 1964

Ao lançar mão de uma linguagem popular e um discurso reformista, o governador de Goiás buscou adequar-se à efervescência política, econômica e social daquela conjuntura. Procurava marcar suas diferenças, opinando e posicionando-se em relação aos acontecimentos, e, em alguns, atuando como protagonista, ao lado de Leonel Brizola, como no Movimento da Legalidade e na criação da Frente Nacional de Libertação, ambos em 1961. Disso resultou a bem-sucedida construção da imagem de Mauro Borges como político de esquerda, simpatizante do comunismo e complacente com o movimento camponês. Elementos decisivos para Mauro Borges ser apeado do poder em novembro de 1964, pelos generais da *linha dura*, com apoio dos udenistas e ruralistas goianos. A atuação política do governador, sustentada no nacional desenvolvimentismo, causava desconfiança na UDN e em grupos mais conservadores ligados à oligarquia rural, inclusive dentro do seu próprio partido, o PSD. Mas não era o esquerdista que seus adversários apregoavam. A adoção de um programa de governo pautado no planejamento, marcado por forte estatismo, em que a questão agrária tinha um peso importante, acentuou as divergências entre Mauro Borges e essas forças. Para Souza (1990, p. 86), os fazendeiros se mostravam incomodados com a condição de subordinados, diante do novo governo, trazendo à tona, assim, outras questões, além da questão da terra: “Aparece uma retomada da sociedade rural, dos valores tradicionais, momentaneamente eclipsados pela modernidade que o país e o estado de Goiás buscavam no projeto desenvolvimentista.” Por sua vez, o governador buscava no meio rural, apoio para seu governo, assim como na aproximação com o PCB e militantes de esquerda, inclusive em atuação na gestão *maurista*.

Por assim compreender, a intervenção em Goiás deve ser apreendida como desdobramento do embate travado pela hegemonia militar, tendo por pano de fundo a disputa

política regional, protagonizada pela União Democrática Nacional (UDN) e ruralistas goianos.

Com a ruptura da aliança PSD/PTB, a mudança no que se refere ao nacional-desenvolvimentismo, que “assumiria dimensão diversa daquela adotada até então como resultante das ligações de Mauro Borges com o grupo nacionalista radical” (RABELO, 2009 p. 68), e outros agravantes levam o governador, paulatinamente, a distanciar-se do governo federal. Alega falta de apoio de Jango em relação ao interesse de Goiás em construir uma grande Usina Metalúrgica de Níquel em Niquelândia, por esbarrar nos interesses do grupo Votorantim, sob o comando do Senador José Ermírio de Moraes (PTB), detentor da concessão da exploração daquela jazida, cujo prazo estava vencido, sem que tivesse ocorrido qualquer exploração e prospecção, conforme divulgado na primeira página do Diário Oficial do Estado de Goiás,⁵⁴ edição de 11 de outubro de 1963: “[...] o Grupo Ermírio de Moraes – representante de poderosos trustes internacionais, conforme comprovam estudos efetuados por um grupo da Escola Superior de Guerra – nada providenciou e a instabilidade política brasileira encarregou-se do resto” (FAVARO, 2011). Acrescenta-se, ainda, o restrito apoio financeiro da União e a pouca representatividade de Goiás no governo federal, somando-se à nomeação do líder da UDN, deputado federal Alfredo Nasser, como Ministro da Justiça, pelo Primeiro-ministro Tancredo Neves, em 12 de outubro de 1961, que azedou ainda mais a relação entre o governador de Goiás e Jango. Afinal, Alfredo Nasser era adversário histórico do ludoviquismo.

Do distanciamento entre o governador e o presidente, as oposições coligadas de Goiás vinham tirando partido, ao negociar aliança com vistas ao pleito de 1965, via coligação PTB-UDN-PSP. Múcio Teixeira (PTB), Diretor da Carteira de Crédito Agrícola Industrial do Banco do Brasil, encabeçaria a chapa, em oposição ao candidato a ser lançado pelo PSD. Com o passar do tempo, outros fatores contextuais corroboraram para a insatisfação de Mauro Borges em relação ao governo federal. Juntou-se ao coro dos descontentes com o rumo tomado pelo governo de Jango e a sua possível continuidade com suposto plano de comunização do país.

As forças conservadoras e liberais, com engajamento político dos militares, “[...] vinha de longo processo conspirativo, vai colecionando adesões e saindo da sombra”

⁵⁴ Diário Oficial do Estado de Goiás, 11 out. 1963, 1 página, Ano 124, nº 9, 254 “*Velhice da concessão do Grupo Votorantim declarado desde 1961*”. Fundo Mauro Borges do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia

(NETTO, 2005, p.25). Mostraram-se verdadeiras tropas anticomunistas⁵⁵ e anti-Jango. De maneira competente, articulavam uma propaganda que associava Jango ao comunismo, incitando um clima de inquietação política capaz de "coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe" (DREIFUSS, 1981, p.338). É necessário destacar a participação dos Estados Unidos no financiamento da difusão dessas ideias e nas organizações anticomunistas. Referenciando-se enfaticamente no conjunto de argumentos negativos de setores da imprensa – em especial o Jornal *Estado de S. Paulo* e *O Globo* – e da opinião pública, contribuíram por colar tal imagem a Jango e seu governo.⁵⁶ No entendimento de Sodré (2010, p.367), foi decisivo o papel da imprensa na disseminação do anticomunismo, consolidando o comunismo como *lepra social*.

Há muito as forças conservadoras e liberais mostravam-se contrariadas com o executivo, permeado de protagonistas políticos de esquerda vinculados às classes subalternas, responsáveis pela crescente organização das massas urbanas e rurais e fortalecimento dos sindicatos, intensificando a pressão sobre o governo para a implementação das reformas de base,⁵⁷ demandas históricas das esquerdas brasileiras. Por seu lado, Jango tentava equilibrar-se nesse jogo, buscando não desagradar nem a direita nem a esquerda. Ora distanciava das bases, procurando se fortalecer junto aos setores tradicionais; ora retornava às bases, em busca de apoio para enfrentar as turbulências do jogo político. Naquela altura, a crise econômica agravava-se, sem crescimento e com elevada inflação; e, a oposição contra o governo se intensificava, sobretudo por parte da alta oficialidade do Exército. A estratégia de Jango, com apoio das esquerdas e forças populares, foi a realização de grandes comícios nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a sociedade em favor das reformas. Nessa tentativa, a

⁵⁵ A campanha anticomunista induziu a uma atmosfera propícia ao temor, a repulsa ao comunismo em âmbito nacional. Em Goiás isso era ostensivo, para mencionar apenas um, entre tantos utilizados na ofensiva anticomunista, no processo eleitoral de 1962, foi usado como estratégia de campanha: “Contra o comunismo basta escrever: José Luiz (n.º 1215/PDC)”. Concorrente à vaga de deputado estadual. Anúncio publicado no *Jornal Diário do Oeste*. Goiânia. 5 out.1962, n.º 765, p. 7.

⁵⁶ Ver: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁵⁷ Reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se, ainda, a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como os marinheiros e os sargentos, e defendiam-se medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base> Acesso em: 11 set. 2012

radicalização deu o tom ao Comício da Central,⁵⁸ assim como no apoio aos marinheiros,⁵⁹ visto pelos militares como o rompimento com princípios essenciais das Forças Armadas, com o respeito à hierarquia e à disciplina interna. Foi o pretexto para as forças conservadoras civis e militares porem em prática o golpe que estavam preparando. O Golpe civil-militar deflagrado em 31 de março de 1964, articulado por militares, empresários, Igreja, imprensa, com total apoio do governo estadunidense.⁶⁰ O golpe veio, pois, laurear as tentativas

⁵⁸ Aconteceu em 13 de março de 1964, reuniu em torno de 150.000 pessoas. Na oportunidade, Jango anunciou a adoção de importantes medidas, como a encampação das refinarias de petróleo particulares e a possibilidade de desapropriação das propriedades privadas valorizadas por investimentos públicos, situadas às margens de estradas e açudes.

Disponível em

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base. Acesso em: 11 set. 2012

Em meio à multidão reunida para ouvi-lo, pôde ver as bandeiras vermelhas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) misturadas com cartazes que defendiam a permanência de Jango no cargo por um prazo maior do que o previsto na Constituição. Quem andou pelos bairros ricos da zona sul do Rio de Janeiro naquele mesmo dia viu famílias católicas acendendo velas nas janelas dos apartamentos para espantar do país o perigo comunista.

Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-crise.html>> Acesso em: 11 set. 2012

O editorial do Jornal *O Popular* tratou da realização do comício: “Tem início hoje uma nova etapa do processo de emancipação do homem brasileiro. [...] dentro de poucas horas o presidente da República dará início à Reforma Agrária, declarando de utilidade social as terras marginais das rodovias, ferrovias e açudes. É o combate aberto ao latifúndio improdutivo [...] a especulação imobiliária que provoca o êxodo rural e a baixa produção agrícola, prejudicando a economia nacional. Nesta luta estamos engajados, como estão todos os brasileiros conscientes. É desta luta que alguns proprietários querem nos tanger, sob a ameaça das armas, como acaba de ameaçar a Associação Comercial do Rio de Janeiro. [...] Rebelam-se contra o comício de hoje os que têm medo do povo. Não querem que o presidente fale com o povo [...] É uma desesperada resistência de quem sente a terra fugir-lhe aos pés. [...] Afinal, que é a Revolução? [...] são as reformas de base, que vão modificar a fisionomia de um país onde ainda se morre de fome, onde há 40 milhões de analfabetos? [...] Se isto é a revolução então ela não é apenas necessária, mas indispensável”. Ano XXV- nº 4.834, 13 mar.1964. Goiânia.

⁵⁹ Jango fez um discurso inflamado na assembleia da categoria, no Automóvel Clube do Brasil (RJ), na noite de 30 de março. Anteriormente, inconformados com uma decisão judicial que lhes negava o direito de disputar eleições, cerca de 600 cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha se rebelaram em Brasília, ocupando prédios públicos e cortando as comunicações entre a capital e o resto do país por algumas horas. O governo sufocou a rebelião rapidamente, mas ela colocou em polvorosa o comando militar ao expor o apoio que os sargentos tinham de sindicatos controlados pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Jango havia anistiado os cabos e sargentos revoltosos, afrontando o ministro da Marinha que havia punido os rebeldes.

A ida de Jango à assembleia foi relatada pelo jornalista Jânio de Freitas: “abatido, muito nervoso, Jango relutava em ir ao encontro [...] ele temia sofrer provocações, e estava convencido de que aconteceriam. Fracassados os argumentos em contrário, Samuel Wainer deu a Jango um produto estimulante, uma das chamadas bolinhas, de que era consumidor habitual na sua vida agitada. O remédio funcionou. Foi um Jango mais do que animado, um homem exaltado, de fisionomia alterada pela ira – os gestos endurecidos, as veias das têmporas intumescidas. O discurso escrito era abandonado para a inclusão de frases cada vez mais fortes. Resultou em discurso de incitação. Foi ovacionado pelos cabos e sargentos já em francas e sucessivas atitudes de demolição da hierarquia militar. “Farsa precipitou o movimento militar”.

Disponível em: Jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 27 mar. 1994. Acervo on line. Disponível em:

<http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_27mar1994_janio_de_freitas.htm> Acesso em: 17out.2012

⁶⁰ Principalmente por seu embaixador no Brasil Lincoln Gordon, e do adido militar Vernon Walters, que por meio da secreta “Operação Brother Sam”, assumia o compromisso de prestar apoio político e também militar, consubstanciado num plano de contingência que previa apoio logístico e de tropas para o golpe a ser operado, caso as forças golpistas enfrentassem resistência prolongada das forças leais a Jango. Tal plano contou com planejamento conjunto de militares brasileiros e governo estadunidense (FICO, 2008).

anteriormente fracassadas. Desarticuladas, as forças democráticas não ofereceram resistências; Jango, deposto em 1º de abril, partiu para o exílio.

A derrubada de Jango demonstrou unidade entre os militares golpistas-direitistas e alinhados com os Estados Unidos. Conforme Carloni (2007), “[...] as Forças Armadas não são monolíticas, de acordo com seus próprios valores [...] dão novo significado” aos seus embates. Se houve uma unidade no golpe, agora há uma diversidade, mantendo a velha tradição militar, há uma racha entre os militares golpistas, mais precisamente envolvendo a disputa pela hegemonia das Forças Armadas, disputa que conquistou aliados em frações da classe dominante, articulada na defesa dos interesses corporativos, ao aproximar dos generais *linha dura*.

O *Manifesto à Nação*, lançado por Mauro Borges nos primeiros minutos do dia 1º de abril de 1964,⁶¹ trouxe elementos que indicavam seu apoio ao movimento civil-militar, ao condenar o posicionamento assumido por João Goulart,

[...] quando vemos a posição inconcebível do presidente [...] desprestigiando os seus mais graduados íntimos colaboradores, no caso o ex-ministro da Marinha, fugindo aos seus deveres de comandante forte e justo das Forças Armadas para agradar o grupo comunista subversivo, devemos ter fundadas razões para por em dúvida a sua lealdade ao regime e aos seus subordinados que, também como ele fizeram sagrados juramentos de fidelidade à Constituição brasileira (MANIFESTO À NAÇÃO, 1964).

Na oportunidade, atacava a possível continuidade do presidente Jango, assim como a instalação de um governo comunista no Brasil, conforme propalado:

[...] será a solução destruir o regime democrático e levantar a bandeira da República Popular do Brasil? [...] afirmo que não [...] precisamos de um governo com autoridade, forte [...]. É preciso que não se permita ao Presidente João Goulart o uso das ditas reformas para seu continuísmo [...] aspiramos e lutaremos por um governo social economicamente justo, calcado em princípios cristãos. Queremos as reformas dentro da lei, queremos governo que ao lado da iniciativa privada, socialmente justa, e com um planejamento global, dinamize todas as potencialidades de trabalho e riqueza, para que aumente a produção e distribua com equidade os seus frutos (MANIFESTO À NAÇÃO, 1964).

Com esses argumentos, estava posta aí a explicação de Mauro Borges para o apoio ao golpe, ação apoiada e acompanhada de perto pelos Estados Unidos. Tanto assim que ele assumiu que “não conspirou, mas participou do movimento revolucionário de 31 de março, desde a primeira hora, definindo-se muito antes da maioria dos governadores” (O

Carlos Fico produziu uma exaustiva pesquisa sobre o assunto. FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos EUA e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁶¹ *Folha de Goiás*. Primeira página, 1º de abril de 1964. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia.

DIA, 13.10.1964).⁶² Mauro Borges assumiu, em Goiás, a direção das *Forças Revolucionárias*,⁶³ a contragosto da UDN goiana, mas com apoio de Castelo Branco. Na opinião de Alfredo Nasser, traduziu-se em oportunismo a posição de Mauro Borges, pois “nunca poderia dizer que foi um dos articuladores, um dos seus capitães, um dos seus mentores” (O POPULAR, 11.10.1964).⁶⁴

O apoio institucional civil de Mauro Borges ao golpe veio com o manifesto reforçado por outras iniciativas, entre as quais o envio de armas e munição, a pedido do presidente do Senado Auro de Moura Andrade, para garantir a ordem, temeroso de que ocorresse invasão à sessão de 2 de abril de 1964, que declararia a vacância do cargo de presidente da República. Mauro Borges prontamente atendeu à solicitação e enviou

[...] material bélico inclusive metralhadoras e munições pertencentes ao Governo de Goiás [...] para ser usado na eventual invasão do Congresso Nacional por grupos armados, que se haviam organizado em Brasília sob o comando de notórios comunistas a serviço do governo anterior (JORNAL DO BRASIL, 12.4.1964).⁶⁵

Com o golpe, instalou-se a ditadura militar, qualificada pela história como os *anos de chumbo*, pela falsa premissa de defesa da ordem e da disciplina e contra o perigo vermelho, pelas atrocidades que produziu com a cassação de direitos civis, censura à imprensa, repressão violenta às manifestações populares, assassinatos e torturas. Período marcado por acusações, expurgos e perseguições políticas, em âmbito nacional e estadual.

Articulações bem-sucedidas no seio militar por parte de oficiais pró-Castelo, com apoio deste e de lideranças políticas civis - dentre elas, Mauro Borges, foram decisivas para garantir sua indicação à presidência da República (1964-1967). O fato ocorreu durante reunião no dia 4 de abril, no Palácio da Guanabara, entre os governadores mais identificados com o movimento revolucionário – Carlos Lacerda (RJ), Magalhães Pinto (MG), Adhemar de Barros (SP), Nei Braga (PR), Ildo Meneguetti (RS), Fernando Correia da Costa (MT) e Mauro Borges (GO).⁶⁶ Ao seu término, endossaram o nome de general Humberto Alencar Castelo

⁶² Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

⁶³ Base de sustentação do novo governo articulado pela junta governativa – Comando Revolucionário – formada pelos três ministros militares: o general Arthur da Costa e Silva (Guerra), o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald (Marinha) e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica).

⁶⁴ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

⁶⁵ “Auro Andrade agradece ajuda para rechaçar ataque de comunistas no Congresso”. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

⁶⁶ “Exército homologa Gen. Castelo”. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 abr 1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Branco⁶⁷ para a presidência da República. A decisão impediu ascensão de Costa e Silva ao poder. Castelo Branco assumiu em 15 de abril de 1964, prometendo a retomada do crescimento econômico e o retorno do país à normalidade democrática. Seu governo aglutinou políticos conservadores e tecnocratas, além de militares e da UDN. Mauro Borges relata em sua obra *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição* que sua atuação em prol do nome de Castelo Branco repercutiu positivamente entre os goianos: “Fui recebido festivamente à entrada de Anápolis, a maior cidade do interior do estado, e em Goiânia aguardava-me uma das maiores homenagens que recebi até hoje” (2006, p. 124). Alfredo Nasser,⁶⁸ ao renegar a comemoração, vai dizer sobre a festejada participação na escolha do nome do novo presidente: “[...] a festa de democrata autêntico promovida pelos seus auxiliares do Palácio quando do seu regresso do Rio, em abril deve ser riscada do calendário”. Ele discorda frontalmente da credencial atribuída a Mauro Borges de “[...] chefe de uma revolução com a qual não demonstrou e não demonstra qualquer afinidade”.

A indicação de Castelo Branco foi articulada por um grupo de generais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), liderados por Golbery do Couto e Silva, contrariando os interesses dos generais *linha dura*, ligados à Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), dentre os quais o general Arthur da Costa e Silva, interessado em ocupar o cargo de presidente da República; preterido, apodera-se do Ministério da Guerra. Gradativamente, fez crescer sua influência, tornando-se o principal representante da *linha dura* do Exército, defensora do endurecimento do regime militar. A *linha dura* se autointitulava como os *verdadeiros revolucionários*, conforme apreendido por Souza (1990) durante a entrevista realizada com o Coronel Danilo Darcy da Cunha Mello:

[...] até que chegou o momento em que, com essa série de movimento (a mobilização das esquerdas), o General Castelo Branco, que já estava completamente irritado e estritamente obediente à disciplina militar e...ele nunca foi revolucionário.

⁶⁷ A edição especial da Revista Veja (versão on line) em comemoração aos 50 anos do Golpe, afirmou que ele “[...] foi o grande legalista, mas deu o golpe. Sendo um empedernido soldado profissional, fez política de tenente a general. Sem chance de competir pelos primeiros lugares com os cadetes teutônicos, louros, altos, atléticos, e os de inteligência natural transbordante, como Luiz Carlos Prestes e Henrique Teixeira Lott ou mesmo Costa e Silva, decidiu superá-los pelo esforço sobre-humano nos estudos e na adesão fundamentalista à disciplina. [...] Assim ele conseguiu estar sempre à frente e ter o controle da maioria das situações conflituosas em que se metia, lembra um de seus recrutas. Isso o ajudou a superar oficiais mais graduados na campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália durante a II Guerra Mundial e a aderir à conspiração a curta distância do quepe de Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra e fiel a Jango, ao tempo que dava ao superior, seguidas provas de apego à hierarquia e à disciplina” (<http://veja.abril.com.br/260314/especial-1964.html>). Acesso em 14 nov. 2012.

⁶⁸ “Até o amargo fim”. Pronunciamento feito na TV Anhanguera às 22h15min do dia 10/10/1964 e publicado no jornal *O Popular*, edição do dia 11 out.1964, p. 3. Foi novamente publicado em 26 nov. 1988, em edição do Jornal *Cinco de Março*. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

A primeira revolução que ele participou na vida dele foi no fim da carreira como general (1990, p.19).

Embora a oposição não reconhecesse em Mauro Borges *um revolucionário de primeira hora*, ele demonstrava sintonia com o regime instalado no país. Recorreu aos dispositivos do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, o de nº 1. Prendeu, demitiu supostos comunistas, instituiu Comissão de Sindicância para apurar atividades subversivas. No entendimento de Jávier Godinho (2004), ele antecipou as determinações de Brasília, ao lançar mão de instrumentos de censura à imprensa goiana logo após os primeiros dias do golpe. Dados apontam que a vigilância exercida pelo governador começou antes do golpe. Conforme seu depoimento como testemunha do Inquérito Policial Militar,⁶⁹ o governador confirmava esse controle: “O Sr. Tarzan de Castro, que no início do meu governo trabalhou como oficial de gabinete foi logo exonerado, ainda no primeiro ano de governo, por suas atitudes comunistas” (TEIXEIRA, 2006, p. 215). Mauro Borges, por meio da Casa Militar, criou o Serviço de Informações, Reclamações e Sindicâncias (SIRES),⁷⁰ comandado pelo coronel Clementino Gomes, cuja base de auxiliares eram elementos da Polícia Militar. Conforme argumenta Mauro Borges, “[...] não chegava a ser um serviço secreto. Era apenas um instrumento para saber se o sujeito não estava gastando dinheiro demais, e se não tinha algum problema sério”.⁷¹ A vigilância do coronel Clementino Gomes também foi atestada por Jacob Gorender, em sua obra *Combate nas trevas*. O autor relatou sua estada em Goiânia em 1964, para expor o ciclo de nove conferências sobre *O Marxismo Como Filosofia Humanista*: “O curso [...] decorria de acordo com o figurino. Em noites alternadas, defrontava-me com cerca de trezentas pessoas, fazia exposições e sofria bombardeios de perguntas” de jovens, em maioria, também de professores e intelectuais de várias idades, além da presença assídua do “[...] coronel Clementino Gomes, chefe do Gabinete Militar do governador Mauro Borges”. O coronel “Inscreveu-se no curso e comparecia à paisana sem nenhuma falta. Incorporava-se à roda que me cercava nos intervalos e após a conclusão dos debates. Estava na cara que a filosofia nada tinha a ver com a cultura do robusto milico” (GORENDER, 1987, p. 12). A esse respeito, na narrativa *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição* (2006, p.

⁶⁹ No Palácio das Esmeraldas, em 4 de novembro de 1964, colhido pelo General de Brigada R/1 Riograndino Kruehl, encarregado do inquérito. O relato consta em TEIXEIRA, Mauro Borges. *O Golpe em Goiás: História de uma grande traição*. 2. ed. Goiânia: UCG; Vieira, 2006 (1965).

⁷⁰ Decreto n. 45 de 14 de julho de 1961, Regulamentado DO, n. 8.693, 31 out.1962.

⁷¹ Entrevista concedida a Euler Belém, Walder de Góes, Herbert de Moraes Ribeiro e José Asmar no dia 6/8/1998 e publicada no Jornal *Opção*, edição de 13 a 19 set.1998. Goiânia.

214),⁷² Mauro Borges menciona o depoimento prestado no dia 6 de novembro de 1964, como testemunha no Inquérito Policial-Militar,

[...] perguntado se pode esclarecer por que manteve o coronel Clementino Gomes na chefia do seu Gabinete Militar, mesmo depois que aquele coronel foi diplomado no curso de marxismo do professor Jacob Gorender, respondeu que jamais houve qualquer suspeita ou acusação de comunismo contra o coronel Clementino, e que o mesmo lhe afirmou que freqüentou o mencionado curso para verificar se, além das aulas, se iria estabelecer qualquer plano de pregação e para observar as atividades dos participantes do curso.

Durante a passagem por Goiás, Gorender avistou-se com Mauro Borges, a convite do governador, transmitido por Clementino Gomes. O encontro, no Palácio das Esmeraldas, sede do governo goiano, durou cerca de uma hora. Na oportunidade, ainda que o governador de Goiás, em 1961, tenha se posicionado a favor da posse de Jango, Jacob Gorender percebeu “[...] a hostilidade reiterada com que Mauro Borges se referia a Jango. De momento, não consegui outra explicação que não a rivalidade provinciana entre PSD e PTB. Não tardariam a vir à luz razões mais pesadas” (GORENDER, 1987, p. 12).

Mauro Borges foi, sim, protagonista do Golpe civil-militar, buscando enaltecê-lo junto à sociedade. Sendo o Brasil de maioria católica, a sociedade cristã foi mobilizada, sob o patrocínio do Ipes, para a *Marcha da Família com Deus Pela Liberdade*, em apoio ao golpe. Concretizada, seguiu-se a comemoração, com a *marcha da vitória*, nas capitais brasileiras. Goiânia logo aderiu,⁷³ conforme divulgou o Jornal *O Estado de S. Paulo*:⁷⁴ “[...] O governo

⁷² A primeira edição, produzida em 1965 pela Editora Civilização Brasileira (RJ), compôs a Coleção “Retratos do Brasil”, volume 44, 321 páginas. Nessa edição, não fez constar o número de exemplares editados, o exemplar investigado, corresponde ao nº 1.131. Naquela conjuntura, a Editora Civilização Brasileira, de propriedade de Ênio da Silveira, e identificada com as esquerdas brasileiras, foi um importante espaço de resistência à ditadura militar. Imbuída de pensar e interpretar a realidade brasileira pelo viés marxista, publicando obras de Octávio Ianni, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodrê, Leandro Konder, dentre outros, além de ter traduzido obras de pensadores marxistas, como Gramsci, Adam Schaft, Lefêbre e dos frankfurtianos. A segunda edição, consultada por este trabalho refere-se a 2006.

Em 1 mar. 1967, o Jornal *O Popular* divulgou em nota que a mencionada obra encontrava-se “a venda nas livrarias de São Paulo [...] vez que fora, como se sabe, liberado pela justiça”. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

⁷³ “Tendo à frente a Banda de Música da Polícia Militar a passeata partirá às 16 horas da Praça da Estação Ferroviária, em marcha lenta” em direção a Praça do Bandeirante “[...] falarão hoje na Marcha da Família com Deus Pela Liberdade: pela mulher goiana, Lena Castelo Branco; pelo cidadão goiano o prof. Jerônimo Geraldo de Queiroz; pela juventude, o estudante Getúlio Targino Lima e o Sr. Divino José Oliveira”, informou o Jornal *Folha de Goiãz*, p. 2 Goiânia, 13 mai. 1964. Assim como Goiânia, em outras capitais aconteceu a *marcha da vitória*. Na capital do estado da Guanabara, Rio de Janeiro, tal evento mobilizou mais de um milhão de pessoas. A respeito desse ato ocorrido em 2 de abril, o Jornal *O Dia* estampou na primeira página, a manchete “Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo”. Ao referir-se ao jornal, a intenção do estudo é mostrar a agressiva campanha anticomunista travada naquele contexto. Tratou-se de fato cotidiano. Nas linhas e entrelinhas das páginas dos jornais brasileiros, transpareceram manifestações acompanhadas de antipatia, desaprovação e repulsa, alimentando visões estereotipadas e pejorativas.

⁷⁴ Edição de 12 mai.1964. O documento pertence ao acervo particular do jornalista Caio Henrique Salgado Barbosa.

Mauro Borges instruiu seus auxiliares no sentido de que fosse decretado ponto facultativo no dia 13 [de maio de 1964], para que todos os servidores estaduais participem da concentração”. As empresas de ônibus da capital disponibilizaram transportes, o comércio forneceu tecidos para confecção das faixas. Eis o olhar da imprensa goiana sobre o acontecimento: “Goiânia toda se levantará, hoje, num movimento cívico de agradecimento a Deus pela extinção do perigo comunista no Brasil [...] movimento da família goiana [...] com a presença de autoridade política, eclesiástica e militar” (FOLHA DE GOIÁZ, 13.5.1964). O total apoio ao golpe não garantiu posição confortável ao governador Mauro Borges. A polarização característica do campo político goiano acentuou-se nos primeiros meses seguintes ao golpe, amplificando a disputa entre UDN e PSD.

Em 9 de abril de 1964, imediatamente após o golpe, foi editado o Ato Institucional nº 1, permitindo ao Comando Supremo da Revolução deflagrar a operação limpeza, vinculada à instauração, em todo o país, de Inquéritos Policial-Militares (IPM). Sob o argumento de defender a nação do comunismo, “O Ato institucional havia colocado nas mãos dos detentores do poder, um poderoso instrumento para acabar com as facções locais através da repressão, da intriga, da perseguição, da delação”, argumentava Souza (1990, p. 75).

Concomitantemente, consubstanciada nas diretrizes do Comando Supremo da Revolução, nos termos do Ato Institucional da Revolução, o governador Mauro Borges ordenou o funcionamento da Comissão de Sindicância nos Meios Administrativos do Estado de Goiás, instaurada pelo Decreto nº. 266, de 14 de abril de 1964,⁷⁵ “[...] encarregada de fazer o expurgo dos comunistas instalados na administração estadual”, conforme o Diário Oficial de Goiás.⁷⁶

Ao fim, em 9 de outubro daquele ano, o resultado apresentado pela comissão e acolhido por Mauro Borges, indicou a aplicação do artigo 7º do Ato Institucional nº 1, da seguinte forma: dos 108 processos investigados e indiciados, condenados por subversão (61) ou por improbidade administrativa (47). Além de, 34 arquivados, por falta de provas; 32 foram remetidos ao Inquérito Policial Militar; um investigado foi absolvido; ocorreram duas disponibilidades, 25 demissões, dez aposentadorias e quatro reformas. Representação também, atribuída ao comunismo foi seu vínculo com a corrupção.

⁷⁵ ANEXO I – Fundo Mauro Borges. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO.

⁷⁶ Diário Oficial de Goiás. 17 jul.1964. CERNE. Goiânia. Agência Goiana de Comunicação (AGECOM). Goiânia.

Ao término dos trabalhos, a Comissão destacou o apoio do governador: “[...] resultados dessa monta não seriam possíveis sem o direto e decisivo apoio de vossa Excelência que soube prestigiar os atos emanados da Comissão, sempre atento à fiel defesa do interesse público”. Concluiu afirmando não desconhecer “[...] em nenhum instante [...] a natureza espinhosa da tarefa empreendida em condições excepcionais para a nação, e sim, imprimiu rumos de sadio espírito público no exame dos casos concretos.”

1.5 ACALENTANDO UM SONHO: A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

De posse de determinados documentos é possível afirmar a disposição de Mauro Borges para candidatar-se à Presidência da República em 1965. Seu fiel escudeiro, Irineu Borges do Nascimento, secretário de Planejamento e Coordenação, endossava essa possibilidade:

[...] Mauro já despontava como possível candidato a presidente da República, dada a projeção que ele deu ao estado. Na época, ele estava projetado no cenário nacional junto com o estado. E esse povo [militares golpistas e seus aliados civis] ficou com medo dessas lideranças. Então resolveram acabar com elas. Acabaram com tudo quanto era liderança. Pegaram o Magalhães Pinto, que foi símbolo da Revolução e levaram para a Europa, para não amolar o pessoal aqui. Cassaram Carlos Lacerda, Mauro, Pedro Ludovico e um punhado de políticos daquela geração, que era uma época de se ir ao Congresso Nacional e sentar como platéia para assistir debates dos deputados (2003).⁷⁷

O governador utilizava com frequência televisão, jornais, solenidades públicas para manifestar suas opiniões. Atacava a corrupção, a ineficiência e o comunismo, tidos como inimigos do progresso e do desenvolvimento. Entendia que seus pronunciamentos nos momentos de crises, seu engajamento em causas nacionais e a adoção de um governo planejado lhe descortinariam um horizonte novo. A consagração do movimento revolucionário militar-civil de 1964, com a modificação no jogo de forças, foi decisiva para Mauro Borges aventar a possibilidade de concorrer às eleições presidenciais de 1965, pelo PSD. Aspecto que julgava favorecer tal posicionamento, além do governo planejado implantado em Goiás, do qual se vangloriava, foi seu efetivo e irrestrito apoio ao movimento de abril. No seu entendimento, garantia-lhe prestígio junto às Forças Armadas e ao presidente Castelo Branco. A condição essencial para levar adiante seu projeto estava condicionada à cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek (PSD) pelos militares golpistas.

Para Bojunga (2010, p. 812), JK não era bem-visto pelos militares ocupantes do poder, pois “[...] vivia no mundo das arestas e não ignorava os riscos da nova situação: tinha

⁷⁷ Entrevista à Revista da Adufg, nº. 10, maio, 2003, Goiânia.

ligações históricas com o sistema político criado por Getúlio e recusara-se a conspirar contra Jango, relutara em romper com ele, de olho em 1965”. Parece evidente, sem a retirada dos direitos políticos de JK, talvez Mauro Borges não estivesse tão convicto de lançar-se a corrida presidencial de 1965, inclusive elaborando um plano secreto.⁷⁸

Na perspectiva de se concretizar a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou, em julho de 1964, pesquisa de intenção de voto junto ao eleitorado carioca sobre o candidato ideal do PSD para concorrer à Presidência da República. O indicado em primeiro lugar foi João Calmon, seguido de Auro de Moura Andrade. O governador de Goiás ocupava o 6º lugar (DIÁRIO DE GOIÁS, 5.7.1964).⁷⁹ Assim, ele colocava-se como um dos principais nomes do maior partido político do país, o PSD. Portanto, com credenciais e a intenção de candidatar-se à presidência nas eleições de outubro de 1965. Antes, porém, era necessário aglutinar em torno de si as velhas raposas pessedistas e construir um leque de alianças com outros partidos.

Essas considerações são nítidas no “Plano GPC”,⁸⁰ datado de junho de 1964, organizado secretamente, para colocar em marcha a campanha de Mauro Borges à presidência da República no pleito de 1965. Não há dados concretos que nos explica como o plano foi construído. Por tudo, é forçoso reconhecer que Mauro Borges almejava ser o herdeiro civil do Golpe de 1964.

Aliás, da maneira como foi planejada a ação, deixava transparecer que candidatura de Mauro Borges era quase irreversível. No Escritório de Representação de Goiás na Guanabara seriam realizados os encontros e as articulações políticas do Movimento Cívico Interpartidário (MCI), sustentáculo da candidatura de Mauro Borges. Assim o plano prescrevia *detalhamento semanal das atividades até julho do mesmo ano*. Esperando contar com a estrutura organizada do PSD e o objetivo, conforme consta do documento era

⁷⁸ Durante as comemorações dos 50 anos do Golpe, o Jornal *o Popular* publicou uma série de reportagens alusivas ao tema, em uma, fez menção a esse assunto. O filho de Mauro Borges, Ubiratan Estivalte Teixeira em artigo publicado no mesmo jornal – 13 abr. 2014, Opinião, p. 9 – contestou a informação: “[...] na verdade, trata-se de uma proposta feita por Leone Teixeira de Vasconcelos, à época Secretário Representante de Goiás em Brasília. Como se diz hoje ‘uma viagem’. Entretanto, localizamos correspondência de autoria de Rivadávia Xavier Nunes, Secretário de Segurança Pública, feita de próprio punho, datada de 23.7.1964, endereçada ao governador, dando conta do contato feito com Israel Pinheiro [homem forte de JK], “[...] que acolheu bem a idéia da sua candidatura [de Mauro Borges]. Quer muito se encontrar com o senhor para trocar ideias. Espera-o para uma visita à sua fazenda, no fim de agosto, em data a ser previamente fixada. Vai levar para lá o Último de Carvalho, o Guilhermino de Oliveira [ambos deputados federais pelo PSD] e o Ministro Vilas Boas (STF) para recebê-lo. Quando “nos encontrarmos dar-lhe-ei maiores detalhes da conversa [Mauro Borges encontrava-se de férias na Cidade de Goiás]”. O documento encontra-se depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁷⁹ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁸⁰ Talvez Gabinete Pró-Campanha (?).

“conquistar GPC através de alianças discretas no meio civil, assegurando, inicialmente, cobertura, nas áreas políticas sensíveis”, tais como: “executiva, legislativa, partidos políticos”. Assim, “Consolidada a 7ª República e admitindo-se a sucessão, ainda em junho” o fundamental era “ [...] ganhar, particularmente o PSD, e, tão logo o sinta na mão lançar-se à convenção, e, simultaneamente, obter, discretamente, apoio militar, eclesiástico, maçônico”, para ir em busca de “conquistar a opinião pública”.

Como filho de autêntica "raposa pessedista", Mauro Borges tinha clareza da importância de conquistar o PSD para legitimar sua candidatura. Para isso, era fundamental e necessário, de saída, “atuar desde as cúpulas até as bases dos diretórios estaduais, exercendo o esforço no Diretório Nacional, mediante ação pessoal junto aos demais.” Isso significava o apoio dos pessedistas da nova geração, dos *coronéis* e dos *caciques*. A tática consistia em ser apresentado como *candidato natural* por suas atitudes e posicionamentos: um homem de partido e da vanguarda das forças dinâmicas, cultor da democracia representativa, do capitalismo humanizado e cooperativista, e da doutrina social da igreja baseada na Encíclica papal de João XXIII, a *Mater et Magistra*;⁸¹ ser exposto como compromissado somente com os objetivos nacionais permanentes; além de reforçar seu poder de organização e sua capacidade de intervenção eficaz na política, e demonstrada sua atitude e conduta pessoal de lealdade para com a Presidência da República e as Forças Armadas.

A luta pela legitimidade da candidatura envolvia inúmeras articulações, e, para evitar que a intenção de Mauro Borges tornasse pública antes da convenção, a saída proposta – solicitar alianças secretas dos presidentes dos diretórios pessedistas e falar em nome dos “verdadeiros Guardiões dos Valores do PSD de 1930 a 1964”, a saber: Amaral Peixoto, Israel Pinheiro, Tancredo Neves, Filinto Muller, José Maria Alkmin, Moura Andrade, dentre outros. Esses apoios,⁸² conhecedores dos métodos de fazer política, indicavam outros ou, para superar

⁸¹ Princípios da *Mater et Magistra* influenciaram Mauro Borges na condução do governo. Por exemplo, levar a efeito a reforma agrária, *crístã e democrática*, implementada em seu governo. Consultar Esteves (2011).

⁸² Uma característica do governador, identificada pela autora, eram anotações sobre variados assuntos, identificados por ele como *subsídio a agenda*. Em outras palavras, para determinado compromisso agendado, o governador fazia anotações de próprio punho; quando datilografadas, vinham complementadas com manuscritos de Mauro Borges. Tratava-se de roteiro para subsidiá-lo nas discussões. Numa dessas passagens, já embalado pela disposição de concorrer à presidência, estabeleceu, em uma lauda datilografada, como subsídio para a reunião do dia 25.6.1964, “Realizar o maior número de contatos referente ao GPC, para viabilizar os contatos com lideranças pessedistas”. Prioridades:

- cúpula do diretório Nacional PSD;
- executivos presentes em Brasília;
- diretórios estaduais do PSD;
- senadores, deputados do PSD e P's afins (via direta ou indireta);

Contatar, de preferência no ERGO e, na ordem em que se segue:

prováveis resistências ao nome de Mauro Borges, além de buscar apoio de outros caciques, ocupar-se das articulações no congresso.

A outra frente concebida no “Plano GPC” propunha aproximar a candidatura de Mauro Borges/PSD ao PTB, em nome da afinidade “histórica, filosófica e operacional dos dois partidos PSD e PTB, desde o nascimento do trabalhismo de Getúlio”, apelando inclusive para o apoio hipotecado a João Goulart, em favor da sua posse e do presidencialismo. O PTB era um aval importante. Mas havia o peso do passado recente, com a deposição de João Goulart. A saída era demonstrar que Mauro Borges esteve exposto à ameaça do Ato Institucional e, em relação João Goulart, preocupou-se com os rumos que estava tomando, até mesmo ainda tentou demovê-lo de posicionamentos assumidos na condução do governo, em especial, nos métodos e processos de realização das Reformas por ele propostas, na tentativa “de evitar a crise de mar/1964”.

De certa maneira, esses argumentos poderiam atender aos interesses envoltos naquela conjuntura. Todavia, não foi bem assim, como admitiu, em certa ocasião, o próprio Mauro Borges, sem levar muita fê em João Goulart e seu governo. No manifesto⁸³ lançado à Nação em 31 de março de 1964, justificando o apoio ao golpe operado pelos militares com apoio civil, Mauro Borges acusa João Goulart pela falta de “[...] energia e competência necessárias para fazer do Estado o grande instrumento de desenvolvimento econômico e da paz social que poderia vir”, além de adotar medidas que pudessem colocar em risco “[...] a ruptura da ordem, a partir do início da tomada de posição do governo federal ao lado do grupo reformador, dos agitadores e dos carreiristas”.

1.Celso ou Joaquim Ramos (tirar leite ?); 2.Alkmin – Vice presidente; 3.Min. Amaral Peixoto; 4. Martins Rodrigues; 5. Filinto Muller; 6. Vitório Freire; 7. Israel Pinheiro; 8. Benedito Valadares; 9. Gustavo Capanema; 10. Tancredo Neves; 11. Carlos Murilo; 12. Sebastião Paes de Almeida; 13. Perachi Barcellos; 14. Hildo Meneguetti; 15. Guilhermino de Oliveira”.

Ao lado desses nomes, vinha a recomendação, destacado em vermelho “Divisão de atribuições entre PLT e MB para os contatos específicos”. Outros nomes foram acrescidos de próprio punho por Mauro Borges: Auro de Moura Andrade, encabeçava a lista paralela, Etelvino Luis, Negrão de Lima, deputados Último Carvalho e Renato Azeredo.

O roteiro sugeria visitar cordialmente:

1. Pr Meira Mattos (comentar sua geopolítica);
2. 11ª RM e CMB – Gen RSA e Ch EM Cel Álvaro A. dos Santos
3. Gab. MG - ? Costa e Silva na GB.

Outra recomendação: Adão deve tomar seu cargo contatos não especificados: deputados: Amazonas; Leopoldo Peres Sobrinho.

Outro lembrete: “Atenção às posses do dia:”

- Cordeiro de Farias (nome foi datilografado);
- Riograndino Kruel (DFSP)”.

- Golbery do Couto e Silva (SNI). Os dois últimos vinham anotados a lápis, por Mauro Borges.

⁸³ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

Em outra oportunidade, na carta endereçada ao presidente Castelo Branco em 13 de maio de 1964,⁸⁴ Mauro Borges é taxativo na sua oposição ao governo de João Goulart e ao seu partido, o PTB:

[...] as divergências que mantinham com a Presidência da República, na análise e na solução dos problemas nacionais, levaram-me a adotar em [...]1963, franca oposição ao Governo federal. Rompi com a bancada e com o Partido Trabalhista Brasileiro, Seção de Goiás, e dispensei dos postos de confiança todos os integrantes do referido partido, que, em face de aliança eleitoral, ocupavam na administração.

Conforme tal documento situa-se nesta direção – aglutinar forças, ressaltando-se discurso adotado para aquela conjuntura:

[...] a polarização decorrente da situação das forças políticas, na atualidade: de direita e as de centro-esquerda, restando no vídeo político desta posição renovadora e progressista, apenas MB, capaz de opor a CL (Carlos Lacerda), AB (Adhemar de Barros), ou mesmo MP (Magalhães Pinto) e, quem sabe, ao continuísmo revolucionário de CB (Castelo Branco).

Tal como rechaçava a possibilidade do PTB de fazer “o futuro presidente”, mas, sem ignorar a força da aliança entre o PTB com PSD, “serão indestrutíveis”, não oferecendo nenhum dos dois, afinidades em relação a UDN que, “unida destruirá a Nação”. De toda forma acentuava a importância do apoio de JK, de poderoso suporte militar, “constituído dos grupos afins com os ex-presidentes banidos, e, particularmente, do grosso das FF AA (Forças Armadas), anti lacerdistas e visceralmente anti-comunistas. Assim, retirado o status político de JK, Mauro Borges assumia o compromisso até seu eventual regresso “restituir-lhe o a candidatura, consoante a evolução dos acontecimentos da política interna do país. “Todavia, externar que fizera tudo para evitar a cassação dos direitos políticos com “vigília cívica, atuando com os meios ao seu alcance, mobilizando ponderáveis setores de opinião pública (FF AA, Mac: Forças Armadas e Maçonaria) na defesa dos mandatos”.

A palestra na Escola Superior de Guerra (ESG) deflagraria a campanha. Nesse entendimento, todos os detalhes foram pensados e pesados. Se por um lado, Mauro Borges era orientado para, dentre outros assuntos, demonstrar proximidade com a política agrária adotada em seu governo com o agrarismo ipesiano, além do entrosamento com as propostas da reforma agrária internacional, por outro, era alertado para deixar transparecer uma “atitude mental de paciência e humildade,” sem se deixar levar pelas “perguntas cretinas que lhe serão

⁸⁴ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

fatalmente dirigidas”. Afinal, de acordo com os estrategistas, após esse acontecimento, a ordem era falar em público e ostensivamente.

Mas ainda houve mais. A opção de Mauro Borges e articulistas eram claras e definitivas: galvanizar apoio onde fosse possível, buscando manter discrição, mas demarcando posicionamento como homem de partido, de vanguarda. Não aceitar provocações, esquivando-se dos “assuntos-gravosso”. Antes de oficializar a campanha eleitoral, a coisa se apresentava como reservada, secreta, como por exemplo, visitas de cortesia a ser realizadas por Mauro Borges as pessoas, aos jornais e revistas “que lhe deram cobertura, na vigência do AI” devendo expressar, “pessoalmente, sua gratidão”: Márcio Moreira Alves (Correio da Manhã), Coluna do Castelo (Jornal do Brasil), David Nasser (O Cruzeiro), “Grupos Financeiros (PL)”, estações de rádio e TV, além de Sobral Pinto.

O documento credenciava Mauro Borges: “conhece o mundo, possuindo visão universal de seus problemas, essencial à conduta geopolítica da nação”, capaz de levar o “Brasil à concórdia e à harmonia nacional, possibilitando – como semeia em Goiás - a eclosão da civilização brasileira, realizando um governo fecundo e de entendimento, consolidando os verdadeiros ideais revolucionários”.

Os articuladores da campanha demonstravam desenvoltura no jogo, nas estratégias para mover as peças, conforme a situação exigia. Tudo parecia real e consistente, com vigor definiram as diretrizes políticas capazes de alavancar a provável indicação de Mauro Borges como candidato do PSD na disputa eleitoral. Faltou aos articuladores entrar em sintonia com a atmosfera golpista, perceber as distinções e as ambiguidades que a conjuntura escancarava a todo o instante, e totalmente desfavorável ao governador de Goiás, conforme o revés final concretizado em 26.11.1964, com Mauro Borges apeado⁸⁵ do poder, pelos militares golpistas e seus aliados civis.

1.6 OS IDOS DE MARÇO E A QUEDA EM NOVEMBRO: MAURO BORGES É APEADO DO PODER PELA LINHA DURA

Não há como negar, Mauro Borges foi protagonista do movimento civil-militar de 64: no “[...] qual tivemos participação que todos sabem, para reajustamento da vida nacional, para que se criasse o clima necessário ao nosso trabalho construtivo” (GOIÁS, 18.6.1964,

Utilizamos o termo “apeado” na tentativa de dar a dimensão do que o ato significou para Mauro Borges – uma grande humilhação. Sua trajetória política, vinculada a uma memória familiar que se aproxima da história da região, com fatos marcantes entrelaçados à Revolução de 1930 e à criação de Goiânia.

p.2).⁸⁶ Todavia, a retórica adotada pelos militares golpistas e seus aliados civis, ao vincularem tudo aos acontecimentos anteriores a 1964, à corrupção, demagogia, subversão da ordem e caos econômico, assim como o rumo tomado pelo movimento, leia-se, o endurecimento do regime e a sua própria deposição do governo de Goiás, levou o então governador a colocar-se em oposição aos militares golpistas e seus aliados:

[...] fizemos uma revolução para evitar que o Brasil fosse ideologicamente colonizado [...] para evitar uma ditadura da esquerda [...] não aceitaremos sem resistência, que uma ditadura da direita se instale em definitivo, a tortura seja a norma jurídica do país [...] o pequeno grupo dos chamados *duros* [...] tem tendências nitidamente reacionárias e mesmo fascistas (TEIXEIRA, 2006, p.19).

Em face dessa situação, o que se manifesta em Goiás é uma peculiaridade. O argumento essencial daquela conjuntura, a vinculação de Mauro Borges com o comunismo.⁸⁷ Em anotações feitas de próprio punho,⁸⁸ um dos pontos por ele destacado é a tentativa de se desvencilhar do envolvimento com o comunismo: “[...] os meus manifestos e pronunciamentos e conduta dizem o contrário [...] o que fui e sou é um nacionalista puro, um reformista cristão”.

Todavia, se do ponto de vista político e ideológico os posicionamentos e pronunciamentos de Mauro Borges não deixavam qualquer sombra de dúvida, à medida que se acentuava a crise política que se abatia sobre seu governo, tudo parecia soar fora do tom, dada a radicalização do cenário político goiano, com a oposição pedindo a cabeça do governador, acusando-o de comunista.

⁸⁶ Reunião com os gestores, no Palácio das Esmeraldas: “[...] será a primeira após o término da vigência do artigo 10º do Ato Institucional”. . Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁸⁷ O discurso, profanado por seus opositores, foi o fiel da balança e selou o destino de Mauro Borges em 1964, ao ser apeado do poder sem nunca ter sido comunista. A passagem a seguir é esclarecedora da vinculação de Mauro Borges ao comunismo. Trata-se da correspondência enviada a ele pelo engenheiro goiano Oton Nascimento, em 15/5/1964. Nessa, o engenheiro se solidariza com Mauro Borges em face da situação que enfrentava, colocando em risco sua posição de governador. Afirma Oton Nascimento que os desdobramentos da conjuntura dos últimos 10 meses o obrigavam “a assumir atitude de luta franca e aberta contra o comunismo que ameaça subverter o país para dominá-lo”. Na ocasião, mencionava o convite feito por MB devido a sua posição anticomunista para assumir o Consórcio Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins (CIVAT), infiltrado de *elementos vermelhos* e necessitando “proceder lá uma verdadeira limpeza democrática”. Por questões particulares, declinou do convite. Na oportunidade colocava-se a disposição de MB para testemunhar em seu favor, em face das acusações que vinha sofrendo. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁸⁸ Localizamos manuscrito de Mauro Borges com comentário em relação ao seu adversário político. O documento provavelmente tratou-se de roteiro/ entrevista programada para 22/4/ 1964 (ANEXO III). Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

Um dos mais atuantes opositores de Mauro Borges foi o deputado Federal Emival Caiado (UDN).⁸⁹ O governador condenava sua postura e a “campanha de mentiras e de ódios promovida” por ele, por Olinto Meireles e outros, provocando “desassossego em minha gente”. Sobre Emival Caiado,⁹⁰ Mauro Borges diz:

[...] É um homem sem nenhuma mensagem ao povo – continua ser o senhor cinematográfico [...] frustrado na vontade de ser governador do estado e frustrado como líder de oposição [...] [assumindo] posição oportunista em agosto de 1961.

A mesma acusação atingiu as forças oposicionistas goianas, golpeadas com a cassação do deputado estadual Joaquim Olinto de Jesus Meirelles, do Partido Social Progressista (PSP), sob alegação de envolvimento com o comunismo. Nesse caso, Mauro Borges valeu-se do Ato Institucional⁹¹ para “pedir e obter a cassação do deputado Olinto Meirelles, o mesmo lacerdista que havia ido solicitar a Castelo a deposição do governador”, argumentou Souza (1990, p.75).

A respeito de Olinto Meirelles, o Comando Geral de Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio da ficha policial (extrato),⁹² subscrita pelo Coronel José Joel Marcos, Comandante Geral, assim o qualificou: “[...] agitador comunista, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes”. Informa, ainda, que ele viajou “[...] a China Comunista, onde tomou parte num congresso e entregou a Chou En-Lai (1898 - 1976) uma bandeira brasileira”. O referido documento registrou outra viagem,⁹³ desta vez “[...] a Cuba, juntamente com José Porfírio, chefe dos revoltosos de Trombas, onde convidou Fidel Castro para paraninfar uma turma de formandos da Faculdade de Direito (UFG) de Goiânia”; ele aceitou e se fez representar por um oficial cubano. Outras informações sobre Olinto Meirelles no referido documento: fichado pela polícia da Guanabara como comunista, articulador da criação da Frente Parlamentar Nacionalista na Assembleia Legislativa, responsável pelo convite a Luiz

⁸⁹ Proprietário do *Jornal do Oeste*, fez dele um instrumento de oposição sistemática ao governador Mauro Borges, inclusive campanha cerrada pela sua deposição. Jornal independente, fundado em 1959 por Waldemar Gomes de Melo, tem, em 1963, a sua propriedade transferida para o deputado federal Emival Caiado.

⁹⁰ Conforme atestamos, tratou-se provavelmente de um roteiro feito de próprio punho pelo governador, para entrevista coletiva programada para 22 de abril de 1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁹¹ Instrumento que garantiu a perseguição aos adversários políticos do regime, pois abria a possibilidade de cassação de prefeitos e deputados.

⁹² Documento datado de 24/4/1964, uma lauda e a observação *secreto*. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

⁹³ Os dados foram apresentados oficialmente ao Governador Mauro Borges pelo Secretário Rivadavia Xavier Nunes, por meio do Of. nº445, de 22/4/1964, com base no Radiograma encaminhado pelo senhor Cecil Macedo Borel, diretor da Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, enviado no dia 21 daquele mês e ano, sob a identificação 398 – fls. 60, em resposta a solicitação do Secretário de Segurança Pública de Goiás, encaminhada via rádio no dia 13.4.1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia.

Carlos Prestes para visitar Goiânia, no que foi atendido. Em depoimento ao Jornal *Opção*,⁹⁴

Olinto Meirelles justificou o encontro com Mauro Borges:

[...] Nossa briga na Assembleia era para mostrar os erros do governo Mauro [Borges]. E ele achou que, para facilitar sua vida, ele teria que ter o apoio da Assembleia, mas eu era um empecilho. Foi quando ele iniciou um processo de denúncias contra mim para conseguir a cassação do meu mandato.

O governador de Goiás, por sua vez, lançava mão dos meios a seu alcance para responder aos ataques das forças oposicionistas, em especial, udenistas e ruralistas. Não há dúvida, ele enfrentou todas as inflexões e desdobramentos impostos por aquela conjuntura, com diferentes e conflitantes interesses sociais, articulados a uma disputa pela hegemonia militar. Como represália, o ministro da Defesa Costa e Silva exigiu que o governador devolvesse aos órgãos de origem todos os militares do exército à disposição do governo de Goiás. Solicitação prontamente atendida pelo governador em 26 de maio de 1964. Para Gorender (1987, p. 13), Mauro Borges causava desconforto aos militares devido à sua “oposição eficiente em agosto de 1961”, ao garantir a posse de Jango.

Nas argumentações de Souza (1990), as elites agrárias, na defesa dos interesses corporativos, demonstravam descontentamento por se verem contrariados, e com a o significativo crescimento da organização camponesa e do debate em torno da Reforma Agrária, fortaleceram a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA).⁹⁵ Desse modo, udenistas e ruralistas, devidamente contextualizados e politizados, foram criando os meios para atingir seus objetivos. Lutar pela deposição de Jango, algo que, posteriormente passou a ser a deposição de Mauro Borges, ambas ocorridas em 1964. As colocações do ex-governador Irapuan da Costa Júnior (JORNAL OPÇÃO, 2011)⁹⁶ fortalecem o entendimento:

[...] vários [...] colegas foram aderindo e multiplicando os adeptos anticomunistas [...] Logo se estabeleceram ligações com militares mais identificados com as preocupações com a marcha batida que o Brasil fazia rumo a um regime de esquerda. Coronel Danilo Cunha Mello, capitão Aníbal Coutinho e tenente Marcus Fleury foram os primeiros a dar um suporte militar ao movimento que começava a surgir em Goiás.

Prossegue Irapuan em suas reflexões:

[...] Instalado o regime militar, com seu caráter reformador, não deixaria de acontecer em Goiás o fenômeno da “revolução devorando seus filhos.” Alguns

⁹⁴ Especial 50 anos do Golpe de 64. A verdade sobre o golpe militar em Goiás. Edição 2021. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/a-verdade-sobre-o-golpe-militar-em-goias-1034>> Acesso em: 18 dez. 2014

⁹⁵ Naquela conjuntura, a entidade era dirigida por Carlos Machado de Araújo – 1961-1962/ 1963-1964.

⁹⁶ O ex-governador é colunista deste Jornal. Caderno Opção cultural. Edição 1869 de 1º a 7 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/um-apostolo-na-luta-contr-o-totalitarismo>> Acesso em: 1.jul.2014

companheiros caíam pelos entrechoques locais. Olinto Meirelles seria vitimado por Mauro Borges, que havia aderido à revolução, mas que seria também cassado por ela, em novembro ainda de 1964 (JORNAL OPÇÃO, 2011).

Dessa forma, bem articulados nacionalmente, os ruralistas, udenistas e outros oposicionistas goianos, de forma estratégica, aproximam-se dos generais *linha dura*. Em seu estudo intitulado *1964 em Goiás: o ovo da serpente (militares e proprietários de terras na gestação da ditadura)*, Souza (1990, p. 86) captou o descontentamento dos ruralistas goianos com a gestão *maurista*. Não se tratava de mera oposição. Eles vinham se mobilizando contra a ameaça à propriedade, ao passo que os udenistas se aproximavam dos militares golpistas de olho no poder em Goiás. Tratava-se de um plano bem orquestrado, capaz de corporificar os interesses particulares, melhor dizendo, os projetos particulares dessas forças. Como se pode ver, em primeiro lugar, um cenário completamente distinto daquele em que se moveu o golpe. Tem sua ruptura com a disputa pela hegemonia militar e, como pano de fundo, a disputa partidária regional, com a UDN se prestando à base civil da *linha dura*.

Assim, a intervenção em Goiás, orquestrada pelos generais *linha dura* e endossada pela UDN e ruralistas, acompanhada de perto pelo emblemático Carlos Lacerda, significava condição *sine qua non* para atingir o objetivo. Souza (1990) diz que o sentimento que nutria os udenistas goianos e os ruralistas era que a revolução não chegara a Goiás, afinal, Mauro Borges era seu comandante, além de permanecer à frente do governo estadual. Para eles esse estado de coisas era indigesto. Tanto assim que se determinou nova investida. Coube a Ursulino Leão⁹⁷ redigir uma exposição de motivos, na tentativa de desconstruir a imagem de Mauro Borges como homem da revolução. Para Souza (1990), por meio do documento, os udenistas buscaram, na história, aspectos para demonstrar que Mauro Borges destoava da revolução. Foram argumentos utilizados, segundo Souza (1990, p. 72):

- Castelo Branco assinou manifesto contra Getúlio Vargas, quando Pedro Ludovico e Mauro Borges eram getulistas;
- Castelo Branco e a UDN selaram apoio a Juarez Távora, Pedro Ludovico e Mauro Borges hipotecaram apoio a JK;
- Castelo Branco e a UDN apoiaram Jânio Quadros enquanto o apoio de Pedro Ludovico e Mauro Borges foi para Lott.

A oposição, ardilosamente, construiu o cenário ideal para a queda do governador, com encontros frequentes, inclusive com deslocamentos até o Rio de Janeiro, para se avistarem com os militares da *linha dura* e municiá-los com informações daquilo que ocorria no estado, ou seja, informes movidos por seus interesses, com a nítida intenção de ampliar a

⁹⁷ Deputado estadual suplente UDN/PSP (1963-1967), assume o mandato com a cassação de Olinto Meirelles em 4/6/1964.

animosidade entre a *linha dura* e o governador. Conseguiram, com a sequência de Inquéritos Policiais Militares,⁹⁸ envolvendo o governador Mauro Borges.

Inicialmente, com o Ato Institucional, Mauro Borges, principal foco desse campo de luta em Goiás, foi envolvido nas intrigas dos opositores Alfredo Nasser, Ary Valadão, Sidney Ferreira e Emival Caiado, acusado de benevolência com o movimento camponês e de ligação com Brizola e Jango. Sobre indícios de subversão no estado, o governador depõe à Subcomissão Geral de Investigações,⁹⁹ comandada pelo general Luiz Carneiro de Castro e Silva, conforme comunicado do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional general Ernesto Geisel, ofício datado de 5 de maio de 1964. Castro e Silva era afinado com a *linha dura* e com os udenistas. Ao término dos trabalhos, recomendou a renúncia do governador ou demissão do secretariado comunista.¹⁰⁰ Naquele momento, Mauro Borges conseguiu contornar a situação junto a Castelo Branco.

Não tardaram, entretanto, outras ofensivas promovidas pelos militares da *linha dura* apoiados pelos opositores goianos contra o governador. Dessa vez, o inquérito foi conduzido pelo Coronel Avany de Arroxelas Medeiros que, “[...] não sendo um militar da *linha dura*, afasta-se dos políticos udenistas e procura imprimir certa isenção ao trabalho de investigação” esclarece Souza (SOUZA, 1990, p. 91). A atitude é vista como afronta aos udenistas, a ponto de desencadearem pressão por sua substituição, ocorrida por ato do Ministro da Guerra Artur da Costa e Silva. Esse fator reforçava a comunicação e organização política da *linha dura* e oposição goiana. Em troca, foi enviado o coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello – “udenista e ex-membro do Clube da Lanterna” –, destacado pelos militares para comandar o 10º Batalhão de Caçadores (10º BC). Ele prosseguiu com o IPM, incentivando “a sociedade a fazer denúncias. É municiado pelos políticos já citados e por

⁹⁸ Conforme Certidão emitida em 10 fev.1965 pela Justiça Militar/Auditoria da 4ª RM (Juiz de Fora-MG) subscrita por José Fadel Tabet, escrivão da referida Auditoria, os IPM trataram dos poloneses, do Cerne, das Faculdades de Direito, Engenharia, Medicina, Odontologia, UFG, elementos foragidos, elementos diversos.

⁹⁹ O Jornal *O Globo*, de 16 de maio de 1964, cuja manchete foi Castelo Branco: O govêrno precisa de compreensão, advertência e crítica”. Trouxe na página 5 notícias sobre a conjuntura em Goiás: "Hoje, às 8h, o governador de Goiás, Sr. Mauro Borges, estará recebendo o general Luís Carneiro de Castro e Silva, para dar seu depoimento à comissão de inquérito sobre a subversão em seu estado. Fonte bem informada disse acreditar que os principais articuladores das pressões exercidas contra o governador Mauro Borges estariam sendo orientados pelo marechal Odílio Denys e pelo general Ernesto Geisel. Isso se deveria à posição assumida pelo governador de Goiás em 1961 em defesa da posse na Presidência do Sr. João Goulart, com o que não concordavam aqueles militares".

¹⁰⁰ Buscando meios de defender-se das denúncias, conforme Of. nº. 112, de 18/5/1964, dirigido ao general Ernesto Geisel, o governador “apresenta um memorial[...] e outras peças instrutivas”, além de manifestos de apoio endereçados a ele por autoridades como Dom Abel Ribeiro Camêlo (Bispo de Goiás), membros do Tribunal de Contas de Goiás, dom Fernando Gomes dos Santos (Arcebispo Metropolitano de Goiânia) e do Clube de Engenharia de Goiás. Depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

arrivistas como Irapuan Costa Júnior”, informa Souza (1990, p. 92). Nas considerações de Alves (1996, p. 113), o IPM conduzido pelo coronel Danilo não apresentava fatos ou documentos para sustentar suas conclusões, mas baseou-se substantivamente em testemunhos. “[...] e mesmo que depoimentos pessoais e gratuitos pudessem fazer prova, temos as declarações de uma freira, Madre Maria Redentora, assegurando que a confissão de João Batista Zacariotti foi arrancada sob torturas”.

Naquele momento histórico, os acontecimentos envolvendo Mauro Borges repercutiram nacionalmente; conhecido na imprensa como *o caso de Goiás*, devido “[...] menos pelo que tem de endógeno e mais por sua relevância como estratégia dos grupos militares na conquista da hegemonia no estado”, avalia Souza (1990, p. 92). O *Jornal do Brasil*¹⁰¹ dava destaque ao caso, como, por exemplo, a pressão da Frente de Mobilização Democrática, exigindo a limpeza das repartições públicas estaduais, “infestadas de vermelhos”. Aquele diário expunha, ainda, outras reivindicações dos fazendeiros, membros da Frente, pois, conforme o jornal, tendo apoiado “com dinheiro e armas o governo goiano durante os acontecimentos”, demonstravam interesse em ocupar “cargos na administração pública de Goiás, através da nomeação de elementos da sua confiança para secretarias e diretorias de departamentos importantes”.

A respeito, ao *Jornal O Popular*,¹⁰² o Secretário da Frente Mobilização Democrática, Sebastião Dante Camargo Júnior, instigou o governador: “[...] tem o dever de saber quais os comunistas de sua administração, e puni-los. Se os procurar, achará”. Além do mais, “[...] o Estado deve ser totalmente descomunizado e punidos os que tiverem culpa, os que serviram de instrumento aos comunistas e os que foram corruptos”.

Observa-se, nesse momento, o alargamento do grau de influência dos udenistas, ruralistas e outros opositores históricos, com intensificação pela disputa do poder em Goiás. A ofensiva contra Mauro Borges não cessa. Entre as provas de subversão arroladas no mencionado IPM, consta o Centro de Treinamento de Guerrilha em território goiano, o caso de Dianópolis,¹⁰³ com o beneplácito do governador. Sobre a ação naquela localidade, foi endereçada ao governador Mauro Borges¹⁰⁴ correspondência dando conta da ação da liga

¹⁰¹ “Mauro pressionado a demitir os elementos de tendência esquerdista”. 5 abr. 1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

¹⁰² “Mauro pensa que é dono da Revolução e admite comunistas no governo”. 21 jul.1964. Goiânia. Depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

¹⁰³ Com a divisão de Goiás, Dianópolis foi incorporado ao estado do Tocantins.

¹⁰⁴ Identificada como cópia, no cabeçalho registrava Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Departamento de Segurança Pública – Dianópolis 26/10/1962. A assinatura impedia a identificação, mas, ao lado, de próprio

camponesa em Dianópolis: “[...] pregam às claras, a derrubada das instituições por meio da ação militar com base nas guerrilhas.” Bem estruturada, com comando organizado, “[...] todos estudantes ou operários de Recife”, entre os quais, Tarzan de Castro. Armamentos disponíveis para fins de guerrilha: “[...] 4 fuzis (de 7mms); 2 espingardas Fraubert 22, 18 carabinas ‘44’, 5 metralhadoras de mão ACP 45, facões[...] pá, picareta, machado e etc”. Diante daquela realidade, solicitava ao governador “[...] urgentemente a vinda de tropas para a proteção da população local”. Sobre, a questão, Mauro Borges, em sua obra *O Golpe em Goiás a história de uma grande traição* (2006, p. 48), registrou a ação do seu governo:

As agitações rurais encontradas em curso por meu governo e proteladas em suas soluções por administrações passadas, e outras promovidas por elementos suspeitos para tumultuar a vida do Estado, foram energeticamente debeladas [...] e liquidadas pela pronta e firme ação da Polícia Militar do Estado, com a cooperação de autoridades militares (TEIXEIRA, 2006, p. 48).

Outra acusação ao governador, de acordo com o IPM, o envolvimento com uma rede de espionagem internacional. Tudo motivado pelo fato de Pawel Gutko, portador de esquizofrenia, após abordagem no centro de Goiânia, ter sido levado para o 10º Batalhão de Caçadores. Lá, interrogado sob tortura, identificou-se como Jean Fouchet, espião polonês. Para preparar a opinião pública, após o depoimento, Pawel Gutko foi apresentado à imprensa como *perigoso espião*, com “[...] fortes indícios da existência de uma rede de agentes internacionais, operando no território goiano, integrada por brasileiros e estrangeiros e orientados por elementos das representações diplomáticas de países da cortina de ferro”, em conexão com o governador de Goiás, para efetuar “contrabando de minérios estratégicos” (SOUZA 1990, p. 94). A intenção dos encarregados do IPM era vincular “[...] o governo de Goiás com o comunismo internacional”, pois, “[...] Pawel [...] era intermediário, juntamente com João Batista Zacariotti, Simon Luty Kosobutsky outros, na entrega de importância em

punho, Mauro Borges anotou o nome Nicolau Seixas. Tal documento assim tratava o governador: “[...] prezado amigo Mauro”. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Na edição de 1 fev.1963, o Jornal *A Noite* trouxe como destaque na primeira página “Ligas camponesas de Goiás são fieis a “Che” e a Cuba”. Ano LII, Rio de Janeiro. Sobre o apoio cubano, o tenente-coronel Nicolau Jose Seixas, nomeado por Jango *Chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando e ao Descaminho (DRCD)/* Ministério da Justiça e Negócios Interiores, após receber informações que caixas de geladeiras teriam chegado a Dianópolis, município que não dispunha de energia elétrica, supondo tratar de contrabando de armas pelos fazendeiros da região, deflagrou verdadeira operação de guerra para apurar os fatos. Com apoio de força policial, cercou o local, sem prender os ocupantes do acampamento, mas, ao localizar as *geladeiras* julgou tratar-se de campo de treinamento militar das Ligas Camponesas. As caixas continham muitas bandeiras cubanas, retratos e textos de Fidel Castro e de Francisco Julião Arruda de Paula, manuais de instrução de combate, descrição dos fundos financeiros enviados pelo governo cubano para montar diversos acampamentos guerrilheiros, bem como esquemas para sublevação armada das Ligas Camponesas em outras regiões do país.

Ver: FERREIRA, J. Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

dinheiro ao governador, recebida da Polônia, para fins subversivos”, transcreveu Mauro Borges em *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição* (2006, p. 294-296). A tortura aplicada a Pawel Gutko, sob as ordens do coronel Danilo, levou o polonês a cometer o ato de coprofagia.

Os encarregados do IPM usaram dos meios necessários para desqualificar a tese da loucura de Pawel Gutko. Foram mais além, ao envolver o médico Simon Luty Kosobutsky, descendente de polonês, professor da Faculdade de Medicina/UFG, em suposta rede de agentes internacionais, inclusive acusando-o de ter induzido Pawel Gutko a passar por louco. O médico Simon foi preso, torturado e acusado pelo coronel Danilo de ser contrabandista de areias monazíticas. Recolhido em cela nas dependências do 10º BC, Dr. Simon escreveu uma carta ao presidente da República,¹⁰⁵ na qual relatou com detalhes a tortura sofrida em dependência externa ao 10º BC e sua admiração pelo governador Mauro Borges, “[...] um democrata progressista que sempre lutou contra a corrupção e subversão do estado e que nos primeiros momentos da Revolução de 31 de março, esteve junto aos idealistas que varreram a corrupção e extremismos no país”. Na carta, a todo instante tentava provar sua inocência diante das denúncias. Em momento algum fraquejou ou cedeu à pressão dos encarregados do IPM para que assumisse a entrega, no Palácio das Esmeraldas, de envelope destinado ao governador Mauro Borges.

Diante das denúncias de tortura do médico Simon, a Associação Médica de Goiás¹⁰⁶ realizou Assembleia Geral no dia 11 de novembro de 1964, com a participação de 48 médicos, para discutir e posicionar-se em relação ao caso. A plenária decidiu encaminhar mensagem ao presidente da República “[...] contra as sevícias praticadas na pessoa do dr. Simon”, solicitando ainda a apuração das denúncias apresentadas por ele próprio em carta anexada ao documento da Associação Médica. A sessão teve caráter sigiloso, sem qualquer divulgação sobre ela.

João Batista Zacariotti, oficial de gabinete do governo Mauro Borges, foi preso nas dependências do 10º BC. Diante das torturas sofridas, sua esposa, a médica chilena Edith Pizarro Zacariotti, por meio de escritura pública¹⁰⁷ lavrada no livro 234. Fls. 70-v.a 73, do 2º Tabelião Vitalício Públio de Souza, Comarca de Goiânia, registrou:

¹⁰⁵ A carta na íntegra, ver: TEIXEIRA, Mauro Borges. *O Golpe em Goiás: História de uma grande traição*. 2. ed. Goiânia: UCG; Vieira, 2006 (1965), p. 251-257.

¹⁰⁶ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

¹⁰⁷ Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Durante visita, depois de muita insistência e após ser informado por ela que “[...] toda a cidade já tinha conhecimento das torturas por que ele e outros presos haviam passado no 10º BC”, ele confessou “[...] que apanhou até entrar em inconsciência, que pelo menos por três noites seguidas sofreu ele essas torturas[...] foi submetido a choque elétrico[...] não suportando mais [...] resolveu assinar as declarações que seus verdugos lhe apresentaram[...] tais declarações eram sobre de que seu marido recebia um envelope lacrado todos os meses da embaixada da Polônia e que ele entregava ao Governador Mauro Borges Teixeira”

A denúncia de prática de tortura nas dependências do 10º BC foi divulgada na imprensa:¹⁰⁸

[...] cumpre ressaltar que a opinião pública de nossa capital vem tomando conhecimento de tais ocorrências da maneira mais clara, explícita e determinada possível, o que muito vem contribuindo para dar à notícia um cunho de veracidade e de importância que as mesmas talvez, estejam longe de merecer. [...] dentre os nomes mais comumente citados como vítimas de torturas encaminham-se Tarzan de Castro, João Batista Zacariotti, Hugo Brocks, um polonês e Durval Pedrosa. [...] as autoridades militares negam veementemente a existência do clima de terror nas prisões especiais. Afirmam ainda mais que os detidos, em sua maioria são constituídos de intelectuais, estão sendo tratados com toda a lisura e respeito pelos oficiais responsáveis (CINCO DE MARÇO, 1964).

Leitura de Gorender sobre o processo (1987, p. 13):

[...] aliados à facção latifundiária da família Caiado, oficiais do exército montaram farsa a respeito de uma rede de espionagem orientada e financiada pela Embaixada da Polônia, em conluio com o Palácio das Esmeraldas. A tortura extorquiu confissões falsas de funcionários do governo goiano, militantes do PCB e da Política Operária (POLOP) ou sem filiação de esquerda.

Acusação também imputada a Mauro Borges foi a de fazer subversão por meio do órgão de divulgação oficial – o Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (CERNE), que merecia atenção especial do governador. O Cerne aglutinava o Diário Oficial, Diário de Goiás, Rádio Brasil Central, Agência de Publicidade, Gráfica e Instituto de Cultura Popular (cujo fechamento se deu logo após o golpe). Ver capítulo VI.

A bem da verdade, não havia mais caminho de volta, a intenção dos encarregados do IPM era aumentar a pressão sobre Mauro Borges. Os ataques contra ele continuavam; Alfredo Nasser,¹⁰⁹ inimigo do ludoviquismo, atacava:

[...] se ele está identificado com a Revolução [...] comece afastando essas pessoas até a prova de sua inocência [...] mandar dizer para o Brasil todo que ninguém tocara num fio de cabelo de qualquer de seus contínuos é assumir uma posição de desafio

¹⁰⁸ “Presos políticos de Goiás estão sofrendo torturas?” *Cinco de Março*. Goiânia, 21 set.1964, p. 5. Arquivo Histórico Estadual.

¹⁰⁹ “Até o amargo fim”. Pronunciamento feito na TV Anhanguera às 22h 15min do dia 10 out.1964, publicado no *Jornal O Popular*, Goiânia. 11 out.1964, p. 3. Foi novamente publicado no *Jornal Cinco de Março*. Goiânia. 26 set.1988. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO.

que a Revolução não poderia tolerar. Nenhuma Revolução aceita ser jogado contra a parede. E ninguém desafia uma Revolução com palavras.

Mauro Borges governava acuado, vulnerável à articulação dos seus opositores. Tentou, dramaticamente, manter-se no poder, apelando para a boa relação estabelecida com Castelo Branco na passagem pela Escola Militar de Realengo; escreveu-lhe cartas denunciando as perseguições sofridas. Numa delas frisou: “Assegurada, por graça de Deus, a vitória incruenta da Revolução, parti imediatamente para o Rio de Janeiro, onde tomei parte ativa nas articulações que deram como resultado a eleição de Vossa Excelência” (TEIXEIRA, 2006, p. 130). Na segunda, entregue pessoalmente, o governador denunciou as torturas que estavam ocorrendo no 10º Batalhão de Caçadores, dependência do Exército em Goiânia. Na oportunidade, indagado por Castelo Branco sobre as atitudes do coronel Danilo, ele declarou: “[...] estou convencido de que [...] age como um carrasco que fazia inveja aos torturadores dos campos de concentração” (TEIXEIRA, 2006, p. 154).

Diante da denúncia, e de outras que se seguiram no país, o Chefe do Gabinete Militar, Ernesto Geisel, apurou e concluiu que tratavam de *ilações* plantadas pelos opositores do regime. Contudo, de alguma maneira tais denúncias surtiram efeito, com a substituição do coronel Danilo. Em sua pesquisa, Siqueira (2003), consubstanciado em informações da Revista Fatos e Fotos,¹¹⁰ mencionou a irritação dos “[...] oficiais da 11ª região militar, que queriam vir a Goiânia depor o governador. Não admitiam que Mauro Borges continuasse no poder enquanto o coronel Danilo da Cunha havia sido afastado do seu comando devido às denúncias de torturas praticadas no 10º BC”.

O coronel Danilo havia concluído os inquéritos e indiciado Mauro Borges, transferindo os autos para o general Riograndino Kruehl, que tentou fazer uma manobra no sentido de remeter o processo contra o governador à Justiça Militar. De tudo, o sentimento que ficava: “[...] indicava o fechamento do cerco que há muito me fazem [...] depois que os IPM foram para Brasília, as notícias contra mim intensificaram-se, não sei se partindo do SNI,¹¹¹ do DFSP, ou do SRP do Ministério da Guerra”, desabafou Mauro Borges (TEIXEIRA, 2006, p.154). O relatório do IPM denunciou a infiltração comunista no Palácio do Governo, envolvendo assessores mais próximos do governador, como o secretário de

¹¹⁰ Ver: *Revista Fatos e Fotos*. Brasília, 5 dez. 1964, Ano IV, nº 201. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO.

¹¹¹ Serviço Nacional de Informação (SNI); Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP); Serviço de Relações Públicas (SRP).

governo Ary Demóstenes de Almeida, entre outros. O mesmo relatório¹¹² citou nominalmente outros prováveis comunistas atuando em diferentes órgãos do governo de Goiás. A *linha dura* recomendava apertar o cerco contra Mauro Borges:

As organizações da sociedade civil, que haviam atuado nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, na preparação da opinião pública para o golpe, deslocam-se nesse momento para Goiás. Goiânia recebe visita da diretora social da Associação das Mulheres Orando pelo Bem do Brasil. A ESSO do Brasil promove, no Hotel Bandeirantes, um curso de liderança. A União Cívica Feminina de São Paulo¹¹³ se propõe a implantar núcleo em Goiás (SOUZA, 1990, p. 96).

O governador ficou cerceado, seus apelos não surtiram os efeitos por ele esperado. Diante da crescente pressão, buscou resguardar-se com *habeas corpus preventivo* – nº 41.296/1964 –, impetrado pelo jurista Sobral Pinto e pelo Consultor jurídico do seu governo, José Crispim Borges,

A intervenção em Goiás era propagandeada abertamente. As reações da sociedade à manobra golpista logo se manifestaram: “[...] a deposição do governador Mauro Borges, se vier concretizar-se será o sinal de alarme de que a linha democrática foi transposta. E que entramos no regime do arbítrio e do cerceamento, gradativo ou violento, das liberdades públicas”, avaliava Tristão de Ataíde.¹¹⁴

O Supremo Tribunal Federal, em 23 de novembro de 1964, por unanimidade deferiu o *habeas corpus* a favor de Mauro Borges, declarando que ele não poderia ser processado e julgado por Auditoria Militar, em virtude de ter direito a foro privilegiado, por força da Constituição. Com o *habeas corpus* concedido pelo STF, o governo militar ficou impedido de destituir Mauro Borges. Acompanhando o desdobramento da decisão do STF, o jornalista Carlos Castelo Branco, na *Coluna do Castelo*, foi taxativo:

[...] esperada intervenção federal em Goiás. [...] Convencido de que o Governador de Goiás prepara a contra-revolução e continua envolvido numa trama subversiva, [...] o presidente encampou, assim, as acusações do inquérito militar e a posição da linha dura do caso de Goiás, [...] recorrendo à intervenção que restauraria, no seu entender, a segurança da União e da revolução numa área ameaçada pelo que identifica como um movimento subversivo (JORNAL DO BRASIL, 24.11.1964).

¹¹² Ver: *Jornal Opção*. Goiânia. 30 mar a 5 abr. 2014. *Especial 50 anos do Golpe de 1964*. Edição 2021. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/a-verdade-sobre-o-golpe-militar-em-goias-1034/> Acesso em 27 jul. 2014

¹¹³ Financiada pelo IPES na cruzada anticomunista e antijango. FGV CPDOC – Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudios_Sociais Acesso em 27 jul. 2014

¹¹⁴ “Vigílias sombrias”. *Jornal Cinco de Março*, 23 nov.1964, p.7. Transcrito do *Jornal Folha de S. Paulo*, 20 nov. 1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

Manifestando repúdio pela decisão do STF, e tentando pressionar Castelo Branco, o Coronel Danilo de Sá da Cunha Mello, no mesmo dia emitiu nota à imprensa, intitulada “A Nação”,¹¹⁵ em “[...] defesa das ideias que mobilizaram uma nação inteira”. Em tal nota, o coronel atacava o deslocamento do

“[...] campo jurídico para o campo político o julgamento das conclusões dos IPMs, da área de Goiás, transformando tudo numa farsa, em que o governador será julgado pelos representantes do próprio governador, não podíamos altear a nossa voz, para denunciar à Nação tal fato e alertar o povo de uma maneira geral, que neste estado mediterrâneo não existe um problema político, mas uma ameaça à Segurança Nacional.[...] foi montado um processo subversivo cujo centro de irradiação se encontra dentro do Palácio do governo e cujo principal responsável é o próprio governador. Comunistas nos seus métodos de atuação. Comunista na seleção dos seus auxiliares mais íntimos. Comunistas no processo de manipulação da opinião pública através de uma propaganda sem respeito às normas da ética e à personalidade humana. comunista no consenso doutrinário de uma filosofia de governo. [...] Não podemos e não devemos nos omitir, agora, mas é com tristeza que nos erguemos para denunciar à Nação que pretendem invalidar os nossos esforços, que intentam preservar da ação saneadora os remanescentes do comunismo oportunismo de Jango e Brizola, que desejam nos reconduzir aos dias angustiosos anteriores ao 31 de março através de uma manobra política nítida, clara, e insofismável, realizada pelos mesmos homens que sempre infelicitaram este país. [...] Somos, neste momento, representantes humildes e sinceros de uma vontade, de um ideal, que se traduz nos objetivos proclamados por um movimento revolucionário[...] expressão viva de um povo que optou pela liberdade e pela democracia.[...] estaremos intransigentes na defesa das ideias que mobilizaram uma Nação inteira em 31 de março e que não há de morrer, pelo simples fato de que existam maus brasileiros ou traidores da causa revolucionária.

O presidente Castelo Branco tentava manter a aparência de legalidade do regime. Sabia que adotar uma postura autoritária poderia ser desfavorável, daí ser necessário preservar o STF, embora as decisões contrárias ao regime causassem fúria nos militares e seus aliados civis. Em resposta a essa decisão, durante pronunciamento irradiado por *A Voz do Brasil*, o presidente indicava que a intervenção estava a caminho. O *Jornal do Brasil* dava destaque ao *caso de Goiás*, garantindo à população acompanhar seus desdobramentos. O clima de conspiração e tensão política marcou todo o processo de intervenção federal em Goiás. O texto a seguir reforça o uso da mídia e outros meios empregados pelos opositores do governador no sentido de incriminá-lo, com falsas informações, distorções de fatos, episódios:

[...] Mauro vai cair [...] brevemente [...] não só pela comunicação e subversão que comandou antes de 31 de março [...] também pelos desatinos que tentou praticar após a vitória da revolução, já aí sob a orientação e comando do comunismo internacional. [...] tanto assim, que em desatinado desespero [...] chegou ao ponto de organizar um “esquadrão da morte”, constituído de dez comunistas, sob seu comando com a escabrosa missão de realizar quatro terríficas operações: 1- a eliminação dos ministros militares; 2- a destruição de todas as pontes Brasília-

¹¹⁵ Jornal *O Popular*, primeira página, 24 nov.1964. Arquivo Histórico Estadual. Goiânia.

Goiânia; 3- o envenenamento da caixa d'água de que serve o 10º sediado nesta capital; e 4- eliminação do general Ernesto Geisel.¹¹⁶

O discurso proferido por seus opositores foi competente, o fiel da balança ao selar o destino de Mauro Borges em 1964: foi apeado do poder por suposta alegação de favorecer a comunização do seu governo, sem nunca ter sido comunista, muito pelo contrário, combateu o comunismo, conforme entrevista por ele concedida à Revista Manchete (1964, nº 658, p. 14-21):

[...] existem, no Brasil, duas correntes radicalizantes, contra as quais me oponho em nome de uma democracia dinâmica e socialmente justa: a comunista e a lacerdista. Minha posição só pode ser confundida pelos inimigos dos interesses nacionais. Luto por uma democracia brasileira, com autoridade forte e definida, sem totalitarismo, planificada, autêntica e cristã.

Em frente ao Palácio das Esmeraldas, postavam-se em torno de duas mil pessoas, quase que diariamente, esperando as ordens de Mauro Borges, dispostas a pegar em armas para defender o governador e sua permanência no cargo. Não foi o caso. O golpe estava a caminho... a capital viveu dias tensos e intensos com a movimentação de tropas e tanques Sherman ao redor da cidade. Desde o dia 15 de novembro haviam sido deslocados para Goiânia “[...] 900 soldados do 1º Exército [RJ], e uma esquadrilha de reconhecimento” sobrevoando para identificar possíveis “[...] focos de subversão no estado”.¹¹⁷ Naquele dia 26 de novembro de 1964, o aeroporto fora fechado às 8 horas e impedido o trânsito de pessoas e veículos num raio de três quilômetros. Para as saídas rodoviárias, foram deslocados núcleos terrestres do Exército, com tanques e metralhadoras, “que formavam ninhos ao longo das estradas”. Nas pontes e estradas secundárias, foi montada pelos militares, operação para controle da movimentação, com rigor na identificação de pessoas e veículos. O “cerco psicológico ao Palácio” foi desencadeado às 11h40min com estrondosas rasantes de dois bombardeiros B-25, auxiliados por nove aviões C-82 enviados pela Força Aérea Brasileira (FAB), no exato momento em que o governador estava reunido com assessores, secretários, auxiliares diretos, deputados, manifestando sua intenção, por considerar a intervenção como matéria configurada em lei: “entregaria, sem qualquer resistência, o Palácio ao interventor” (O POPULAR, 26.11.1964).¹¹⁸ Como derradeiro acontecimento,¹¹⁹ em 26 de novembro, pelo

¹¹⁶ “Mauro Borges e o esquadrão da morte”. Jornal *Diário do Oeste*, 29 out.1964. Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC/GO. Goiânia.

¹¹⁷ “Governo desloca para Goiás mais tropas e aviões da FAB”, Jornal *Folha de S. Paulo*. SP. 16 nov.1964, primeira página. Disponível em: acervo.folha.com. Acesso em: 23 jul. 2014.

¹¹⁸ “O cerco, as negociações da rendição, o pânico e o ambiente final do Palácio”, p. 3, 26 nov.1964

¹¹⁹ Antes de Mauro Borges foram afastados: Miguel Arraes (PE); João de Seixas Dória (SE).

Decreto nº 55.082/1964, o presidente Castelo Branco, com base em todos os argumentos anteriormente imputados ao governador de Goiás pelos generais *linha dura* e seus aliados civis, endossou as articulações conspiratórias: “[...] Art. 1º - É decretada a intervenção federal no Estado de Goiás para o fim específico de manter a integridade nacional e eliminar ali as causas que ameaçam”. Encerrava-se o governo *maurista*, colocando Mauro Borges Teixeira como um dos atores derrotados pela ditadura civil-militar de 1964.